INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA SOCIEDADE E POLÍTICA

(ILAESP)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPGRI)

TEMA: COOPERAÇÃO MOÇAMBIQUE E DOADORES OCIDENTAIS: UM OLHAR SOBRE A DEPENDÊNCIA DA AJUDA EXTERNA E O DESENVOLVIMENTO RURAL NO PAÍS.

ARTUR DA COSTA LUÍS MÁRIO

Foz do Iguaçu/PR

2025

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA

SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPGRI)

COOPERAÇÃO MOÇAMBIQUE E DOADORES OCIDENTAIS: UM OLHAR SOBRE A DEPENDÊNCIA DA AJUDA EXTERNA E O DESENVOLVIMENTO RURAL NO PAÍS.

ARTUR DA COSTA LUÍS MÁRIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Profº. Drº. Ana Delgado

Foz do Iguaçu/PR

2025

COOPERAÇÃO MOÇAMBIQUE E DOADORES OCIDENTAIS: UM OLHAR SOBRE A DEPENDÊNCIA DA AJUDA EXTERNA E O DESENVOLVIMENTO RURAL NO PAÍS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA

Ana Delgado

Orientador(a): Prof(a) Dr(a)

Karen Honório

Prof(a) Dr(a)

Mamadou Diallo

Prof(a) Dr(a)

Felipe Cordeiro

Prof(a) Dr(a)

Foz do Iguaçu, Novembro de 2025

Catalogação elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação
Catalogação de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

M341c
Mário, Artur da Costa Luís.
Cooperação Moçambique e doadores ocidentais: um olhar sobre a dependência da ajuda externa e o desenvolvimento rural no país / Artur da Costa Luís Mário. - Foz do Iguaçu, 2026.
130 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais.
Orientador: Ana Carolina Teixeira Delgado.

1. Moçambique - Cooperação internacional. 2. Pobreza rural. 3.

Dedico esta conquista à minha esposa e melhor amiga, Servia Anesio, cada palavra desta dissertação foi escrita com o combustível do teu apoio. Às minhas princesas, Inês Emilly e Khyra Maria, os capítulos mais belos da minha história, que este trabalho inspire a busca pelos vossos sonhos. Esta página é inteiramente de vocês, pois o resto da nossa história escreveremos juntos.
Com todo o meu coração.

AGRADECIMENTOS

Chegado este momento de conclusão, é com profunda gratidão que registro o meu apreço a todos que, de alguma forma, tornaram possível a realização deste trabalho.

Em primeiro lugar, dirijo meus sinceros agradecimentos aos meus pais, Inês Mucussete e Luis Mucussete. Obrigado pelo sacrifício, pelo amor incondicional e por serem os alicerces da minha vida. Sua força e ensinamentos são a base de tudo que conquistei.

Um agradecimento especial vai ao meu maior suporte: minha esposa, Sérvia Anesio, e às minhas filhas, Inês Emilly e Khyra Maria. Obrigado, Sérvia, pela parceria, pela paciência infinita e por carregar conosco os desafios dessa jornada. A vocês, minhas filhas, obrigado por serem minha maior fonte de inspiração e alegria.

Agradeço também à minha família, pelo constante apoio: minhas irmãs, Telma Mário e Vânia Mário, e meu irmão, Momed Mucussete. Um agradecimento especial ao meu primo, Miguel Muhamad, cujo incentivo foi fundamental para que eu aplicasse e viesse estudar no Brasil.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha orientadora, Prof.ª Ana Carolina Delgado. Muito obrigado pela paciência, pela orientação sábia e pelo suporte humanizado, especialmente nos momentos mais difíceis, quando precisei lidar com problemas de saúde de entes queridos. A senhora soube acalmar-me e compreender a situação, sem nunca deixar de me incentivar e apoiar o avanço desta dissertação. Sua dedicação foi um farol essencial.

Aos professores que compuseram a banca de qualificação, Prof. Mamdou Diallo, Prof.ª Karen Honorio e, vai o meu mais sincero obrigado. Suas contribuições valiosas e críticas enriqueceram significativamente este trabalho, menciono támbem o Prof. Felipe Cordeiro e a Prof ª Paula Fernadez.

Meu agradecimento estende-se também ao Prof. Ramon Blanco e ao Prof. Lucas Mesquita. Desde a minha chegada, foram pessoas que lutaram incansavelmente pela minha permanência na UNILA, e por isso sou imensamente grato.

Agradeço a todo o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNILA, pela formação de excelência. Sou igualmente grato pela concessão da bolsa PROBIU, que foi fundamental para a minha permanência e dedicação aos estudos. Um agradecimento carinhoso ao secretário Matias, que foi um verdadeiro guia, ajudando-me a encontrar conforto e adaptação em Foz do Iguaçu.

Por fim, mas não menos importante, manifesto minha gratidão à Associação dos Pós-Graduandos da UNILA - Arandu e aos meus companheiros de luta, Erica Vasconcelos, Markson

Rangel, Robert Bichara e Nicole Machado. Obrigado pela camaradagem.

RESUMO

Esta dissertação investiga a relação de dependência entre Moçambique e os doadores ocidentais no período de 1980 a 2009, com ênfase particular no papel central das instituições financeiras internacionais como veículos de condicionalidade. Apesar de ter sido historicamente um dos maiores beneficiários de ajuda externa para o desenvolvimento na África Austral, Moçambique registou progressos limitados no desenvolvimento do seu setor rural – sobretudo na agricultura, considerada chave para o combate à pobreza. Dados mostram que a redução da pobreza rural ocorreu a um ritmo insignificante, quando não estagnou. A tese defendida é que esse cenário deriva diretamente das políticas homogeneizantes concebidas e impostas pelos doadores, em especial pelas instituições financeiras internacionais, que replicam agendas alheias à realidade local. Essas políticas, operacionalizadas por meio de condicionalidades, não apenas negligenciaram as especificidades culturais, sociais e econômicas das comunidades rurais, mas também restringiram a autonomia do Estado e a capacidade de formulação de políticas nacionais endógenas. A pesquisa, de natureza qualitativa, bibliográfica, mobilizará o quadro teórico pós-colonial e dialogando com a teoria da dependência para interpretar essa dinâmica, entendendo-a como herdeira de lógicas coloniais de subordinação e desigualdade estrutural. O problema que orienta o estudo é: como a dependência da ajuda externa dos doadores ocidentais influenciou as políticas de desenvolvimento rural em Moçambique e quais as suas implicações para as comunidades rurais entre 1980 e 2009? A hipótese é que essa dependência resultou em políticas padronizadas, limitou o desenvolvimento independente e perpetuou assimetrias de poder, comprometendo a sustentabilidade e a autonomia local.

Palavras-chave: Cooperação; Moçambique; Doadores Ocidentais; Ajuda Externa; Desenvolvimento Rural.

Abstract

This dissertation investigates the relationship of dependence between Mozambique and Western donors from 1980 to 2009, with particular emphasis on the central role of international financial institutions as vehicles of conditionality. Despite historically being one of the largest recipients of external development aid in Southern Africa, Mozambique has made limited progress in developing its rural sector – especially in agriculture, which is considered key to combating poverty. Data shows that the reduction of rural poverty occurred at an insignificant pace, when it did not stagnate completely. The central argument is that this scenario stems directly from the homogenizing policies designed and imposed by donors, particularly by international financial institutions, which replicate agendas that are alien to the local reality. These policies, operationalized through conditionalities, not only neglected the cultural, social, and economic specificities of rural communities but also restricted the state's autonomy and its capacity to formulate endogenous national policies. he researches, which is qualitative and bibliographic in nature, will mobilize the post-colonial theoretical framework and engage with dependency theory to interpret this dynamic, understanding it as a legacy of colonial logics of subordination and structural inequality. The problem guiding the study is: how did the dependence on external aid from Western donors influence rural development policies in Mozambique and what were its implications for rural communities between 1980 and 2009? The hypothesis is that this dependence resulted in standardized policies, limited independent development, and perpetuated power asymmetries, compromising sustainability and local autonomy.

Keywords: Cooperation; Mozambique; Western Donors; Foreign Aid; Rural Development.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANC	African National Congress
BM	Banco Mundial
CIA	Central Intelligence Agency
CIO	Central Intelligence Office
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
COMECON	Conselho para Assistência Econômica Mútua
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
HIPC	Heavily Indebted Poor Countries
HIV	Human Immunodeficiency Virus
IBWs	Instituições de Breton Woods
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFIs	Instituições Financeiras Internacional
KANU	União Nacional Africana do Quénia
MANU	Mozambique African National Union
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organizações Não Governamentais
OTAN	Organização do Atlântico Norte
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPI	Plano Prospetivo Indicativo
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SIDA	Síndrome da imunodeficiência adquirida
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique
UNAMI	União Nacional Africana de Moçambique Independente
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZANU	Zimbabwe African National Union
ZANU-PF	Zimbabwe African National Union – Patriotic Front
ZAPU	Zimbabwe African People's Union

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do mapa de Moçambique..... 11

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **10**

CAPÍTULO 1. MOÇAMBIQUE E A ARQUITETURA DA DEPENDÊNCIA: AJUDA EXTERNA, DEPÊNDENCIA E DESENVOLVIMENTO. **22**

1.1. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO 23

1.2. AJUDA EXTERNA. 30

1.3. DEPENDÊNCIA 40

1.4. DESENVOLVIMENTO. 46

CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 54

CAPÍTULO 2. MOÇAMBIQUE ENTRANDO NA ROTA DA AJUDA EXTERNA DOS DOADORES OCIDENTAIS. **58**

2.1. CONTEXTO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE E O CAMINHO TRILHADO PARA A PARCERIA SOCIALISTA. 58

2.2. DO SOCIALISMO ÀS CONSEQUÊNCIAS DA ESCOLHA DESTE MODELO, E A PRESSÃO DO OCIDENTE. 64

2.3. MOÇAMBIQUE ENTRANDO NO CONTEXTO DA DEPENDÊNCIA DA AJUDA EXTERNA DOS DOADORES OCIDENTAIS. 71

2.4. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DOS IMPACTOS DO PLANO DE AJUSTE ESTRUTURAL EM MOÇAMBIQUE. 77

CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 80

CAPÍTULO 3. IMPLICAÇÕES DAS POLÍTICAS IMPOSTAS PELOS DOADORES OCIDENTAIS EM MOÇAMBIQUE NO DESENVOLVIMENTO RURAL. **85**

3.1 O CAJU, ENTRE A TEORIA E A REALIDADE: ESPINHO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS GLOBAIS NO RURAL MOÇAMBICANO. 105

CONCLUSÃO DO CAPÍTULO **111**

CONSIDERAÇÕES FINAIS 115

BIBLIOGRAFIA **120**

INTRODUÇÃO

Logo após a independência de Moçambique e de outros Estados da África Austral, estes países deparavam-se com diversas dificuldades, possuindo economias atreladas à dominação da África do Sul e da antiga Rodésia do Sul, combinada com uma indústria débil, bastante fragilizada pela saída repentina dos colonizadores. Durante a partida destes, algumas fábricas sofreram sabotagens, facto que agravou ainda mais a situação, uma vez que grande parte da população era do setor agrícola ou rural, carecendo de instrução técnica ou académica para assumir os processos de produção. Ademais, no contexto da batalha geoestratégica da Guerra Fria, assistiu-se a que os EUA, a Rodésia e a África do Sul do Apartheid prestassem apoio aos guerrilheiros da Renamo (Resistência Nacional Moçambicana), que iniciou uma guerra de desestabilização no país, gerando uma crescente rivalidade e a rutura de relações com os países vizinhos governados por tais regimes segregacionistas. Este contexto influenciou a situação económica moçambicana e levou o país a uma maior aproximação com as nações do Ocidente em busca de auxílio internacional, pois Moçambique encontrava-se numa luta incessante e com poucas perspetivas de superar a crise. (DE RENZIO; HANLON, 2007).

Para contextualizar a análise da relação de cooperação entre Moçambique e os doadores ocidentais, torna-se primordial delinear o enquadramento geopolítico e histórico do país. Neste sentido, importa referir que Moçambique, oficialmente designado República de Moçambique, está localizado na costa oriental da África Austral, limitado a norte pela Tanzânia, a noroeste pelo Malawi e Zâmbia, a oeste pelo Zimbabwe, a leste pelo Canal de Moçambique e Oceano Índico, e a sul e sudoeste pela África do Sul e Suazilândia. Com uma área de 801.590 km² e uma população estimada em 20.069.738 habitantes (dados de 2007), o país obteve a sua independência a 25 de junho de 1975, após quase cinco séculos de dominação colonial portuguesa. Faz parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), da Commonwealth, da Organização da Conferência Islâmica e da ONU.



Fonte: countryaah.com

A Frelimo foi fundada na base de muitos fatores adversos que contribuíam para a colonização de Moçambique, mas, mesmo perante essas adversidades, a FRELIMO travou uma guerra de dez anos contra o sistema colonial português. Apesar de dispor de um efetivo muito reduzido face aos portugueses, os nacionalistas infligiram pesadas baixas às tropas coloniais. As forças da Frelimo seguiram estratégias de guerrilha, atacando em pequenos grupos e em zonas cruciais para a sobrevivência dos colonizadores; com isso, conseguiram travar as pretensões de Portugal de recuperar as áreas que haviam sido libertadas do opressor naquela guerra sangrenta. (FERNANDO, 2021). O sistema colonial recebia sucessivos golpes por parte da Frelimo, e o mesmo ocorria fora de Moçambique, onde em Portugal se desencadeou uma grande revolução contra o regime. (CAU, 2011):

> O descontentamento no seio do povo português, gerado pela guerra nas colónias, contribuiu para que, em abril de 1974, fosse deposto o governo português. Perante as evidências no campo de batalha, o novo governo liderado por militares viu-se obrigado a assinar um cessar-fogo com a FRELIMO a 7 de setembro de 1974. Segundo esses acordos, conhecidos por Acordos de Lusaka, instalava-se, a partir daquela data, um governo de

> transição que prepararia o território para a proclamação da independência no dia 25 de junho de 1975. (CAU, 2011, p. 38).

O novo governo que entrou em Portugal tentou negociar com a Frelimo um governo de transição para deixar Moçambique gradualmente; no entanto, as forças da Frelimo, que já tinham uma larga experiência adquirida no longo processo de luta, forçaram uma independência definitiva em 25 de junho de 1975, tendo tomado todas as cidades e instalado um comando nacional moçambicano. Samora Machel, que soube conduzir sabiamente a luta armada rumo à independência total e completa, tornou-se o presidente de Moçambique; nesse momento, o país deixou a categoria de colónia para se tornar uma nação soberana internacionalmente. (DUARTE; FIGUEIREDO, 2020).

No entanto, após a independência, surgiram forças externas que não se alinhavam com o projeto da Frelimo de uma África independente sem colonialismo de qualquer tipo; tais forças eram apoiadas por países ocidentais e antigos colonizadores. Assim, o movimento de guerrilha denominado Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) surgiu como opositor ao governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), sendo apoiado e financiado por potências imperialistas racistas vizinhas – os regimes do Apartheid de Peter Botha, na África do Sul, e da Rodésia do Sul de Ian Smith, favoráveis à subjugação dos povos negros de África, e os EUA davam o seu incentivo por terem pretensões capitalistas. Perante isto, foi deflagrada uma guerra civil. (RODRIGUES, 2022). No contexto do conflito interno, o governo da Frelimo enfrentou sérias dificuldades em controlar zonas não urbanas; essas regiões foram dominadas pela Renamo, que continuou a fazer incursões para encurralar a Frelimo, colocando-a perante uma situação quase incontrolável que a obrigou a aproximar-se do Ocidente na expectativa de obter apoio para conter a Renamo. (MACHADO, 2020).

A cooperação entre Moçambique e os doadores ocidentais foi historicamente pautada por uma relação assimétrica e fragmentada, caracterizada por tensões e contradições entre os projetos nacionais e as agendas externas. Essa dinâmica torna-se particularmente visível ao analisar o histórico de interações entre a elite no poder, representada predominantemente pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), partido que governa o país desde a independência – e os doadores ocidentais. A atuação da FRELIMO, fundada em 1962 a partir da fusão de movimentos nacionalistas, sempre esteve no centro dessas negociações, sendo simultaneamente parceira e crítica das condicionalidades impostas, o que reflete a complexidade e a ambiguidade inerentes a essa relação.

Perante tantos fatores que marcaram o percurso de Moçambique, a sua independência e a aproximação ao Ocidente, no passado, a partir de 1975-1987, a Frelimo e os doadores ocidentais não partilhavam a mesma visão política. A Frelimo orientava-se por um modelo político com um sistema de partido único, criando um estado monopartidário dentro das diretrizes socialistas e depois marxistas, apesar da existência de alas dentro do próprio partido. Havia uma divisão ideológica no partido: uma facção mais ortodoxa aspirava por um socialismo de caráter mais estrito, inspirado pelos países do Leste Europeu, ao passo que uma ala pragmática advogava pela adoção de uma democracia socialista semelhante aos modelos escandinavos. Em sua atuação no governo central, a legenda implementou um programa de nacionalizações em setores essenciais, como saúde, educação e habitação locativa, e realizou intervenções em empresas à beira da falência. (HANLON; SMART, 2008).

Por outro lado, os doadores ambicionavam um novo projeto baseado em pressupostos neoliberais capitalistas. Essa visão, defendida pelos EUA de Ronald Reagan, que acabara de ser eleito presidente, introduziu em 1980 uma nova dinâmica agressiva de anticomunismo sobre os países em desenvolvimento recentemente independentes e intensificou a guerra de procura em países como Angola, Nicarágua e Moçambique, ajudando a criar movimentos de guerrilha e de resistência aos sistemas políticos dessas jovens nações. (HANLON; SMART, 2008). Face a estas ideias contrárias da elite da Frelimo, os doadores não se mostraram recetivos à sua pretensão de uma política independente. (CUNGUARA; HANLON, 2012a). Portanto, essa relação foi historicamente marcada por um sentido agridoce, baseada em sucessivos boicotes e tentativas de ingerência nos assuntos internos do país por parte dos doadores ocidentais. Por exemplo, a nação viu-se confrontada com a primeira condição e o primeiro boicote, sendo pressionada a aderir às Instituições Financeiras Internacionais (IFI), o FMI e o Banco Mundial:

> À medida que a guerra se intensificava no início dos anos 80, a queda das exportações e a subida dos preços do petróleo e das taxas de juro tiveram como consequência para Moçambique a falta de dinheiro para importações, que caíram abruptamente, causando o colapso da economia. Moçambique voltou-se para a comunidade internacional solicitando ajuda. Os Estados Unidos e outros doadores exigiram uma "viragem para o ocidente" e, em 1983, havia um "boicote", só abrandado quando Moçambique aderiu ao FMI e ao Banco Mundial em 1984 e assinou o

> ineficaz Acordo de Nkomati com a África do Sul do apartheid. (HANLON, 1996 PP 16, 90 apud HANLON; SMART, 2008, P. 35).

No entanto, com o levantamento do primeiro boicote e o aumento da ajuda, surgiram também condicionalidades. Num primeiro momento, Moçambique assumira que desejava que os estrangeiros trabalhassem no país na qualidade de cooperantes e não sob a forma de organizações não governamentais internacionais (ONGIs). Por outro lado, esse não era o desejo dos EUA, que, em 1984, declararam pretender que as suas duas Organizações Não Governamentais Internacionais, nomeadamente a Care e a World Vision, fossem autorizadas a desempenhar esse papel de ajuda. Contudo, estas duas organizações eram vistas com desconfiança pelo governo, precisamente porque a Care era entendida como uma organização vinculada à CIA, temendo-se uma maior desestabilização do país por parte desta agência de serviços secretos, e a World Vision pela sua característica de usar a ajuda para evangelização no país. (HANLON; SMART, 2008).

O país ficou encurralado numa posição com poucas opções, ou seja, já estava sujeito aos condicionalismos e imposições das instituições financeiras lideradas pelos doadores ocidentais, e, além disso, foi-lhe imposto que cortasse relações com os socialistas e construísse uma ligação com o capitalismo. No entanto, "a Frelimo queria uma economia mista, enquanto os doadores ocidentais exigiam que o estado se afastasse totalmente do comércio, da indústria, da banca e abrisse a saúde e a educação ao sector privado". (HANLON E SMART, 2008, p. 36). A terceira condição foi a imposição de medidas ou do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE). Estas, lideradas pelo FMI e Banco Mundial, defendiam que o país deveria adoptar políticas "envolvendo um aparelho de estado mais pequeno, desvalorização, desregulamentação e privatização. Moçambique moveu-se muito lentamente e em 1986 houve outro “boicote” dos doadores, quando a ajuda alimentar foi retida" (HANLON E SMART, 2008). A nação tentou resistir a não aceitar estas imposições, ou, para ganhar tempo, agiu com lentidão; contudo, acabou por pagar essa afronta com o boicote. Sem muitas alternativas, aceitou as exigências dos doadores ocidentais; somente perante esta cedência, os doadores levantaram os boicotes e até aumentaram a ajuda a Moçambique. (HANLON E SMART, 2008).

A alocação de recursos da ajuda externa para o desenvolvimento de Moçambique é sistematicamente acompanhada por uma robusta narrativa propagandística, construída e difundida pelos próprios doadores, que retratam a ajuda como um instrumento essencial e benévolo destinado a suprir carências críticas do Estado, reduzir assimetrias socioeconómicas e fomentar o desenvolvimento sustentável. Como advoga Castel Branco (2008), supõe-se que, em tese, o

beneficiário da ajuda defina as suas políticas e programas conforme as suas necessidades nacionais, configurando as intervenções de forma soberana. No entanto, essa suposição está longe da realidade, pois a economia política subjacente à ajuda internacional está intrinsicamente alinhada com um caráter dominador e favorável aos interesses dos doadores ocidentais. Por trás da fachada de neutralidade e altruísmo propagada em relatórios, comunicados e conferências, opera-se uma lógica que serve agendas externas, criando uma dicotomia fundamental entre o discurso público de emancipação e a prática condicionante que limita a autonomia do Estado, perpetua relações de dependência e questiona quem verdadeiramente beneficia desses fluxos de ajuda. (CASTEL BRANCO, 2008).

Na perspetiva de Blaney e Inayatullah (2004), a Economia Política como teoria e prática tem a sua génese baseada numa autoidentificação do mundo ocidental como uma região de abundantes posses, um mundo moderno e com características civilizacionais elevadas; esta perspetiva cria uma divisão entre o Ocidente e os outros, representados como pobres, atrasados e selvagens. A economia política emerge de uma distinção cultural que usa como referencial negativo a defesa de uma Europa rica, civilizada e racional; os outros são vistos como obsoletos para o desenvolvimento, ou seja, arcaicos, destituídos de modernidade, pobres, bárbaros e irracionais; para esta visão, o selvagem é tudo aquilo que se opõe ao mundo europeu moderno, e este situa-se fora do que se configura como economia política. Tendo em conta essa imagem dos países do Terceiro Mundo como obsoletos e não modernos, carecendo de modernização e desenvolvimento, a economia política subscreve-se a esta visão, alinhando-se com os países ocidentais. (BLANEY E INAYATULLAH, 2004).

No entanto, autores como Hanlon e Smart (2008, p. 164) afirmam que "há uma vasta literatura mostrando que o desenvolvimento imposto falha. As IBWs não podem impor desenvolvimento aos governos e ter sucesso, nem os governos africanos ou os trabalhadores da ajuda podem impor desenvolvimento aos pobres". Estes auxílios para o desenvolvimento fazem com que o país fique refém e crie uma relação de dependência; os projectos de desenvolvimento estão intrinsecamente ligados à aceitação de mudanças de políticas por parte dos beneficiários, que se encontram sob pressão imposta pelos doadores. (CASTEL BRANCO, 2008).

Segundo Sabaratnam (2017), tomando Moçambique como caso de estudo, defende que a intervenção internacional tem sido caracterizada por fragmentação, ruturas e instabilidades, ao contrário do que se esperava ser um ambiente coeso de estabilidade, consolidação e coerência. Isso tem impactado profundamente a operacionalização dessas intervenções nas regiões. Ademais, o

[1]Ego Ocidental e a busca por protagonismo internacional levam os doadores a um ciclo de competição, por vezes entre si. (SABARATNAM, 2017).

Dadas estas disputas pelo protagonismo das organizações e a relação desigual entre Moçambique e os doadores ocidentais, acaba por se retirar poder sobre as políticas nacionais do governo ou das instituições locais intervencionadas. Por exemplo, em Moçambique, as reuniões de concertação de planos estratégicos, previamente desenhados nos países de origem dos doadores, são apenas discutidas ao nível de sectores ministeriais e com altas personalidades do executivo, e não com os profissionais de base, responsáveis pelo contacto e implementação nas comunidades rurais. (SABARATNAM, 2017).

Por outro lado, é importante salientar que a ajuda externa não provém apenas dos doadores ocidentais: por exemplo, a China exerce o mesmo papel de assistência externa, o que tem aumentado a sua influência em Moçambique e em África. Contudo, isto é visto como um factor importante na mudança do sistema de ajuda externa: ao contrário da assistência ocidental, pautada pelo condicionalismo e por processos como a promoção da democracia e da boa governação, o modelo chinês baseia-se no investimento em infraestruturas e na promoção comercial, sem impor condicionalidades. Apesar de existir algum ceticismo em relação a este modelo de ajuda trazido pela China, ele demonstra e compromete-se a ser mais atrativo para muitos governos africanos, ao concentrar-se em oferecer investimentos avultados em infraestruturas e assistência técnica em troca de recursos minerais, sem, no entanto, exigir qualquer tipo de reformas políticas; ademais, promove também uma diversificação de parcerias, de modo a reduzir a dependência face às grandes potências, de forma muito semelhante ao que acontece na América Latina. (FONTES, 2023).

Este modelo, focado em resultados práticos e tangíveis, como a construção de estradas, pontes e hospitais, apresenta uma alternativa imediata e assertiva para as necessidades de desenvolvimento dos países africanos; além disso, esta forma de ajuda chinesa, que não interfere nos assuntos internos dos países beneficiários, é encarada como algo que contrasta enormemente com o modelo Ocidental; por isso, a preferência pelo modelo chinês caracteriza-se pela busca de

[1] Ego ocidental (*the 'ego' of intervention*") é expressão usada por Sabaratnam para glosar o conceito de protagonismo dos doadores. Segundo a autora, trata-se de uma necessidade estrutural de presença**,** efeito e significado por parte dos intervenientes ocidentais, não redutível a interesses individuais nem a uma adesão consistente a ideologias liberais, que restringe a cessão de real *ownership* aos alvos da intervenção. A partir dessa noção, pode-se inferir que os doadores competem entre si por visibilidade e influência, o que os leva a recolher e apresentar dados das populações intervencionadas como prova do seu impacto perante as suas capitais. SABARATNAM, Meera. *Decolonising Intervention: international statebuilding in Mozambique. London: Rowman & Littlefield International, 2017. p. 133.*

parcerias que demonstrem compreensão e respeito pela sua soberania e necessidades locais, encarando-as como solução para os seus desafios de desenvolvimento. (FONTES, 2023).

No mesmo sentido, Sabaratnam (2017) ilustra essa mesma viragem de Moçambique para os doadores do Sul; estes estão a ser cada vez mais vistos como parceiros com os quais se pode estabelecer uma relação de cooperação:

> Outros desenvolvimentos diminuíram a perceção da dependência dos doadores ocidentais ou "tradicionais", o que demonstra a fragilidade da relação de intervenção e a importância da dependência financeira como sua base. Uma delas é a emergência de "novos" doadores do Sul global que estão dispostos, por diversas razões, a fazer negócios de forma diferente. Embora isto não seja percebido como tendo efeitos uniformemente bons – particularmente no que diz respeito à governação dos recursos naturais – entende-se que prossegue num conjunto de coordenadas políticas muito mais respeitoso e igualitário. (SABARATNAM, 2017, p. 78, tradução nossa)

Talvez possamos considerar a situação da castanha de caju como uma causa célebre e como uma lente de aumento para perceber como as IFIs possuem este poder de persuasão para alterar políticas internas de países periféricos, e como o sector rural foi fustigado pelas suas reformas. O Banco Mundial pressionou o governo de Moçambique desde 1992 para liberalizar o sector do caju e eliminar as políticas protecionistas então em vigor, nomeadamente as restrições à exportação de castanha de caju em bruto. O sector da castanha era visto como um segmento importante da economia moçambicana, por gerar rendimentos de milhões para muitos segmentos da população. O país já detivera metade da produção mundial na década de 1960; em 1975, Moçambique proibiu a exportação de castanha em bruto para fomentar o seu processamento local, tendo conseguido tornar-se a primeira nação africana a processar este produto em grande escala, atingindo posteriormente um total de 14 unidades de processamento em 1980. (MCMILLAN; RODRIK; WELCH HORN, 2002).

Em 2005, os doadores alteraram ligeiramente a sua forma agressiva de lidar com as questões de boicote, mas nem por isso deixaram de ditar o que deveria ser feito. Durante visitas a zonas rurais de Moçambique, Armando Guebuza, então candidato à presidência da república, salientou a importância do crédito rural e acrescentou que a sua falta era uma barreira visível ao

desenvolvimento do campo, reafirmando a necessidade de criar um banco de desenvolvimento. No entanto, esta ideia surgiu como um choque para os doadores; a noção de o país buscar um desenvolvimento independente, não previamente condicionado pelos doadores, era de certa forma uma afronta à ortodoxia neoliberal. Na mesma linha, os doadores pronunciaram-se de imediato, afirmando que bloqueariam o banco de desenvolvimento. (HANLON; SMART, 2008).

Entende-se o desenvolvimento como um conceito que envolve mudanças nas realidades de vários sectores, visando a sua melhoria, o que corresponderia a "as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)" (VASCONCELLOS; GARCIA,1998, p.205).

Por outro lado, a pobreza caracteriza-se pela carência de elementos que podem ser materiais, mas não apenas, podendo também envolver factores de conjuntura cultural e social, sob o ponto de vista da acessibilidade a recursos pessoais, familiares, ou por privação. "Essa privação pode ser de natureza absoluta, relativa ou subjetiva. A identificação dos pobres, segundo a definição adotada, é a medida agregada da extensão da pobreza numa sociedade que tem constituído um campo de pesquisa tão amplo quanto antigo". (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006, p. 02).

Perante o panorama exposto da relação do país com os doadores ocidentais e as consequências daí advindas, principalmente no sector rural, surge a seguinte questão de pesquisa para problematizar: Como é que a dependência da ajuda externa fornecida pelos doadores ocidentais incide sobre as políticas de desenvolvimento rural em Moçambique e quais são as implicações para as comunidades rurais no período de 1980 a 2009?

Perante a questão de pesquisa apresentada, a hipótese avançada para responder é a de que: A dependência da ajuda externa leva à implementação de políticas padronizadas, alinhadas com os interesses dos doadores ocidentais, que não consideram verdadeiramente as especificidades culturais, sociais e económicas das comunidades rurais moçambicanas, perpetuando a desigualdade no cenário internacional. Ademais, tais políticas, elaboradas com base nos interesses e entendimentos dos doadores ocidentais, acabam por limitar a capacidade de geração de políticas locais e de desenvolvimento independente, restringindo a autonomia nacional, local e a das comunidades rurais.

Como objetivo geral da pesquisa pretende-se, estudar a cooperação entre Moçambique e os doadores ocidentais para o desenvolvimento do país.

Os objetivos específicos do trabalho são: 1) determinar as implicações da dependência da ajuda externa dos Doadores Ocidentais para desenvolvimento em Moçambique; 2) indagar como a dependência da ajuda se operacionalizou durante os longos anos da influência das políticas desenhadas no país. 3) analisar as políticas impostas no desenvolvimento rural e sua falsa propaganda de redução da pobreza.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de promover uma análise aprofundada das complexas relações entre ajuda externa, dependência e desenvolvimento. O estudo posiciona-se de forma crítica, alinhando-se com autores como Arturo Escobar, David Korten, Samir Amin, Carol Lancaster, Meera Sabaratnam, Joseph Hanlon e Teresa Smart, que destacam a premência de compreender as realidades políticas e sociais locais e de reavaliar as práticas de desenvolvimento que, com frequência, perpetuam dinâmicas de dependência e dominação. Esta abordagem permite explorar tanto os aspetos teóricos quanto os práticos do desenvolvimento rural em Moçambique, com o objetivo último de identificar caminhos viáveis para um desenvolvimento mais autónomo e sustentável.

Consequentemente, defende-se a necessidade de superar as abordagens que impõem políticas neoliberais, baseadas na replicação acrítica de modelos ocidentais. A ajuda externa não pode continuar a funcionar como um instrumento de condicionalidade, sob o pretexto de forçar mudanças nas políticas governativas de acordo com os interesses dos doadores. Pelo contrário, a conceção do desenvolvimento deve ser reconhecida como um processo de carácter endógeno, orientado por leituras de necessidades locais e por sistemas de prioridades definidos internamente por estes países. No cenário internacional contemporâneo, estas interferências configuram uma batalha crucial para os países considerados pobres. A pertinência deste estudo torna-se, assim, urgente, ao propor ideias que se desvencilhem do pensamento dominante dos países centrais. Dado que as relações internacionais são ainda largamente dominadas por estes atores, a luta pela independência de amarras externas e o distanciamento das políticas geradas pelas Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), que servem agendas ocidentais – constituem um passo fundamental para a autonomia de Moçambique e do Terceiro Mundo.

[2]Para cumprir este desígnio, a presente pesquisa adota uma metodologia qualitativa, ancorada na análise crítica de fontes escritas, primárias e secundárias, e numa extensiva pesquisa bibliográfica. Esta abordagem, tal como definida por Lakatos e Marconi (2017), não só coloca o investigador em contacto direto com a produção académica existente, como se constitui num instrumento fundamental para a consecução dos objetivos do estudo. Através da bibliografia especializada, é possível contextualizar historicamente a relação de Moçambique com os doadores ocidentais, fornecendo o arcabouço necessário para compreender a evolução desta parceria desde a independência. Paralelamente, a análise documental de relatórios oficiais, acordos de financiamento e dados socioeconómicos (fontes primárias) permitirá uma avaliação empírica concreta de como as doações, na prática, impactaram o país, estabelecendo um contraste crucial entre a retórica dos discursos oficiais e os resultados tangíveis no terreno, sobretudo no sector rural. A revisão da literatura (fontes secundárias) é, por seu turno, crucial para refletir sobre as nuances teóricas que explicam a dinâmica da ajuda externa, permitindo analisar criticamente conceitos como dependência, condicionalidade e neoliberalismo, e a forma como estes se manifestam no caso moçambicano. Desta forma, a metodologia delineada capacita a pesquisa não apenas a demonstrar os fatores que contribuíram para a estagnação da redução da pobreza rural e para a criação de um ciclo de dependência, mas também a argumentar de que modo esse panorama comprometeu a formulação de um plano nacional de desenvolvimento autónomo e eficaz, que responda verdadeiramente às especificidades locais.

Por fim, a pesquisa estará organizada em três capítulos, que se desenvolvem numa sequência lógica e complementar. O primeiro capítulo dedica-se ao debate teórico, iniciando com a problematização da Ajuda Externa, entendida como um instrumento político usado de forma agressiva no contexto das atuais relações internacionais e das políticas globais. Em seguida, aborda-se o conceito de desenvolvimento, que tem sido apresentado como a chave principal da ajuda desde o pós-Segunda Guerra Mundial e no contexto da Guerra Fria, funcionando como um atrativo para a criação de parcerias estruturadas de subordinação e dependência dos países periféricos face aos centrais. Deste modo, perspetiva-se evidenciar a ligação entre ajuda externa, desenvolvimento, dependência e a posição do Terceiro Mundo, numa análise que engloba estes conceitos e a forma como se operacionalizam nas relações de poder internacionais. O objetivo será explorar as

[2] A recolha de dados econômicos junto de fontes governamentais moçambicanas e de instituições doadoras revelou-se bastante limitada. Os sítios eletrônicos dessas entidades não disponibilizam, de forma sistemática, os dados requeridos, e o acesso físico aos documentos mostrou-se igualmente difícil. Os pedidos formais de informação não respondidos, o que comprometeu o andamento da pesquisa. Por esse motivo, recorreu-se prioritariamente a fontes secundárias.

literaturas que melhor explicam a dinâmica vivida nos países periféricos, de forma a evidenciar as estruturas que perpetuam o seu desenvolvimento desigual, mantendo-os ao serviço dos países centrais.

O segundo capítulo contextualiza a entrada de Moçambique na rota internacional. Nele, busca-se traçar a inserção do território moçambicano nas rotas extra-africanas e o início das suas relações comerciais, numa dinâmica que o liga às primeiras incursões ocidentais na criação de estruturas produtivas e no comércio de mão de obra para as grandes metrópoles europeias. No mesmo sentido, explica-se o colonialismo português no território e as suas consequências, nomeadamente no contexto do tráfico de escravos, e o posterior nascimento dos movimentos de libertação. Com isso, pretende-se demonstrar como Moçambique, após uma luta armada, alcançou a sua independência, um feito que se tornou motivo de disputa entre grandes potências, com o objetivo de influenciar e controlar o jovem país. Este capítulo ajudará a explicar a posterior entrada de Moçambique na agenda da Ajuda para o Desenvolvimento, e a dependência daí resultante face aos doadores ocidentais. Será estabelecida a ligação entre estas ajudas e a criação e implementação de políticas internas ditadas pelas Instituições de Bretton Woods, ao serviço de agendas ocidentais, que construíram um Estado neoliberal. Argumentar-se-á que este modelo não trouxe um desenvolvimento autossustentável, antes perpetuou a dependência do país, a sua posição de subordinação e de produtor de matérias-primas, aumentando as desigualdades sociais e a pobreza, principalmente no sector rural, criando uma ponte direta para o capítulo seguinte.

O terceiro capítulo abordará o papel das políticas criadas e implementadas pelos doadores ocidentais em Moçambique, conferindo ênfase ao setor rural. De forma evidente e recorrendo à sustentação de diferentes autores, explicar-se-á que, em Moçambique, a tendência de redução da pobreza não se materializou de forma eficaz, contrariando as promessas ocidentais que acompanhavam a ajuda externa, a qual sempre veio carregada de condicionalidades. No mesmo sentido, demonstrar-se-á que as "medidas ortodoxas" impostas pelas IFIs criaram mais retrocessos do que avanços, pelo menos no período em análise. Ademais, elucidar-se-á o quanto tais políticas foram prejudiciais em diversos sectores, com especial incidência no sector rural, que foi particularmente fustigado. Para evidenciar esta realidade, proceder-se-á a uma breve contextualização dos impactos dessas políticas na cultura do caju, outrora uma das mais rentáveis do país. Moçambique foi, durante muito tempo, considerado um dos maiores produtores mundiais, mas, após a interferência das IFIs, este sector ficou arruinado e não conseguiu reerguer-se, servindo como um exemplo paradigmático dos custos humanos e económicos do modelo de ajuda vigente.

CAPÍTULO 1. MOÇAMBIQUE E A ARQUITETURA DA DEPENDÊNCIA: AJUDA EXTERNA, DEPÊNDENCIA E DESENVOLVIMENTO.

Este capítulo estabelece o quadro teórico e conceptual que fundamenta a análise da cooperação entre Moçambique e os doadores ocidentais. O objetivo central é fornecer as ferramentas analíticas necessárias para compreender a complexidade da ajuda externa, os mecanismos de dependência que ela pode gerar e os seus impactos contraditórios no processo de desenvolvimento, com foco no sector rural moçambicano.

Para iluminar esta dinâmica, a pesquisa mobilizará um conjunto de teorias críticas que questionam a neutralidade da ajuda internacional. A teoria pós-colonial oferece uma lente crucial para desconstruir as relações de poder assimétricas herdadas do colonialismo, que se perpetuam nas estruturas contemporâneas da cooperação, onde o "doador" ocidental sempre assume o papel de detentor do conhecimento e do modelo correto de desenvolvimento. Na mesma senda fornece um arcabouço para analisar como as condicionalidades políticas e macroeconómicas impostas pelas Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), verdadeiras operacionalizadoras do consenso neoliberal, podem reconfigurem as economias dos países recetores, como Moçambique, para servirem a interesses externos, limitando sua autonomia e criando ciclos viciosos de endividamento e subordinação.

Através desta perspetiva teórica integrada, busca-se analisar como essas condicionalidades, com o seu viés neoliberal, têm impactado o desenvolvimento económico e social de Moçambique. A compreensão desta dinâmica é vital para desvendar a estrutura de subordinação que tem sido perpetuada, demonstrando como o perpetuar das desigualdades globais atua como uma barreira efetiva ao autodesenvolvimento sustentável de Moçambique e de outros países periféricos.

Este arcabouço teórico oferece as lentes para analisar a realidade moçambicana concreta. Como ilustram Cungura e Hanlon (2012), desde a independência, o país tem sido alvo de diversas intervenções externas que visam influenciar seu rumo político e económico. Através da perspectiva teórica aqui adotada, a ajuda externa pode ser interpretada não como um mero auxílio, mas como o mecanismo central que forjou estas "correntes quase inquebráveis" que ligam Moçambique ao Ocidente. A análise revela que essa dinâmica limita severamente a agência nacional: o país vê sua capacidade de fazer escolhas autónomas para o seu desenvolvimento constantemente condicionada. Mesmo que tente articular políticas próprias, a sua execução prática esbarra na forte dependência financeira e nas condicionalidades impostas, criando um fosso entre a

retórica programática e a realidade vivida dentro do território nacional. Dessa forma, o caso de Moçambique, conforme documentado por esses autores, emerge como um exemplo paradigmático das relações de dependência e subordinação teorizadas pela literatura crítica. (CUNGUARA; HANLON, 2012b)

1.1. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

A arquitetura da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento opera através de um paradoxo fundamental: sob a retórica da assistência técnica e do progresso universal, reproduz mecanismos de dependência que perpetuam assimetrias globais. Este subcapítulo desmonta essa contradição analisando três dimensões essenciais do sistema: sua genealogia como instrumento geopolítico, a construção discursiva do "desenvolvimento" como conceito hegemônico, e sua materialização em relações concretas de dependência - particularmente no caso moçambicano. Ao situar a Cooperação Sul-Sul como contraponto emergente, preparamos o terreno para examinar, nos subcapítulos seguintes, as estratégias específicas que conformam estas dinâmicas no contexto africano.

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) é frequentemente apresentada ao grande público como um instrumento de solidariedade entre nações. No entanto, uma análise crítica revela que esta é uma visão profundamente ingénua. (MILANI, 2012). Para compreender a verdadeira natureza da CID, é crucial analisá-la não pela sua retórica, mas pelas suas estruturas, origens e resultados. Este capítulo argumenta que a CID, longe de ser uma ferramenta neutra, constitui um sistema de poder que, sob o véu da ajuda e da neutralidade técnica, frequentemente perpetua assimetrias e condiciona os rumos dos países receptores, como se verá de forma clara no caso de Moçambique.

Para desvendar o caráter estratégico da CID, é fundamental recuar às suas origens. Embora os seus modos operacionais remetam à experiência colonial europeia, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) consolidou-se como instrumento da política externa dos países ricos apenas no pós-Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, os EUA, já então um ator hegemónico, assumiram a liderança desse mecanismo, utilizando-o para difundir globalmente as suas normas, práticas e, sobretudo, o seu modelo de capitalismo (CONDE, 2021). Esta génese não foi acidental. Embora a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) não possua um único criador definido, o seu sistema contemporâneo tem as suas raízes históricas nas estratégias geopolíticas dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra Mundial. Neste contexto, a CID emergiu como instrumento

de contenção ao expansionismo soviético durante a Guerra Fria, servindo como mecanismo rápido e eficaz para neutralizar a influência da URSS em países que a identificavam como parceiro estratégico para o desenvolvimento (MILANI, 2012).

Está dinâmica de poder não é uma relíquia do passado, mas está inscrita na própria arquitetura do sistema. A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) constitui um sistema complexo que articula uma extensa rede de atores, desde Estados nacionais até organizações não governamentais. No entanto, este sistema é largamente estruturado e normatizado por Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que operam como os principais arquitetos das agendas e condicionalidades que moldam a ajuda externa. É crucial destacar que os grupos de doadores e beneficiários possuem características, interesses e poder de barganha profundamente assimétricos. São precisamente estas assimetrias, operacionalizadas através da influência decisiva das IFIs, que moldam as motivações políticas e orientam as interações nesta arena, funcionando como um guião que, frequentemente, perpetua relações de dependência rather than de solidariedade equitativa (MILANI, 2012).

Este sistema de interação entre doadores e beneficiários é fundamentalmente moldado pelas assimetrias estruturais da economia política internacional, que perpetuam as hierarquias centro-periferia entre Norte e Sul global (MILANI, 2012). Para além dos atores tradicionais - doadores estabelecidos, potências emergentes e países receptores - surgem atores-mediadores cruciais: ONGs, movimentos sociais, redes de ativismo e a mídia internacional, que operam como difusores de agendas, legitimadores de discursos e silenciadores de resistências. Estes atores, frequentemente alinhados com os interesses dos doadores, assumem papel central na normalização de mecanismos de monitoramento e controle, reforçando assim a arquitetura desigual do sistema de cooperação internacional através de instrumentos aparentemente técnicos e neutros (MILANI, 2012).

As motivações por trás desta arquitetura são, portanto, muito mais complexas do que a simples benevolência. Segundo Milani, Suyama e Novembro (2013), o debate acadêmico sobre as motivações da cooperação internacional para o desenvolvimento destaca diversas interpretações, incluindo a formação de alianças estratégicas, alinhamentos ideológicos, interesses políticos, vantagens militares e a busca por influência multilateral. Os objetivos comerciais evidenciam a procura constante das nações doadoras por novos mercados consumidores e espaços de atuação para os seus setores industriais. No âmbito das relações internacionais, a concessão de auxílio igualmente se traduz em adquirir relevância política, penetração económica e até mesmo disseminação cultural nos territórios beneficiados. Dito de outro modo, as potências utilizam os

fundos de assistência como um instrumento para consolidar e salvaguardar a sua esfera de influência perante o cenário global (NIPASSA,2009).

O que legitima todo este aparato? A peça central deste sistema é o próprio conceito de "desenvolvimento". É crucial desnaturalizar este conceito, reconhecendo a sua genealogia como um constructo ocidental que se universalizou através de mecanismos de poder (CONDE, 2021). Este exercício de desconstrução é fundamental para compreender as dinâmicas da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), pois revela que o próprio critério que define quem "precisa" desenvolver-se e quem é o "modelo" a ser seguido é, em si, um artefato de poder. Como alerta Gilbert Rist (2002) apud CONDE, (2021), a hegemonia desse discurso reside precisamente na sua capacidade de se autoreproduzir como verdade axiomática, um fenómeno que neutraliza críticas mediante a sua sedução retórica e aparente neutralidade técnica.

É precisamente essa falsa neutralidade que obscurece as relações de força no sistema da CID. Esta análise revela o paradoxo central: uma noção historicamente situada (oriunda de experiências específicas do Norte Global) transformou-se em aspiração universal, mascarando sob o véu da "evolução natural" o que é, na realidade, um projeto político-cultural. O resultado direto para a cooperação é a criação de um campo de atuação onde a heterogeneidade dos países beneficiários, suas histórias, culturas e contextos únicos, é frequentemente apagada em favor da aplicação de modelos padronizados e soluções técnicas importadas. Doadores e instituições financeiras, apresentando-se como portadores dessa verdade universal, impõem agendas que, embara técnicas na forma, são profundamente políticas no conteúdo. Consequentemente, ocorre a internalização acrítica dessa narrativa por muitas sociedades periféricas, que passam a perseguir um ideal alheio como se fosse autóctone. Este processo não só perpetua as assimetrias que o próprio paradigma prometia superar Rist, (2002) apud Conde, (2021), mas também nega a agência e o pluralismo inerentes à diversidade de nações classificadas sob a rotula de "subdesenvolvidas" ou "em desenvolvimento".

Esta crítica ganha profundidade histórica quando se observa a ligação direta com o projeto colonial. As iniciativas de cooperação internacional foram profundamente marcadas pelo legado colonial, manifestando-se como um projeto político que, sob o discurso do desenvolvimento, buscou impor modelos económicos, institucionais e culturais das antigas metrópoles aos territórios colonizados. Essa dinâmica revela uma continuidade histórica: a cooperação moderna reproduz, em novas roupagens, a mesma lógica assimilacionista que caracterizou o colonialismo, agora

justificada pela retórica da ajuda e da modernização, mas mantendo intacta a sua essência assimétrica e impositiva, como argumenta Milani (2012):

> Um exemplo precoce desta lógica é o *British Colonial Development and Welfare Act* de 1940, que permitiu o financiamento de projetos de desenvolvimento social e acentuou a intervenção direta da Coroa britânica nos programas locais de educação. Isso se deu, principalmente, graças à crença de que tais tipos de investimentos, de natureza sociocultural, ajudariam a preparar uma elite entre os colonizados (principalmente africanos) que seria posteriormente chamada a integrar os aparelhos administrativos na gestão das colónias (Olutayo et al, 2008 apud Milani, 2012, P. 212).

Se as teorias de Rist, (2002) apud Conde, (2021) explicam porque o "desenvolvimento" é um constructo de poder, e a análise de Milani, (2012) desvenda como a arquitetura da CID opera essa dominação, o caso de Moçambique revela com que consequências concretas esse poder se materializa na trajetória de uma nação. Moçambique figura entre as nações africanas cuja economia demonstra uma notável vinculação a recursos provenientes do exterior. Conforme destacam estudos como o de Arndt, Jones, Tarp, (2015), no decurso da década referida, o volume de assistência financeira internacional recebida pelo país atingiu a cifra de 65,6 dólares americanos por habitante, anualmente. Este montante equivalia, aproximadamente, a 40% do rendimento total da nação (NIPASSA, 2009). Esta dependência tem um impacto profundo na governação. De modo análogo, diversas análises, incluindo o Estudo de base do MASC (2008), calculam que quase 50% do Orçamento Geral do Estado moçambicano é sustentado por este fluxo de capital estrangeiro. A mesma tendência é sublinhada no Relatório da UNICEF (2006), que examina a Pobreza Infantil no país, o qual detalha o mecanismo de coordenação entre os diversos agentes de cooperação para o desenvolvimento, que canalizam verbas de auxílio para Moçambique (NIPASSA, 2009).

A estrutura desta ajuda é reveladora. Estatísticas compiladas pelo CAD da OCDE indicam que, nos últimos dez anos, a parcela de empréstimos na ajuda pública foi de 20%, enquanto os donativos corresponderam a 80% do total. Ademais, aproximadamente metade dos recursos destinados à assistência é alocada em operações de perdão da dívida, auxílio humanitário de urgência, fornecimento de bens materiais e cooperação técnica. Consequentemente, apenas a outra metade está efetivamente disponível para ser aplicada em gastos diretos no território moçambicano. Conforme informações do Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2004, a ajuda externa foi

responsável por 48% do orçamento estatal. Esta proporção revela que, na prática, as despesas correntes são suportadas pela receita interna, proveniente de tributos e outras fontes domésticas, ao passo que os investimentos em capital são majoritariamente financiados pelos fundos externos. A dificuldade em mobilizar quantias semelhantes através da sua própria economia é o que torna Moçambique tão dependente do auxílio externo. (De Renzio; Hanlon, 2007).

Esta vulnerabilidade não surgiu do vácuo. O desempenho económico real do período entre 1973 e 1992 apresentou uma trajetória de acentuada recessão, que contrastava fortemente com as otimistas projeções de crescimento definidas pelos planos centrais. Evidentemente, a implementação da política económica defrontou-se com um contexto sociopolítico e económico caótico. A crónica carência de quadros locais qualificados fez com que as estratégias e os objetivos de desenvolvimento fossem, em grande medida, delineados com base na assessoria prestada por diversos peritos estrangeiros, provenientes tanto das nações do bloco de leste como de agências das Nações Unidas (ARNDT, JONES, TARP, 2006). A complexa tarefa de desenvolvimento foi ainda agravada por um triplo constrangimento. Em primeiro lugar, verifica-se que, após a retirada dos portugueses, o sistema de trocas entre o meio rural e o urbano, essencial para a comercialização da produção agrícola, sofreu um colapso quase total. Em segundo lugar, a África do Sul, reagindo à independência moçambicana, desviou as suas cargas dos portos do país e reduziu significativamente o recrutamento de mão-de-obra migrante moçambicana. A partir de 1976, a adesão de Moçambique ao regime de sanções internacionais contra a Rodésia resultou em novas quebras nas receitas de exportação (Hall e Young, 1997). Em terceiro lugar, os anos que se seguiram à independência foram assolados por uma sucessão de calamidades naturais, que prejudicaram gravemente a produção agrícola (ARNDT, JONES, TARP, 2006)

Neste contexto de fragilidade, as condicionalidades geopolíticas da CID tornaram-se explicitas. No que se refere à dimensão estratégico-militar, o apoio financeiro pode oferecer contributos valiosos para a segurança e a estabilidade das próprias nações doadoras. Estabelecer uma presença em um país receptor converte-se numa ferramenta tática com considerável peso na geopolítica. Este fenómeno foi particularmente visível durante o contexto da Guerra Fria, quando a assistência ocidental era frequentemente vinculada a uma orientação explicitamente anticomunista. Moçambique vivenciou esta dinâmica na prática, quando a aceitação do apoio financeiro do Ocidente foi acompanhada da condição de transitar de um sistema socialista para uma economia de cariz capitalista (NIPASSA, 2009).

Face à esta realidade, o Estado moçambicano desenvolveu uma notável capacidade de adaptação. O facto de o executivo moçambicano ser considerado um interlocutor viável e desejável pela comunidade de doadores é atestado pela expressiva presença de agências de cooperação e diversos atores de desenvolvimento a operarem no país com os seus programas. Esta relação privilegiada tem raízes históricas profundas (como detalhado na próxima secção), alicerçada em duas décadas de um relacionamento estável e positivo com as instituições financeiras globais, e até quatro décadas de laços robustos com certos parceiros bilaterais, notadamente as nações nórdicas. Como resultado, ao longo do tempo, os moçambicanos, especialmente os membros da Frelimo e os ocupantes de cargos de alta hierarquia estatal, aperfeiçoaram uma notável habilidade para gerir interações complexas com uma multiplicidade de entidades internacionais. Eles demonstram capacidade para harmonizar as distintas exigências e focos destes parceiros, aderindo às suas agendas de forma favorável, sem, contudo, negligenciar a necessidade de preservar a sua base de sustentação política interna (DE RENZIO; HANLON, 2007).

Perante este cenário, torna-se crucial questionar e analisar o verdadeiro impacto e o papel desempenhado por esta ajuda internacional no processo de crescimento socioeconómico moçambicano (NIPASSA, 2009). A análise realizada demonstra, de forma contundente, que a dependência de Moçambique não é um acidente de percurso, mas um resultado previsível de um sistema desenhado para operar através de assimetrias. A arquitetura da CID, herdeira de um projeto colonial e legitimada por um conceito de "desenvolvimento" historicamente situado, materializou-se em relações de poder que condicionaram profundamente a soberania e as opções políticas do país.

Contudo, o sistema não é estático. A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) surgiu no contexto dos processos de descolonização, quando nações recém-independentes buscavam construir suas estruturas estatais com apoio externo, cristalizando-se inicialmente como um sistema hierárquico onde países industrializados da OCDE atuavam como doadores e as nações do Sul Global como receptoras (SOUZA, 2014). O cenário contemporâneo rompeu com essa dicotomia, transformando a CID em uma rede complexa e multifacetada: antigos receptores ascenderam à condição de doadores (muitos assumindo papéis híbridos), enquanto atores não-estatais - como ONGs, fundações privadas e corporações - ganharam protagonismo.

É neste contexto de pluralização que surge um contraponto fundamental ao modelo tradicional. As transformações no sistema internacional introduziram desafios conceituais fundamentais para a compreensão da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID),

evidenciando divergências profundas entre as abordagens Norte-Sul e Sul-Sul. Enquanto as nações desenvolvidas empregam o termo "assistência", que reflete uma relação verticalizada, os países do Sul Global adotam o conceito de "cooperação", enfatizando simetria, benefícios mútuos e autonomia na gestão de recursos (SOUZA, 2014). Esta distinção materializa-se na prática através da Cooperação Sul-Sul (CSS), que rejeita a dicotomia "doador-receptor" em favor de relações horizontais baseadas em parcerias. Como destaca Chaturvedi (2012, p. 23 apud SOUZA, 2014), a CSS diferencia-se radicalmente do modelo tradicional por três eixos centrais: (1) a ausência de condicionalidades políticas ou econômicas impostas externamente; (2) o alinhamento prioritário com as demandas específicas dos países envolvidos; e (3) a fundamentação em princípios de reciprocidade e interesse comum.

Este paradigma emergente encontra eco mesmo no seio do debate sobre as potências emergentes. No caso das potências emergentes, os analistas observam que sua aproximação é frequentemente impulsionada por uma identidade compartilhada como países em desenvolvimento, promovendo a troca de experiências baseada em expertise considerada mais adequada devido a contextos socioeconômicos similares. Além disso, essas cooperações rejeitam a tradicional relação hierárquica entre doador e receptor, priorizando benefícios mútuos e uma parceria mais equilibrada (MILANI; SUYAMA; NOVEMBRO, 2013). A CSS, portanto, não apenas questiona a estrutura hierárquica da ajuda internacional convencional, mas redefine os próprios parâmetros da cooperação. A sua emergência representa uma rejeição política explícita ao script de poder da CID tradicional, colocando a soberania e a horizontalidade como pilares incontornáveis de um desenvolvimento verdadeiramente alternativo (SOUZA, 2014).

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) frequentemente se confunde, ou mesmo se funde, com o conceito de ajuda externa, mas essa relação não é tão simples ou benigna quanto pode parecer. Como destaca Milani, (2012) a partir da reflexão de Hans Morgenthau, a ajuda externa não é um fenômeno unidimensional, mas sim um instrumento multifacetado, carregado de intenções políticas, estratégicas e até morais. Se, por um lado, a CID se apresenta como um esforço coletivo e solidário para promover o desenvolvimento, por outro, a ajuda externa que a sustenta pode servir a interesses nacionais, geopolíticos e econômicos dos países doadores. (MILANI, 2012). Assim, ao passar da discussão sobre a CID para uma análise mais específica da ajuda externa, é fundamental questionar: em que medida essa ajuda fortalece a autonomia dos países receptores, e em que medida reproduz lógicas de dominação e influência? A transição entre esses dois temas não é apenas temática, mas conceitual e crítica, um convite para desvendar as contradições por trás do discurso oficial da cooperação internacional.

1.2. AJUDA EXTERNA.

Para uma análise crítica da Cooperação Internacional em Moçambique, é fundamental desconstruir o próprio conceito de "ajuda externa". Esta noção, cujas bases foram lançadas por académicos como Hans Morgenthau, Black e Singer já na década de 50, carrega em si uma carga política e histórica que precisa ser examinada, como veremos adiante (PERREIRA, 2009).

A origem da ajuda externa que hoje se configura como um meio da política que tem suas origens nos EUA em 1947, como uma ferramenta diplomática e meio político de responder as questões da guerra fria na Europa, com vista a travar a insurgência dos comunistas na Grécia e a ajudar a Turquia a modernizar-se tecnologicamente e militarmente para não cair nas mãos dos seus rivais soviéticos. A rápida intervenção dos EUA manteria as independências e a integridade territorial desses países, como os problemas desses dois países eram tanto económicos como militares, a estratégia defendida era de reforçar a ajuda económica para fazer uma estabilização e expansão das economias desses estados se as suas populações e seus governos resistissem as pressões comunistas. (LANCASTER, 2008).

Assim os EUA desembolsaram uma quantia de 400 milhões de dólares para Grécia e Turquia, no mesmo ano surge a comunicação do lançamento do Plano Marshal por um período de 4 anos com verbas a rondarem os 13 bilhões de dólares americanos para catapultar o desenvolvimento da Europa, tal como a ajuda que foi para a Grécia e Turquia esse montante tinha os mesmos objetivos diplomáticos de empurrar as influencias comunistas para bem longe dos Estados europeus, pois temia-se que o não desenvolvimento da Europa levaria partidos comunistas ao poder principalmente na França e Itália, ademais já era visível uma preocupação acrescida dos EUA sobre questões de segurança por se perceber um eminente inicio da guerra fria, isso foi crucial para convencer o congresso norte americano a aprovar a "verdadeira inovação" que se tornou a ajuda externa, com o Plano Marshal e os muitos bilhões de dólares disponibilizados para combater o comunismo e os soviéticos.(LANCASTER, 2008).

A caraterística da Ajuda Externa tem mudado de forma significativa desde o longo período que este instrumento político surgiu, tanto em termo de quantidade e bem como em termo de natureza da doação. Primeiramente o plano Marshal que foi criado como um plano estratégico para suprir as necessidades de recuperação e restabelecimento de estados que estavam fortemente devastados logo apos a segunda grande guerra, esse plano estratégico que era tido como um plano anticomunista para cortar as raízes do comunismo soviético que atormentava os EUA, como a

principal caraterística do mesmo era a injeção de recursos que impediam os países a serem absorvidos pelo bloco soviético, este ultimo que também não se deixava ficar sem ação provendo assim programas semelhantes de ajuda externa aos países em recuperação na Europa Oriental. (TOMESANI, 2017).

Já Black (1968), a partir do centro da definição de Morgenthau (1962), define a ajuda como transferência de recursos entre países. no entanto ele acrescenta o sentido que o fluxo de recursos vai de um mundo desenvolvido para o mundo subdesenvolvido, algo que Morgenthau (1962) não tinha pautado quanto a direccionalidade dos fluxos da ajuda externa. Ou seja, os doadores devem estar no mundo desenvolvido, e os beneficiários no subdesenvolvido. Ademais a definição do conceito dessa ajuda externa exclui a cooperação Sul-Sul, pois trata-se de países do terceiro mundo, considerados pobres, no mesmo sentido exclui também o Plano Marshal e acrescenta que o mesmo não pode configurar-se a génese da ajuda externa por que este se tratou de fluxo de recursos entre Norte-Norte. (BLACK, 1968 apud PERREIRA, 2009, p. 38).

Black trouxe algumas delimitações como, por exemplo, o direcionamento da ajuda como sendo para governos e exclusão de fluxos privados e militares, entretanto os dois autores têm o mesmo entendimento que ajuda externa consiste em transferência de recursos entre nações. No entanto, segundo o autor a questão da definição de transferência acaba fazendo com que o conceito ganhe um carater amplo, como observado:

> Nota-se que a noção de uma transferência assim definida engloba transações que não costumam significar ajuda: operações de compra e venda entre Estados, ou empréstimos concedidos em condições de mercado – empréstimos comerciais. Os conceitos trabalhados por esses autores são muito amplos. Têm problemas de amplitude conceitual: parecem abarcar mais do que o desejado. É razoável afirmar que transações de compra e venda entre Estados, embora fluxos internacionais de recursos, não seriam algo que Morgenthau ou Black desejassem abranger. (PERREIRA, 2009, p. 39)

Para Morgenthau, (1962), a ajuda externa é transferência de dinheiro, bens e serviços de um país para outro, acrescenta ainda que essas transferências não precisam ser necessariamente de governos, podem ser organizações privadas, como igrejas, fundações doadoras, sendo assim a ajuda não esta estritamente ligada apenas ao plano estatal, ela não e apenas internacional, mas também considerada transacional. A ajuda com propósito de desenvolvimento económica é apenas vista

como uma peça entre tantas outras peças no contexto da ajuda, posto isso quer dizer que o desenvolvimento não é assumido como o fator de definição da ajuda, ou seja, para o autor não existe uma conexão necessária entre a ajuda externa e desenvolvimento. (MORGENTHAU, 1962 apud PERREIRA, 2009, p. 37), Ademais, Morghentau (1962) introduz a ajuda militar na sua definição de ajuda externa o que diferencia do autor em alusão no paragrafo anterior. (PERREIRA, 2009).

Por outro lado, o conceito de ajuda externa sofre alterações no debate teórico, no qual se cinge a ser ajuda oficial ao desenvolvimento, separando esse conceito de outros fluxos oficiais. Esse novo conceito é definido como "as transações oficiais que são efetuadas com objetivo principal de promover o desenvolvimento económico e social dos países em desenvolvimento e cujos termos financeiros são destinados a ter carater concessional". O conceito de subvenção é algo usado como modelo de concessionalidade da ajuda. (FÜHRER, 1996, p. 21).

> A AOD consiste em fluxos para países em desenvolvimento e instituições multilaterais fornecidos por agências oficiais, incluindo governos estaduais e locais, ou por suas agências executivas, cada transação das quais atende ao seguinte teste: a) é administrada com a promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar dos países em desenvolvimento como objetivo principal, e b) é de carácter concessional e contém um elemento de subvenção de pelo menos 25 por cento (calculado a uma taxa de desconto de 10 por cento).(FÜHRER, 1996, p. 24)(FÜHRER, 1996, p. 24)

Segundo Lancaster, (2008), defini ajuda externa como "uma transferência voluntária de recursos públicos, de um governo para outro governo independente, para uma ONG ou para uma organização internacional (como o Banco Mundial ou o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas)". Essa ajuda tem como objetivo melhorar de certa forma a condição humana no país que recebe a ajuda. (LANCASTER, 2008, p. 22). A autora também aponta que a ajuda externa para outros fins que não seja humanitário vem como um expediente temporário da diplomacia da guerra fria, e não como uma atitude altruísta dos países que deram essa ajuda aos países beneficiários durante esse período conturbado de guerra de ideologias e muito menos por questões alicerçados por objetivos comerciais ou na expetativa de difundir o capitalismo. Ou seja, "Se não tivesse havido a ameaça da Guerra Fria, os Estados Unidos – o primeiro e, durante muitos anos, o maior país a

conceder ajuda – poderiam nunca ter iniciado programas de ajuda ou pressionado outros governos para o fazerem".

Ademais, apesar da ajuda ter caraterísticas de um expediente diplomático temporário, Lancaster (2008) argumenta que nos anos de 2000 acabou se configurando um elemento comum e que já tinha ganhado seu espaço na interação entre os estados em uma condição mais abastada de recursos e os mais necessitados, com o objetivo que forma crescente dava enfase a melhoria da qualidade de vida dos países que recebiam essa ajuda externa. (LANCASTER, 2008, p. 18).

Para além das críticas económicas e discursivas, uma perspetiva fundamental analisa a ajuda externa enquanto um instrumento de intervenção e reformulação política profundamente ligado aos processos da globalização neoliberal. É nesta vertente que se insere a contribuição de Sabaratnam (2017), cuja pesquisa é particularmente relevante por incluir Moçambique como um dos seus estudos de caso. A autora argumenta que a cooperação internacional não é um simples auxílio, mas parte de um projeto político mais amplo, engendrado pelo Ocidente, que visa reformatar os Estados do Sul global de acordo com uma ortodoxia liberal.

Nesta lógica, a soberania desses países deixa de ser uma barreira intransponível, transformando-se numa fronteira permeável onde actores internacionais, como o Banco Mundial, assumem funções regulamentares e administrativas que tradicionalmente caberiam ao Estado-nação. Como ela própria define, este processo centra-se fundamentalmente na "produção de uma governação liberal global" (SABARATNAM, 2017, p. 17). Esta análise é vital para o presente estudo, pois fornece as lentes para compreender como as condicionalidades das IFIs em Moçambique operam uma reengenharia do aparato estatal e das suas políticas, esvaziando a autonomia nacional em nome de uma integração subordinada na economia política global.

A ajuda externa joga um papel preponderante no jogo político dos doadores na sua interação com os países em vias de desenvolvimento, principalmente em África. Por se encontrarem em uma situação desfavorável, estes países acabam por cair nas malhas dessa armadilha da ajuda (OPPENHEIMER; CARVALHO, 1996). Como se pode ver:

> Existem, portanto, duas aproximações possíveis na implementação dos esquemas de condicionalidade política: uma abordagem «ativa», que consiste na criação de programas e incentivos que visem apoiar as transformações desejadas, mobilizando para tal recursos adicionais; uma abordagem <<negativa>>, que visa a aplicação de pressões sobre os países receptores que não satisfaçam os critérios definidos, ameaçando a suspensão

> parcial ou total da ajuda até que determinada reforma seja adotada. (OPPENHEIMER; CARVALHO, 1996, P. 8).

No pós-Guerra Fria, o "mercado da ajuda" internacional consolidou-se como um campo de ação com lógica própria, operando como um passe livre para as agências doadoras administrarem o negócio do desenvolvimento. Estas agências, cada vez mais em voga, tendem a concentrar-se na criação de políticas fundadas numa visão negativa, focada na identificação e eliminação de problemas, alvos políticos ou sistemas considerados indesejáveis, em vez de promoverem visões positivas de futuro (FRASER, 2006).

Contudo, a não aceitação de políticas ou interesses nacionais dos países recetores confere a estes modelos um carácter arbitrário. A sua ação justifica-se primariamente pela ênfase em manter a estabilidade e prevenir ameaças, objetivos que se tornam centrais para a própria razão de ser desse mercado da ajuda. Perante este cenário, para os beneficiários destas intervenções, desenvolver uma perspetiva própria e ter o potencial de criar projetos nacionais autónomos – ou mesmo negociar de forma equitativa com os doadores – torna-se uma tarefa profundamente desafiadora e complexa. (FRASER, 2006).

Há mais de uma década que o Banco mundial afirmou que os problemas de desenvolvimento de Africa advêm de uma má governação, e nisso juntamente com instituições de má qualidade, estados fracos em matérias judiciais, corrupção e não culpabilidade dessa corrupção, entre outros. No entanto os autores Bräutigam; Knack, (2004), defendem existirem muitas razoes para essa dinâmica vivida na africa, o colonialismo quase nada fez para que se tivesse um desenvolvimento dessas instituições, fazendo delas fortes e enraizadas para dar resposta aos critérios de desenvolvimento dos estados modernos. (BRÄUTIGAM; KNACK, 2004). Ademais, esses problemas foram por eles criado como a autora evidencia:

> A crise económica e a dívida insustentável, as guerras civis e a instabilidade política cobraram o seu preço ao longo das últimas duas décadas e mais. É difícil separar o impacto destes problemas do impacto possível da ajuda externa, que é muitas vezes elevado em países que sofrem precisamente destes problemas. A teoria fornece orientações conflitantes aqui. Por um outro lado, a ajuda pode libertar os governos de restrições vinculativas em matéria de receitas, permitindo-lhes reforçar as instituições nacionais e pagar mais aumentos aos funcionários públicos. A ajuda pode fornecer formação e assistência técnica para construir sistemas jurídicos e

> escritórios de contabilidade. Em muitos países, o pessoal humanitário (por vezes expatriado) gere programas governamentais importantes, e a infusão de recursos e assistência técnica pode dar um impulso importante à eficiência e eficácia da governação, mesmo que apenas num sentido parcial. (BRÄUTIGAM; KNACK, 2004, p. 2).

No entanto, apesar destes benefícios prováveis, é igualmente possível que esta dinâmica não se altere e que as grandes somas de ajuda, bem como a forma como são geridas, se mantenham. Essa continuidade dificulta a efetivação de uma boa governação. Deste modo, a ajuda opera de forma a afetar negativamente as instituições de Estados já fragilizados. A ajuda pode, em teoria, visar erradicar estas preocupações; contudo, o próprio sistema de ajuda externa, em vez de solucionar os problemas, acaba por criar obstáculos adicionais à governação nos Estados que dele dependem (BRÄUTIGAM; KNACK, 2004).

Para além dos efeitos internos previamente discutidos, uma outra camada de complexidade preocupa académicos, críticos e reformistas da ajuda internacional. Esta apreensão estrutura-se em torno de dois eixos principais. Em primeiro lugar, sustenta-se que o modelo convencional de assistência entrou em declínio. A proliferação de agências ao longo dos anos, cada uma com a sua agenda distinta, gerou uma competição pelo espaço e influência, transformando este ecossistema num panorama caótico. Esta situação é ainda agravada pelo surgimento contínuo de novas crises globais, como conflitos armados, ameaças terroristas, o papel ampliado de fundações filantrópicas, e a criação de mecanismos de financiamento dedicados a combater epidemias como a do HIV/SIDA. (LINDSAY, 2009)

Em segundo lugar, destaca-se a ascensão de doadores não tradicionais, oriundos particularmente do Sul Global, como a China e a Índia. Estes atores conquistam uma presença crescente num ambiente já por si fragmentado, introduzindo lógicas alternativas, condicionalidades distintas e aprofundando os desafios de coordenação no seio da arquitetura internacional da ajuda. (LINDSAY, 2009)

Em segundo lugar, surge uma recorrente preocupação com os doadores ocidentais que criam entraves para os governos recetores, limitando suas capacidades de formulação de políticas internas. Essas agências exigem que seus recursos sejam alocados nas prioridades que elas próprias definem como coerentes e necessárias, obrigando os países a alterarem suas políticas económicas e sociais em troca de financiamento. No caso de Moçambique, essa imposição de condicionalidades tem prejudicado o país, levantando a defesa de que a ajuda tem feito mais mal do que bem ao retirar

soberania nacional, afundar a democracia e negligenciar necessidades e soluções locais (LINDSAY, 2009).

Uma retrospetiva histórica demonstra ainda que a abordagem aplicada em Moçambique é anacrónica e incoerente. Antes da industrialização, a Europa enfrentava problemas semelhantes no sector agrícola, onde os camponeses eram igualmente acusados de preguiça e ineficiência. O continente superou este estágio não através de condicionalidades externas, mas mediante a implementação de estratégias de apoio direto — como a distribuição de insumos, fertilizantes e máquinas — para tornar o trabalho agrícola mais eficiente e menos árduo. Essas medidas impulsionaram o crescimento e melhoraram a vida das comunidades (CUNGUARA; HANLON, 2012a). Este contraste histórico evidencia a contradição fundamental da ajuda: ela nega aos moçambicanos as mesmas ferramentas de apoio que foram cruciais para o desenvolvimento dos próprios doadores.

Este cenário de fragmentação e imposição de agendas descrito por Lindsay (2009) torna-se ainda mais problemático quando contrastado com casos históricos de sucesso no uso da ajuda externa. O exemplo da Coreia do Sul, citado por Cunguara e Hanlon (2012), é elucidativo. Ao contrário do que frequentemente se exige de países africanos como Moçambique, o governo sul-coreano não cedeu a sua soberania aos doadores. Pelo contrário, inicou, dirigiu e organizou o seu próprio desenvolvimento, subordinando a ajuda aos seus objetivos nacionais (CBO, 1997, apud CUNGUARA; HANLON, 2012, p. 14). Este caso demonstra que a eficácia da ajuda está intrinsecamente ligada à capacidade do país receptor de a gerir de forma soberana – uma capacidade que o modelo atual criticado por Lindsay (2009), paradoxalmente, tende a minar.

Além disso, essa ajuda norte-americana catapultou o país rumo à criação de fábricas de fertilizantes, o que impulsionou maciçamente seu uso. Por essas razões, tais políticas foram consideradas bem-sucedidas pelos próprios doadores. No entanto, quando chegou a vez da África, e particularmente de Moçambique, de fazer uso das mesmas políticas consideradas eficazes, a comunidade internacional simplesmente as proibiu. Ao país, não obstante, foi imposto o encerramento de seu conselho de comercialização, o desmantelamento da investigação agrária e o fim do apoio estatal à produção de sementes modernas, medidas que se vislumbravam como cruciais para alavancar o desenvolvimento agrícola. Essa mudança de orientação acabou por prejudicar profundamente o setor rural e as comunidades moçambicanas (CUNGUARA; HANLON, 2012c).

Em Moçambique, a atuação dos doadores pautou-se pela primazia dos seus próprios interesses, relegando para segundo plano as necessidades locais. Como ilustração, não disponibilizaram tecnologias suficientes para melhorar e aumentar a produção dos camponeses, nem forneceram insumos agrícolas em quantidade adequada. Paralelamente, o Estado foi obrigado a deixar de subsidiar e fornecer esses mesmos insumos às comunidades. Esta combinação de fatores resultou num uso reduzido de recursos, o que levou a baixas produções e vendas. Consequentemente, gerou-se um nível de desenvolvimento reduzido, sem ganhos reais para as comunidades, pautando-se sobretudo pelo mediatismo e protagonismo dos doadores (CUNGUARA; HANLON, 2012).

Este caso moçambicano é um exemplo concreto de um padrão que se repete no continente. De acordo com diversas pesquisas realizadas em África, consolidou-se a compreensão de que, na maioria das vezes, os doadores tendem a seguir uma lógica singular: sobrepõem os seus interesses em detrimento dos beneficiários. Ou seja, os interesses locais são postos de lado, ignorando-se as condições, os valores e as necessidades das populações, ao implementarem modelos ineficientes que não trazem impactos positivos significativos. Pelo contrário, só aumentam a pressão e as exigências sobre os beneficiários (BRETT, 2016).

Esta dinâmica é frequentemente justificada por uma narrativa problemática. A ideia perpetuada por alguns estudiosos ocidentais e agentes da ajuda é, no mínimo, desmotivadora: consiste numa visão que considera os líderes africanos incapazes de se alinharem a uma política única de desenvolvimento para o continente. Embora alguns líderes, de facto, não abram mão da sua condição de elite, é necessário desafiar essa rotulagem generalizada que caracteriza africanos e seus governos como anti-desenvolvimentistas. Na realidade, os governantes africanos frequentemente possuem uma visão de desenvolvimento que não se alinha totalmente com a dos doadores. Isto é, os governos definem as suas prioridades com base em contextos e necessidades locais, e não necessariamente de acordo com o que os doadores consideram ideal (FRASER; LINDSAY, 2009)

Esta fissura está intrinsecamente ligada às estratégias que os doadores pretendem implementar nos países africanos, apresentadas como as "melhores" ou "únicas" formas de gestão política e económica para gerar desenvolvimento nacional, mas que muitas vezes ignoram especificidades históricas, culturais e sociais cruciais (FRASER; LINDSAY, 2009).:

> Na maioria dos casos, a ajuda externa a África não começou num ambiente saudável.... Portanto, ainda hoje muitos africanos consideram que a relação com os doadores ainda é influenciada pelo passado colonial, onde

> os doadores “sabem” o que, quanto e quando os destinatários precisam. (IN JOAQUIN CHISSANO apud FRASER; LINDSAY,2009, p. 15).

Segundo Nipassa (2019), a ajuda surge como um dos principais alicerces da cooperação para o desenvolvimento dos envolvidos nessa relação. Enquanto a cooperação é vista pelo autor como uma relação de win-win entre os envolvidos, por outro lado, a ajuda é tida como uma espécie de relação na qual o doador não espera nada em troca; ou seja, o doador não tem ganhos por parte do receptor. Assim seria a ajuda, no entanto, na prática, vislumbra-se outro sentido. De forma prática, segundo Monteiro (1997) apud Nipassa (2009, p. 7), a ajuda externa vê-se constantemente atrelada às agendas particulares dos países doadores. Ademais, esse sentido de ajuda conduz-se por um caráter de política externa que se traduz em interferência, com presença nas políticas internas, na influência econômica e até na cultural dos beneficiários dessa mesma ajuda. Ou seja, existe um posicionamento de usar a ajuda para suplantar e defender as suas incursões no seio da comunidade internacional (NIPASSA, 2009).

No mesmo sentido, o doador já tem um comportamento predefinido daquilo que será o relacionamento com os países africanos. Sendo estes o provedor da ajuda, tem o direito de ditar e condicionar a utilização dos recursos, priorizando os seus interesses sem levar em conta, em primeiro lugar, as prioridades dos beneficiários. Ou seja, os interesses dos doadores e dos doados não coincidem. "Um exemplo disso é a construção de infraestruturas em África, vista pelos africanos como uma alta prioridade para seu desenvolvimento sustentável e sistematicamente rejeitada pelos doadores" (FRASER; LINDSAY, 2009, p. 15).

Sabaratnam (2017) admite que fazer uma análise crítica da dinâmica da ajuda e, no mesmo sentido, mudar a situação é difícil, pelo fato de as relações internacionais e sua estruturação no século XX terem sido projetadas por colonizadores racistas e terem uma relação desigual. As pesquisas demonstram que existe uma racialização nas estruturas das relações internacionais e que os modelos de intervenções internacionais de construção de Estado operam sobre hierarquias de raça. Outro ponto levantado pela autora é a necessidade de aceitar essa estrutura desigual, pois se torna um ponto importante para o projeto de descolonizar as relações internacionais; mas descobrir que o regime de ajuda contemporâneo opera sobre hierarquias racializadas de direitos apresenta uma oportunidade melhor para exigir mudanças (SABARATNAM, 2017).

Pelo fato de a ajuda externa se caraterizar como uma espécie de intervenção, a autora evita usar a linguagem de "beneficiarios", que é um termo amplamente utilizado em vários documentos políticos e de implementação como referencia as pessoas em Moçambique, ao invés disso ela usa o

termo "alvos" e defende que essa mudança dos termos se deve porque o termo beneficiários pressupõe analiticamente efeitos positivos da intervenção, o que muitas vezes não se operacionaliza nesses moldes, se direcionando de agencia do interveniente para o beneficiário, o que faz com que esse ultimo seja passivo a ser conduzido, a ajuda enquanto intervenção acaba por ser um instrumento para manter e aprofundar as desigualdades no internacional, levando a uma dependência continua do beneficiário (SABARATNAM, 2017).

No mesmo sentido Sabaratnam, (2017) discorre que as ajudas como forma de intervenção são profundamente políticas, porque versam-se de conjuntos altamente desiguais de identidade, direitos e relações de poder entre os intervenientes e os seus alvos, esses intervenientes estruturam um tipo de visão do mundo sobre quem é culpado pela situação de débil de pobreza, e pelas incapacidades do estado do Sul Global. Sabaratnam (2017) chega à conclusão que as intervenções falham e continuam a falhar porque simplesmente elas são moldadas através de relações estruturais de diferença colonial, que constroem de forma íntima a sua conceção, operação e efeitos. No seu entendimento, a questão de hierarquia, do direito e da dependência que são os aspectos que caraterizam a intervenção em Moçambique, acabam minando continuamente as tentativas de fazer um projeto centralizado da capacidade dentro do estado e promover maneiras mais eficazes de desenvolvimento e boa governação no país. (SABARATNAM, 2017).

Para além dos efeitos internos previamente discutidos, uma outra camada de complexidade preocupa académicos, críticos e reformistas da ajuda internacional. Esta apreensão estrutura-se em torno de dois eixos principais. Em primeiro lugar, sustenta-se que o modelo convencional de assistência entrou em declínio. A proliferação de agências ao longo dos anos, cada uma com a sua agenda distinta, gerou uma competição pelo espaço e influência, transformando este ecossistema num panorama caótico. Esta situação é ainda agravada pelo surgimento contínuo de novas crises globais, como conflitos armados, ameaças terroristas, o papel ampliado de fundações filantrópicas, e a criação de mecanismos de financiamento dedicados a combater epidemias como a do HIV/SIDA. (LINDSAY, 2009)

Em segundo lugar, destaca-se a ascensão de doadores não tradicionais, oriundos particularmente do Sul Global, como a China e a Índia. Estes atores conquistam uma presença crescente num ambiente já por si fragmentado, introduzindo lógicas alternativas, condicionalidades distintas e aprofundando os desafios de coordenação no seio da arquitetura internacional da ajuda. (LINDSAY, 2009)

No mesmo sentido, surge uma recorrente preocupação com os doadores ocidentais que criam entraves para os governos recetores, limitando suas capacidades de formulação de políticas internas. Essas agências exigem que seus recursos sejam alocados nas prioridades que elas próprias definem como coerentes e necessárias, obrigando os países a alterarem suas políticas económicas e sociais em troca de financiamento. No caso de Moçambique, essa imposição de condicionalidades tem prejudicado o país, levantando a defesa de que a ajuda tem feito mais mal do que bem ao retirar soberania nacional, afundar a democracia e negligenciar necessidades e soluções locais (LINDSAY, 2009).

1.3. DEPENDÊNCIA

Amin e Pearce (1973) exploram os mecanismos estruturais dos processos históricos que conduzem ao desenvolvimento desigual entre as regiões do mundo, especificamente entre o centro e a periferia. Os autores sustentam suas visões na estrutura marxista para realizar uma análise detalhada sobre como o sistema capitalista tende a perpetuar a desigualdade em escala global. Eles estabelecem uma estrutura teórica baseada no materialismo histórico, distinguindo entre as várias formas de produção, desde a comunal-primitiva até a tributária, a escravista e a capitalista, deixando claro que as transições de formações pré-capitalistas para capitalistas tiveram influências profundas nas relações sociais e nas estruturas de classe. Ademais, os autores introduzem o conceito de troca desigual, defendendo que o valor transferido dos países periféricos para os centrais, que advém das trocas comerciais entre eles, é gritantemente desigual. A consequência disso é que os países centrais continuam a enriquecer às custas dos periféricos, enquanto estes permanecem em sua condição de subdesenvolvimento, alimentando continuamente os primeiros (AMIN; PEARCE, 1973).

Essa dinâmica de exploração é reforçada por uma divisão internacional do trabalho injusta, criada e imposta pelo sistema capitalista mundial, que apenas beneficia os países do centro. Essa divisão caracteriza-se pela dominação dos países centrais na produção de bens de alto valor agregado, ao passo que os países periféricos ficam forçados a ser produtores de matérias-primas e de produtos de baixo valor agregado, permanecendo presos nessa estrutura produtiva. Como resultado, cria-se uma dependência económica extrema, que perpetua a subordinação económica dos países periféricos. Para além do comércio, essa dinâmica estende-se às políticas e práticas impostas pelas Instituições Financeiras Internacionais (IFI) e pelas empresas multinacionais, aumentando essa condição de dependência e condicionalismo (AMIN; PEARCE, 1973).

Um exemplo concreto dessa lógica ocorreu em 1995, quando o Banco Mundial exigiu que Moçambique liberalizasse a comercialização do sector da castanha de caju e levantasse as medidas que proibiam a exportação do produto em estado bruto. Essa exigência era uma condição para um empréstimo de 400 milhões de dólares, o que visava manter Moçambique na posição de produtor com ganhos relativamente baixos, uma vez que a exportação da cultura em bruto não agrega ganhos significativos, ao contrário do processamento nos países centrais, que gera valores elevados pela venda do produto final. (SABARATNAM, 2017).

Se, por um lado, as IFIs promoviam essa dependência através de condicionalidades, por outro, a academia demorou a reconhecer o problema. Até os anos 80 e 90, no contexto da crise da dívida e da crise económica, o tema da dependência da ajuda era praticamente invisível na literatura. Essa quase invisibilidade deveu-se muito à atuação das agências de ajuda que patrocinavam as investigações sobre o tema. Ou seja, os autores e agências que escreviam sobre a ajuda externa não se preocupavam em aprofundar o sentido de dependência da ajuda, não aceitando que esta se configurva como uma condição extremamente problemática (BRÄUTIGAM; KNACK, 2004). No mesmo sentido, Riddell (2007) *apud* Bräutigam; Knack, (2004, p. 4) "chamaram a dependência da ajuda de "aquele processo pelo qual a prestação contínua de ajuda parece não estar a contribuir significativamente para a consequência do desenvolvimento autossustentável".

Na mesma perspetiva, a dependência da ajuda é chamada de "um estado de espírito, onde os beneficiários da ajuda perdem a capacidade de pensar por si próprios e, assim, renunciam ao controle". (SOBHAN, 1982 *apud* BRÄUTIGAM; KNACK, 2004). Este controlo externo manifestou-se claramente em Moçambique, quando o país tentou um alinhamento político que ia ao encontro de um plano para mudança de paradigma na sua política agrícola, em favor de um conceito mais pro-pobre e pro-camponês, alinhado com a revolução verde para África e com o programa da União Africana. Esses comprometimentos permitiram uma maior viabilização do financiamento público para o sector agrícola, com investimento em tecnologias de produção e infraestruturas. No entanto, esta tentativa de autonomia não foi bem vista pelos doadores. O Banco Mundial e a USAID retiraram o apoio direto ao setor agrícola de Moçambique por não concordarem com a ideia de um subsídio direto ou fornecimento de insumos por parte do governo. Esta dinâmica de ideias diferenciadas que o governo estava a trazer deixou os doadores incomodados, pois não eram políticas que os favoreciam. Como retaliação por estas afrontas, o governo viu seus recursos de assistência reduzidos à metade através do PROAGRI. Esta situação ilustra a guerra pelo controlo de

políticas internas no país: quando as vontades dos doadores não são satisfeitas, o recurso plausível para coagir é limitar os recursos da ajuda externa (EUROSIS, 2010).

Segundo Castelo Branco, (2008), em termos de propriedade de ajuda, se levarmos em conta o contexto da dependência da ajuda, isso quer dizer que o beneficiário da mesma ajuda externa define sua política ou programa no qual quer implementar sem pressão ou ingerências para mudança de políticas. Assim nesse sentido é levado em conta pelos puristas, por terem essa noção de operacionalização da propriedade da ajuda. Segundo Castel Branco:

> (i) a agência beneficiária origina o programa de reforma livre de pressão externa e influências;
> (ii) as agências doadoras não têm influência na agenda política da agência beneficiária além de financiá-lo e isso não afeta a sua disposição de financiar a agência recetora;
> (iii) os doadores não têm preferências políticas claras ou não as expressam, caso as tenham; portanto, disponibilizam ajuda independentemente das escolhas políticas feitas pelo destinatário, de forma desvinculada, incondicional e desvinculada;
> (iv) o ambiente político e a mudança num país doador não afetam a dinâmica da ajuda de qualquer maneira substancial, de modo que a agência beneficiária não precise ser preocupada com tais mudanças e preocupado em manter o doador satisfeito;
> (v) o financiamento da ajuda é previsível e estável; para que o destinatário não precise implorar ou negociá-lo, não se sente pressionado a cumprir as preferências dos doadores e sabe quanto e por quanto tempo o financiamento da ajuda está disponível;
> (vi) qualquer outra forma potencial de influência por parte do doador, tal como através de assistência, é exercida exclusivamente no âmbito da agenda política e das prioridades definidas pela agência beneficiária; e
> (vii) a agência beneficiária está totalmente informada e tem interesses homogêneos sobre políticas opções e preferências, de modo que as escolhas e decisões políticas reflitam propriedade incontestada. (Castel Branco, 2008, p.6).

O conceito de propriedade (ownership) da ajuda externa descreve um cenário ideal em que o país beneficiário formula e executa suas políticas de desenvolvimento com plena autonomia, livre de pressões ou condicionalidades impostas pelos doadores. Nesse modelo, o financiamento é oferecido de forma desvinculada, previsível e incondicional, assegurando que a agenda nacional permaneça soberana e que o apoio externo se restrinja ao papel de facilitador, e não de direcionador do desenvolvimento. Essa visão pressupõe ainda que o país receptor tenha capacidade técnica, coesão interna e clareza estratégica para liderar seu próprio processo de forma incontestável. (Castel Branco, 2008, p.6).

Contudo, a realização desse ideal esbarra diretamente na realidade estrutural do sistema internacional. Precisamente nesse ponto, como demonstram Cardoso e Faletto (1969) em "Dependency and Development in Latin America". Os autores enfatizam que o subdesenvolvimento de regiões como a América Latina não é uma fase que antecede o desenvolvimento, mas sim uma condição estruturada pela sua inserção subordinada no sistema económico global. Eles tratam a dependência como um sistema de relações que subordina os países do Terceiro Mundo aos interesses dos centros desenvolvidos. Esse modelo relacional, portanto, não apenas limita a capacidade de desenvolvimento autónomo das periferias, mas também atua como um mecanismo que perpetua a hierarquia entre nações centrais e dependentes (CARDOSO; FALETTO, 1969).

Além disso, as particularidades históricas e estruturais de cada país devem ser entendidas como fundamentais para a compreensão do seu desenvolvimento. Isto porque as heranças coloniais, as estruturas de classe e as políticas internas influenciam de maneira significativa as possibilidades de desenvolvimento dessas nações. Por consequência, não se podem impor modelos pré-estruturados de forma universal. Cardoso e Faletto (1969) entendem tanto as relações de poder externas quanto as internas como fatores que moldam as condições económicas. Segundo os autores, as lideranças locais tendem, frequentemente, a criar relações de colaboração com interesses estrangeiros que, desta forma, perpetuam a dependência económica em relação aos países centrais. Ademais, as políticas formuladas pelos países periféricos quer sejam políticas económicas ou decisões de investimento, são largamente influenciadas por interesses externos. Desse modo, estão mais voltadas para sectores de grande valor para estes atores, priorizando o sector extrativo de recursos e maximizando os lucros milionários das empresas transnacionais (CARDOSO; FALETTO, 1969).

Contudo, essa orientação política é profundamente contraditória. O país mantém uma maioria rural, e argumenta-se que o investimento na agricultura teria um impacto muito mais significativo na redução da pobreza. O interesse dos doadores no setor extrativo, portanto, não é neutro; está alinhado com os lucros das empresas multinacionais ocidentais sediadas em seus países de origem. Dessa forma, os doadores exercem pressão sobre o governo moçambicano para priorizar investimentos num sector que beneficia principalmente a seus interesses estratégicos e económicos, em detrimento do desenvolvimento rural e autóctone (CUNGUARA; HANLON, 2012a).

Ademais, Cardoso e Faletto, (1969), introduziram o conceito que chamaram de "desenvolvimento associado", defendendo que certos setores da economia podem crescer numa perspectiva de associação com o capital estrangeiro, no entanto essa associação não traz consigo

algo que eles assumem como sendo um desenvolvimento económico independente e autossustentável, por se caracterizar por um desenvolvimento económico meramente estatístico sem no entanto fazer mudanças significativas nas estruturas que aumentam a dependência e desigualdade. No entanto, como solução para essa dinâmica que se configura quase caótica e para ultrapassar a dependência, enfatizam a importância de criar politicas que tenham uma capacidade autónoma de desenvolvimento, diferenciando a economia, criando reformas agrarias, industrializar tendo em vista as necessidades de alimentação do mercado interno, cortar de forma significativa a dependência que se cria ao capital estrangeiro para alimentar o desenvolvimento económico desses países, criar cooperações a níveis regionais e entre os países periféricos como forma de trilhar um caminho tendo em vista a diminuir a dependência sobre os países centrais. (CARDOSO; FALETTO, 1969).

A criação da dependência de ajuda externa no continente africano tem suas raízes nas armadilhas da dívida criadas pelos países ricos. Por exemplo, a partir da década de 1960, uma fé generalizada liderada pela dívida tomou conta de estudiosos da economia do desenvolvimento, governos do Terceiro Mundo e organizações internacionais, em particular, o Banco Mundial. A crença predominante era que o grande problema do desenvolvimento do Terceiro Mundo residia na grave escassez de capital, e a solução vislumbrada consistia, sobretudo, na concessão de empréstimos a esses países pobres. (HARRISON, 2002)

O Banco Mundial, de forma especial, capitaneou uma cultura de empréstimos. Essas instituições defendiam que um país altamente endividado significava uma economia saudável, com a "semente do desenvolvimento" lançada em terreno fértil. Não demorou muito para que esse modelo começasse a germinar. Assim, desde os alcances das independências africanas, esses países começaram a contrair grandes dívidas internacionais, fundamentando-se na ideia de um desenvolvimento baseado em endividamento. (HARRISON, 2002).

Na mesma década de 60-70, a análise das negociações cingia-se a uma abordagem mais superficial. No entanto, a partir da década de 80, surge uma reconfiguração nos processos de análise das negociações entre doador e recetor, ganhando importância acrescida devido à viragem para empréstimos condicionados a mudanças de políticas. Os doadores adotam um projeto mais agressivo, focado na perspetiva de mudança de políticas e reformas económicas dos países beneficiários. Esse pensamento tornou-se tão dominante que surgiu a hipótese de os fracassos do desenvolvimento em África serem efeito de políticas erradas engendradas pelos governos africanos que geriam os recursos dos doadores. Para alterar essa dinâmica desastrosa, defendia-se a

introdução de "políticas ortodoxas" de reformas económicas, batizadas como Consenso de Washington, ou seja, o neoliberalismo (LINDSAY, 2009).

A armadilha da crise da dívida teve início com a economia do México, que, em situação desfavorável e com dificuldades de articulação, anunciou moratória no pagamento da dívida aos seus credores. Esse processo foi seguido pelo Brasil, que enfrentava provações semelhantes. Sendo grandes devedores, deixaram os credores, com destaque para os bancos privados da América Latina, em crise de liquidez. A África, continente historicamente arrastado para o meio de problemas alheios, não conseguiu escapar a este em particular, e viu os seus países endividarem-se de forma rápida e acentuada, acumulando dívidas insustentáveis (HARRISON, 2002).

Ademais, os contornos da dependência da ajuda no contexto africano associam-se ao facto de que, como assinala Harrison (2022, p. 50), "a crise da dívida entrou no vocabulário geral juntamente com termos como 'a Guerra Fria' ou 'Nova Ordem Mundial'. A maioria das pessoas pode dizer algo sobre o que é a crise da dívida". Contudo, persiste uma vasta discussão sobre a sua génese, interpretação e operacionalização. A crise da dívida tornou-se um ponto fulcral para compreender as nuances do desenvolvimento em África no pós-Guerra Fria:

> Estes acontecimentos – a ascensão do mercado de petrodólares na Europa, o declínio em termos de comércio e o aumento global das taxas de juros – constituído a "armadilha" que transformou os elevados níveis de endividamento – anteriormente o sinal de uma trajetória de crescimento saudável – para uma crise. A dívida tornou-se insustentável enquanto os países lutavam apenas para manter o pagamento de juros e contraíam novos empréstimos apenas para pagar juros. Essa armadilha inaugurou um período de crise permanente, definido não apenas por endividamento, mas sim por Programas de Ajustamento Estrutural (PAE). Os programas de ajustamento estrutural foram introduzidos em África através da condicionalidade: para se qualificarem para um maior reescalonamento do crédito e da dívida, os governos devem implementar reformas económicas que, coletivamente, constituem um PAE. Sem um PAE, é improvável que um país endividado receba qualquer financiamento ou reescalonamento da dívida, a fim de evitar que não consiga pagar a dívida. A falta de reembolso e a ausência de um PAE levariam a um isolamento virtual da economia mundial. (HARRISON, 2022, p. 5:57).

No caso de Moçambique, o processo de ajuda tem uma longa história, envolvendo milhares de pessoas e sujeito a mudanças constantes. As regras e os papéis dos intervenientes alteram-se continuamente, entram em cena novos atores que desconhecem a história anterior, enquanto outros saem. Trata-se de um jogo pelo poder, pelos recursos e pela hegemonia, um jogo desigual, dado que Moçambique é um ator pequeno em termos de poder, comparado com os doadores ocidentais, e

dependente dos mesmos. Apesar disso, o discurso comum de que ambas as partes partilham o objetivo de desenvolver Moçambique mantém-se, ainda que existam diferenças de poder e de perceções sobre o caminho a seguir para alcançar o desenvolvimento. (HANLON; SMART, 2008).

1.4. DESENVOLVIMENTO.

A questão do desenvolvimento em Moçambique está estritamente ligada à ajuda externa dos doadores ocidentais. Isso, por sua vez, cria uma dependência sem precedentes para o país e acaba ficando sem muitas opções de escolher as suas próprias políticas ou o seu destino, por exemplo (NIPASSA, 2009). O contexto de desenvolvimento de Moçambique passou por um período de crescimento pós-conflito na década entre 1996 e 2006, depois da árdua guerra civil que terminou em 1992 e deixou rastros de devastação. Defende-se que a expansão da economia foi possível graças à ajuda externa de doadores, à redução e ao controlo de taxas de inflação pelas políticas monetárias rígidas das IFI, ao término do conflito armado do qual o país foi vítima, à estabilidade política, ao desenvolvimento da agricultura e das atividades produtivas, às políticas de reformas empreendidas pelo governo e ao projeto de reconstrução pós-guerra (BANCO MUNDIAL, 2007).

O desenvolvimento e a ajuda externa são dois conceitos estritamente interligados, e essa estrutura foi desenhada nesse modelo pelos países que fornecem essas ajudas; não se pode pensar em desenvolvimento sem a ajuda externa e vice-versa. Escobar (1995) traz uma explicação na qual se alinha a essa visão de desenvolvimento atrelado à ajuda externa, evidenciando que o desenvolvimento foi um discurso historicamente produzido e que, no mesmo sentido, muitos países começaram a sentir-se subdesenvolvidos a partir do pós-Segunda Guerra Mundial. Desse modo, surgiu a necessidade de estes países começarem a ter a necessidade de se desenvolverem, por isso aceitaram ficar reféns de ajudas externas, que são intervenções muito intrusivas, quer no jeito como as suas sociedades devem comportar-se, quer na forma como as políticas internas devem ser implementadas, submetendo-se de forma passiva e subordinada aos doadores dessas ajudas externas (ESCOBAR, 1995, P. 07).

Talvez o locus do problema seja como esses países entraram na missão de se desenvolverem, como antes referenciado, aceitando submeter-se a intervenções sistemáticas. Os especialistas e políticos ocidentais começaram a ver as condições dos países asiáticos, africanos e da América Latina como um problema a resolver, por terem rotulado as condições desses povos de pobreza e atraso. Daí fica mais fácil explicar o surgimento de uma nova ferramenta política, o desenvolvimento, que surgiu como a solução de uma estratégia para lidar com os pobres e os

alegados problemas da pobreza. Esse pensamento surgiu dos Estados Unidos da América e da Europa Ocidental, uma estratégia que se tornou um meio político que consegue impor-se de forma subtil, deixando os governos e países em desenvolvimento em posição de submissão a esses países ricos; neste modo, os países ricos têm sabido usar essa estratégia política, pelo fato de muitos países estarem inertes às imposições que são feitas a estes (ESCOBAR, 1995).

Ao longo do processo histórico, surgem explicações para a desigualdade do mundo, e nele duas explicações dominantes sobre o desenvolvimento económico comparado tomaram forma: a primeira, que é o paradigma dominante da modernização, e outra chamada de paradigma do subdesenvolvimento. Esse primeiro, que se configura como o núcleo da globalização neoliberal, ou o filho intelectual e político da escola da modernização; por outro lado, o paradigma do subdesenvolvimento surge como o epicentro do pós-colonialismo. Segundo Krishna (2008), as inspirações desses dois paradigmas são atribuídas, primeiro, ao economista escocês Adam Smith, com a globalização neoliberal, e o pós-colonialismo deriva da inspiração da obra de Karl Marx (KRISHNA, 2008).

Ademais, o desenvolvimento atrelado à ajuda internacional no contexto pós-década de 90 vem trazer o uso da ajuda para imposição de condições políticas nos países beneficiários; essa mudança tem características de proliferar ideias de reformas democráticas e de políticas internas dos governos, ou até para reprimir e punir a não efetivação das exigências que foram impostas (BAYLIES, 1995 apud OPPENHEIMER; CARVALHO, 1996, P. 08).

A história da ajuda mostra o desenvolvimento como uma norma internacional e necessária, na qual os governos dos Estados abastados de recursos têm a obrigação de fornecer recursos públicos e concessionais para mudar e melhorar a condição da vida humana dos países pobres; isso se comprova no próprio discurso acerca da ajuda, na sua distribuição e na forma como essa ajuda externa é utilizada, como ela é gerida nos países doadores. Ademais, a utilização dessa ajuda ao desenvolvimento tem sido de várias formas e fins pelos governos doadores; entre objetivos novos e convincentes da ajuda que surgiram desde o fim da Guerra Fria estão divididos entre vários, desde questões de saúde, meio ambiente e pobreza (LANCASTER, 2008).

No início do pós-Segunda Guerra, nasce a “invenção do desenvolvimento” no contexto das transformações do pós-guerra, como em pouco tempo ficou marcada como a ligação das relações entre os países ricos e os pobres de forma assentada; a partir disso, assiste-se a uma reconfiguração de como essas relações iriam se operacionalizar. Entre um período relativamente curto, ficou uma estratégia de lidar com os problemas dos países mais pobres e das questões importantes como a vida

cultural, social, económica e política desses países, sem deixar de lado a sua população, seus processos de acumulação de capital, a sua agricultura e comércio; assim surgiu uma nova dinâmica de resolver os problemas destes (ESCOBAR, 1995).

As necessidades que o desenvolvimento tem a obrigação de suprir são tantas, dentre elas as necessidades de alimentação, saúde, liberdade, emprego, entre outros; a eliminação dessas necessidades foi atrelada ao desenvolvimento replicado dos países ocidentais. Este conceito acaba tendo muita margem de manobra na sua operacionalização a favor dos ricos. Efetivamente, eles institucionalizaram o conceito de desenvolvimento à sua maneira e têm conseguido impô-lo a outras sociedades, que, interiorizando-o acriticamente, elaboram as suas visões de desenvolvimento com base nos padrões de organização daqueles países (NIPASSA, 2008, p. 14).

Assim sendo, Cammack (2014) defende que as articulações sobre o desenvolvimento estão baseadas numa visão global sobre os compromissos liberais, com a cooperação entre os Estados e a participação dos mesmos nos mercados globais. (CAMMACK, 2014). Os países desenvolvidos criam retrocessos aos países em desenvolvimento na perspetiva de que esses aliciam os países periféricos a liberalizarem suas economias e abrirem as privatizações através de acordos bilaterais e multilaterais conjuntos; esses acordos são instituídos por regras que impedem os países em vias de desenvolvimento de adotar políticas industriais e tecnológicas que foram incentivadoras do desenvolvimento, por exemplo, nos países da Ásia Oriental, e que serviriam para acelerar o desenvolvimento interno e económico dos países em vias de desenvolvimento. Isto quer dizer que existe um condicionalismo que reduz, sob forma, o espaço de desenvolvimento e o espaço da autodeterminação, criando assim uma dependência e ligação de subordinação perpetuada aos governos dos países desenvolvidos, numa lógica de aliciar os países periféricos a abrirem seus mercados para os ricos; em detrimento disso, surgem promessas de abertura e acesso aos mercados dos países desenvolvidos, que na verdade não se efetiva, continuando um ciclo de estrutura desigual entre os países periféricos e os países centrais (WADE, 2003 apud CAMMACK, 2014).

No mesmo sentido na literatura, Korten (2015), em *When Corporations Rule the World*, critica de forma clara a globalização neoliberal engendrada pelas IFIs, o BM e FMI, porque simplesmente esses pilares da agenda neoliberal promovem políticas que seguem suas agendas políticas que beneficiam as grandes empresas e investidores externos, por consequência as custas das economias locais e dos pobres. Portanto, as reformas que essas instituições impõem aos países em desenvolvimento tem a tendência de aumentar significativamente a pobreza, o desemprego e

desigualdades dos mesmos, na mesma medida tem a tendência de deixar os governos locais mais fragilizados sem ter a capacidade de regular suas economias e suas políticas. (KORTEN, 2015).

Korten (2015) sugere ainda que a ajuda externa tem se pautado por na maioria das vezes trazer uma perspectiva, que obriga os países que são receptores dessa ajuda a implementar políticas económicas com carater neoliberais que, na sua visão beneficiam as empresas transnacionais e perpetuam a dependência económica, pelo fato das economias locais se tornarem mais integralizadas no sistema dependente, dos mercados globais que são controladas por essas empresas. Por tanto, ao invés de se notar um desenvolvimento sustentável, a ajuda externa apenas cria um sistema estrutural que serve para o fortalecimento e influencia das empresas e dos interesses meramente externos, suplantando a dependência económica e a desigualdade social dos países em desenvolvimento, ou países periféricos. (KORTEN, 2015).

A dominação exercida por interesses económicos externos, como teorizada por Korten (2015), tem um impacto significativamente negativo, podendo destruir as economias locais. Um exemplo claro dessa dinâmica ocorre em Moçambique. De acordo com Cunguara e Hanlon (2012a), o setor rural foi sistematicamente negligenciado pelo governo, uma posição fortemente influenciada pelos doadores da ajuda externa. Estes agentes internacionais defenderam que o protagonismo dado às exportações de recursos minerais e de energia geraria maiores receitas para o Estado.

A importância de mobilizar o conceito de "Terceiro Mundo" neste debate reside no seu poder de desnaturalizar a discussão. Ao evocar a origem do termo no contexto da Guerra Fria, recordamos que a divisão global entre nações "desenvolvidas" e "subdesenvolvidas" não é neutra ou acidental. Ela foi, em sua gênese, um produto da ordem geopolítica bipolar, que categorizou e, frequentemente, marginalizou os países que buscavam uma via independente. (VISENTINI, 2015). Portanto, trazer este conceito à tona é fundamental para iluminar como as estruturas de poder e as classificações que herdamos do século XX continuam a moldar as relações internacionais, as desigualdades econômicas e as percepções mútuas entre países hoje:

> A expressão. Terceiro Mundo fora cunhada pelo demógrafo francês Alfred Sauvy, em 1952, como uma analogia com o Terceiro Estado (povo sem privilégios) da época da Revolução Francesa. O Terceiro Mundo abarcava nações muito distintas, mas que possuíam em comum o fato de haverem constituído a periferia colonial ou semicolonal. Além de elementos objetivos como população jovem e em expansão e abundantes recursos naturais, seu limitado nível de desenvolvimento apontava para potencial

> expansão económica e a articulação de organizações políticas como o Movimento dos Países Não Alinhados. Havia a busca do desenvolvimento, a ideologia anticolonialista e neutralista, além da rejeição à adesão a blocos militares e à política de grande potência. (VISENTINI, 2015, p. 8)

A maioria dos países do Terceiro Mundo fez parte do colonialismo, tendo-se libertado das políticas imperialistas nos últimos séculos XIX-XX e alçando alguma autonomia nesse sentido, formando uma progressiva industrialização e formação de mercados internos. No entanto, as políticas nacionais dos países do Terceiro Mundo se configuram um desenvolvimento do que se denomina via colonial, na qual sempre se contrapuseram a políticas nacionais, passando depois ao neocolonialismo em alguns casos, ou por políticas que se configuram uma via complementar. Ademais, essas práticas evidenciam que os países do Terceiro Mundo são zonas de interesse dos poderes centrais do Primeiro Mundo. A exportação dessas políticas criou um sistema de cooperação espacial no Terceiro Mundo, fazendo com que esse espaço tenha relações com os centros polarizados do primeiro mundo; a via colonial persiste nas condições do subdesenvolvimento e da dependência (DA SILVA, 1992).

No entanto, ao passar das décadas, esse conceito teve suas mudanças para ser associado a países que se encontravam em desenvolvimento, com suas economias em desenvolvimento, um baixo PIB per capita, altíssimas taxas de pobreza e desigualdade social que não se comparavam, por exemplo, aos países do primeiro mundo. A construção do Terceiro Mundo, na atualidade, ainda é entendida por muitas pessoas do Ocidente e até em partes do Terceiro Mundo como um universo paralelo, pelo discurso de desenvolvimento que o ocidente concebeu e forneceu para o mundo, como regiões superlotadas a nível populacional, em constante situação de fome, pobreza absoluta, escolaridade muito baixa, doenças, corrupção, entre outros estereótipos negativos. E a maioria das pessoas tem imensa dificuldade de vislumbrar o Terceiro Mundo de outra perspetiva ou mais aproximada da realidade que é de facto e não a desenhada pelo mundo moderno (ESCOBAR, 1995).

Estas imagens rotuladas pelo ocidente são claros exemplos de representações desenvolvimentistas; as imagens não parecem desaparecer porque é necessário analisar o desenvolvimento em relação às experiências modernas de conhecer, ver, contar, economizar e entre outros atributos que só o mundo moderno ocidental possui e pode transmitir para o Terceiro Mundo A relação centro-periferia, similar à do colonialismo, reflete uma dinâmica de dependência entre o Sul global (países periféricos) e o Norte (países centrais), onde os primeiros continuam

subordinados aos segundos. Essa dependência é uma continuidade da lógica colonial, agora camuflada na retórica da modernidade por meio de conceitos positivos como salvação, progresso, desenvolvimento, modernização e democracia. (ESCOBAR, 1995).

No mesmo sentido, aponta Spivak (1992) apud MAGGIO, (2007) que as nações ocidentais são pautadas na visão de um Ocidente diferente, que tem a capacidade de estar alinhado no mundo temporal entre passado, presente e futuro, e as nações não ocidentais ou coloniais são constantemente remetidas ao reducionismo, não tendo essa capacidade de ter um desenvolvimento medido com o passado, presente e futuro, e por isso continuam na mesma situação de primitivos e não avançam no desenvolvimento como o Ocidente. Ou seja, o mundo colonial não tem essa autoidentidade e é assim como o Norte global o vê; esse mundo colonial é fixo, independentemente do movimento do tempo, da civilização e do progresso (SPIVAK, 1992 apud MAGGIO, 2007).

Na mesma linha, Timothy Mitchell (apud BLANEY e INAYATULLAH, 2010) traz a questão de o "selvagem" ser um produto criado pelo Ocidente moderno, que é uma criação da gestão colonial e neocolonial que criou a diferença do Eu e do Outro; e a própria economia política internacional se vem enquadrando não como uma disciplina que descortina e faz uma pesquisa das similaridades e vasta experiência que o humano tem, independentemente da região na qual estão inseridos, sem fazer uma discriminação pelo fato do Outro não ser ocidentalizado. A disciplina em si assume-se mais como uma espécie de projeto politicamente instituído e culturalmente instrumentalizado para ter uma visão de diferenciação do Eu e do Outro, perpetuando os ideais e visões de julgar a cultura e saberes não ocidentais, rotulando-os como primitivos e com necessidades de atualizações por versões dos ocidentais. A economia política internacional é um projeto entranhado por uma identidade ocidentalizada, embora tendo a inserção de alguns reprimidos ou considerados ainda selvagens, esses continua sendo controlado por questões de poder (TIMOTHY MITCHELL, 1994 apud BLANEY e INAYATULLAH, 2010).

O desenvolvimento tem sido, ao longo das últimas décadas, a principal retórica e fundamento das instituições internacionais vinculadas ao Banco Mundial, as quais pautaram sua atuação na defesa do globalismo liberal. Tais instituições criaram e promoveram políticas liberais com ênfase na integração total da economia global, advogando por uma maior abertura económica tanto a nível global quanto nacional. Seus defensores argumentam que esta abordagem favorece uma política macroeconómica robusta e uma perspetiva governamental alinhada com os princípios de mercado. Embora o alívio ou a eliminação da pobreza figure no topo da agenda, preconiza-se que o seu alcance deve ser obtido através de meios liberais. Apesar de o objetivo central

permanecer focado na privatização e na redução da intervenção estatal, orientação que prevaleceu no início da década de 1990, fortemente associada ao FMI, um dos mais poderosos agentes de persuasão, o maior destaque foi conferido às reformas institucionais que sustentam uma ordem liberal a nível nacional e local, através de uma agenda de boa governança. Estas instituições mantêm a convicção clara de que um quadro político liberal constitui a melhor opção para a prosperidade dos países pobres (CAMMACK, 2014).

Nas últimas décadas, Moçambique adotou um modelo de desenvolvimento amplamente definido pela comunidade internacional, o qual preconiza que doadores e governo deveriam concentrar-se no desenvolvimento do capital humano, do sector de infraestruturas e da governação, segundo os moldes ocidentais. Ao setor económico caberia ser conduzido pelo setor privado, estratégia igualmente recomendada no contexto da redução da pobreza, implicando, portanto, a não interferência estatal nestes setores (CUNGUARA; HANLON, 2012).

Na atualidade, temos assistido a diversos projetos com o objetivo de mudar "o destino e a má sorte dos pobres", e isso tem-se caracterizado como a base das campanhas ambiciosas das agências internacionais de desenvolvimento, governos, agências de ajuda humanitária, entre outros; por exemplo, na cimeira do G8 ou Fórum Económico Mundial em 2005, a pobreza foi a estrela da cimeira, tendo sido reconhecida como uma das maiores preocupações. Isso motivou a assinatura da Declaração do Milénio das Nações Unidas pelos países que compõem o sistema; nisso, a redução da pobreza ganhou destaque como o primeiro objetivo dessa declaração; nos dias de hoje, quase todos os dias se fala do fim da pobreza em debates públicos, com esquemas para redução das dívidas dos países pobres, o comércio justo e ajuda constante ao desenvolvimento dos pobres. De uma perspetiva de um discurso de redução, agora ficou ainda mais acentuado e pauta-se pela retórica de eliminá-la; no entanto, desde a sua descoberta como um problema social, vários tipos de articulações têm sido empreendidos na tentativa de eliminar a pobreza; diante disso, o projeto neoliberal mudou o terreno da redução e da eliminação da pobreza de formas distintas com a aceitação das organizações dos doadores por parte dos estados pobres (PASHA, 2008).

Como já mencionado, as políticas neoliberais infringidas pelos ricos aos pobres ou países em desenvolvimento estão intrinsecamente ligadas ao Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), liderados pelo FMI e pelo Banco Mundial, como forma de fazer face à pobreza e ao subdesenvolvimento em países pobres e endividados; essas medidas apertam ainda mais os países com as chamadas disciplinas fiscais e na política monetária, que são combinações para expandir a liberalização comercial e criar privatizações da economia nacional. Por exemplo, nesse quadro

liberal, o alívio da dívida está conectado a esses programas, ou seja, quanto maior for o cumprimento dos mesmos, a comunidade internacional de doadores libera maiores recursos a estes. Defende-se que, na sua prática, esses programas de ajustamento estrutural têm prejudicado os setores mais fragilizados da sociedade, sob o ponto de vista de que ganham os setores que têm pujança de tirar vantagem das oportunidades que o mercado dispõe; os mais empobrecidos, que não têm capacidade de competir, ficam mais vulneráveis ao sofrimento advindo da redução do bem-estar (PASHÁ, 2008).

No mesmo sentido, segundo Manzo (2003), as duas Instituições Financeiras Internacionais (IFI), nomeadamente o Banco Mundial e o FMI, foram postas em cena como os guardiões para supervisionar e dirigir a nova ordem do desenvolvimento neoliberal, baseado em arranjos económicos com sentidos capitalistas com os programas de ajustamento estrutural; a responsabilidade dessas duas instituições, como a autora chamou, "os pilares gémeos da agenda neoliberal", surgiu naquela que foi conhecida como conferência de Bretton Woods, com o objetivo de lidar com os países pobres, o Terceiro Mundo (MANZO, 2003).

O fim da Guerra Fria e os diversos acontecimentos internos e regionais afetaram, sob medida, o projeto socialista que a Frelimo tinha idealizado para um Moçambique independente; o país já tinha adotado o modelo de economia de mercado; no entanto, é importante pautar que, mesmo o país tendo adotado esse modelo capitalista, isso não se vislumbrou como uma cisão com a ideia do Terceiro Mundo. Ou seja, Moçambique ainda se inseria no Terceiro Mundo, visto que os desafios para o alcance do desenvolvimento no país eram semelhantes aos dos países periféricos, como sugere Amin, (2003). Na perspetiva analítica do autor, os regimes políticos de vários países do Terceiro Mundo não são democráticos. Essas estruturas de poder autoritárias, muitas vezes, favorecem interesses ligados à expansão capitalista imperialista global. Por isso, surge a necessidade de construção de uma onda de países do Terceiro Mundo, que se proponha a ser um modelo alternativo ao imposto pelas ordens do ocidente moderno e desenvolvido (AMIN, 2003 apud TATIM, 2014).

Em Moçambique não foi diferente; a maneira dos doadores lidarem com o país foi na tendência de sobrepor os conhecimentos e especificidades do país; as políticas impostas pelos doadores vão contra aquilo que se vislumbrava como necessidade, ou seja, o modelo de desenvolvimento imposto pelos doadores no país fez com que Moçambique seguisse a lógica dos doadores e não as suas próprias prioridades, e na mesma senda não impulsionando o combate à pobreza (CUNGUARA; KELLY, 2009).

O pensar que os países em desenvolvimento têm a necessidade de intervenções seguindo uma lógica moderna fez com que o governo de Moçambique, que já era visto como incapaz pela questão de não estar a conseguir gerir seus problemas internos, frutos da Guerra Fria e das instabilidades internas, tivesse, em 1987, o Banco Mundial e o FMI que vieram com a solução provável de tirar o país da situação em que se encontrava, pois a autoconfiança dos funcionários públicos no governo de Moçambique tinha chegado ao nível baixo; nesse caso, o país tinha-se tornado desmoralizado em muitos aspetos e, no mesmo sentido, tido como atrasado. As instituições de Bretton Woods, as consideradas responsáveis por alinhar uma nova ordem económica alicerçada aos preceitos modernos capitalistas ocidentais, trouxeram abordagens com intuito de melhorar o ambiente moçambicano; no entanto, essas abordagens e métodos de trabalhos modernas não surtiram o efeito desejado; as imposições do Banco Mundial levaram ao enfraquecimento das instituições nacionais, transformando-as em entidades secundárias sem muito papel principal para o qual foram desenhadas para ser (FLENTO; SIMÃO, 2020).

Para o FMI, Moçambique é uma espécie de aluno ou aprendiz que é elogiado pelo seu professor, aquele que dá as respostas que o professor espera. Os doadores ficam efusivos quando os moçambicanos lhes agradecem pela ajuda e conselhos sobre como se modernizar e quando os moçambicanos "papagueiam a retórica". Os moçambicanos têm a noção de que isso é essencial para fazer do país a pérola dos doadores. Durante muitas décadas, as instituições de Bretton Woods e seus aliados ocidentais têm vindo a impor políticas ao país, numa ótica em que os doadores acreditam que sabem do que Moçambique precisa, e nessa perspetiva de fazer mudanças rápidas não têm tempo de discussões com quem eles veem como moçambicanos corruptos e mal informados, ou seja, já existe um prejulgamento e rotulação de que os moçambicanos são mal informados e corruptos; os doadores querem é criar uma espécie de elite no país que lhes vai servir na transformação rápida, seguindo uma lógica e modelo neoliberal (HANLON; SMART, 2008).

CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Chegado ao fim deste capítulo e com base no que foi exposto, conclui-se que a ajuda externa, desde a sua origem, transporta consigo ramificações políticas e ideológicas profundas. Esta associação torna-se evidente quando analisamos sua ligação intrínseca com conceitos como Cooperação Internacional, Ajuda externa, desenvolvimento, dependência e a noção de Terceiro Mundo, este último persistentemente caracterizado como não moderno e atrasado. Através do diálogo com diversos autores e Literaturas, fica demonstrado que a ajuda externa surgiu como um

instrumento político norte-americano na década de 1940, materializado inicialmente no Plano Marshall, com o objetivo claro de promover vertentes capitalistas e combater a ameaça socialista liderada pela URSS no contexto da já instalada Guerra Fria.

Nesta perspetiva, o instrumento começou a influenciar significativamente países devastados pela Segunda Guerra Mundial e sem perspetivas de recuperação autónoma, condição que os tornou recetivos à assistência norte-americana. A ajuda expandiu-se de forma rápida e persuasiva no combate à influência socialista, revelando-se notavelmente eficaz. A sua eficácia residiu na capacidade de cooptar a maioria dos países que alimentavam aspirações comunistas, particularmente na Europa, epicentro da estratégia dos EUA. Estava, assim, consolidado o alicerce da ajuda externa moderna.

A evolução conceptual deste instrumento ganhou novo fôlego a partir de 1962, com o debate seminal entre Hans Morgenthau e Black Singer. Morgenthau (1962) definiu ajuda externa como a transferência de dinheiro, bens e serviços entre países, incluindo atores não estatais e ajuda militar. Black (1968), partindo desta definição, restringiu o conceito a fluxos de recursos exclusivamente estatais, direcionados do mundo desenvolvido para o subdesenvolvido, excluindo ajuda militar e enfatizando a dinâmica Norte-Sul.

Paralelamente, Führer concebeu o conceito como ajuda oficial ao desenvolvimento, focada no progresso económico e social dos países em desenvolvimento. Lancaster (2008) reforçou esta visão ao caracterizá-la como um expediente temporário da diplomacia da Guerra Fria, onde motivações altruístas ou comerciais eram secundárias. Este auxílio desenfreado, orientado para conter o avanço comunista, acabou por forjar relações de dependência duradouras dos países subdesenvolvidos em relação às potências ocidentais.

A dependência consolida-se como um sistema de relações económicas que posiciona os países do Terceiro Mundo em estado de subordinação permanente face aos centros de poder global. Nesta estrutura, as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) atuam frequentemente como guardiãs dos interesses das corporações transnacionais, impondo políticas económicas e condicionalidades que reformulam as economias periféricas de acordo com um viés neoliberal. Tais reformas institucionais, longe de fomentar um desenvolvimento autossustentável, tendem a agravar a pobreza e a desigualdade, aprofundando o ciclo de dependência externa.

O conceito de desenvolvimento emergiu como peça central neste tabuleiro geopolítico. No pós-Segunda Guerra, numerosos países em desenvolvimento abraçaram a narrativa desenvolvimentista, associando-se a fluxos de ajuda externa que prometiam modernização. Este

processo intensificou-se no pós-Guerra Fria através do Consenso de Washington, arquitetado por EUA e Reino Unido. A Conferência de Bretton Woods estabeleceu os alicerces de uma Nova Ordem Económica mundial de cariz neoliberal, inicialmente dirigida a conter influências comunistas na América Latina.

As IFIs ou "Instituições de Bretton Woods", os "pilares da agenda neoliberal", segundo Manzo (2003), assumiram o papel de parceiras do desenvolvimento do Terceiro Mundo. Apesar de ampla evidência crítica, estas instituições perpetuam políticas de cariz eurocêntrico, desconsiderando as especificidades ontológicas e contextuais dos países periféricos. A imposição de Programas de Ajustamento Estrutural, sob o pretexto de revitalizar economias, revelou-se sobretudo um mecanismo de condicionalidade política, com resultados frequentemente contraproducentes para as nações "beneficiárias".

Esta dinâmica consolida uma visão do Terceiro Mundo como ontologicamente inapto para lidar com seus próprios desafios. Os países periféricos são vistos como destituídos de modernidade, cultura e historicidade, permanecendo simbolicamente confinados a um tempo colonial estático. Esta negação de agência justifica intervenções contínuas, onde o "Outro" colonial deve ser civilizado according to a os padrões ocidentais. A colonialidade do poder, estrutura herdada do colonialismo, mantém-se assim cristalizada nas políticas e dinâmicas globais contemporâneas, perpetuando desigualdades e dificultando o desenvolvimento autónomo do Terceiro Mundo.

Moçambique, enquanto parte integrante do Terceiro Mundo, foi inevitavelmente enredado nesta teia conceptual e política. Classificado como "Outro" colonial e não moderno, o país tornou-se alvo de intervenções sistemáticas desde a sua independência em 1975, no contexto pós-Guerra Fria. A ajuda externa mostrou-se uma armadilha: sob o pretexto de assistência, promoveu a construção de um Estado neoliberal alinhado com os interesses das IFIs e potências ocidentais.

Como demonstra Sabaratnam (2017), a ajuda externa em Moçambique funcionou como um instrumento de ligação à globalização neoliberal, impondo reformas que atrelaram o país ao Ocidente e geraram dependência extrema. Esta dinâmica perpetua o papel de Moçambique como produtor de matérias-primas para os países centrais. A crise económica da década de 1980, agravada por uma guerra civil alimentada por interesses ocidentais, tornou-se o gatilho para a submissão do país à teia de condicionalismos, minando sua capacidade de definir políticas próprias e um projeto nacional de desenvolvimento autónomo.

As IFIs em Moçambique privilegiam políticas que beneficiam multinacionais ocidentais, particularmente no sector extrativo, negligenciando sectores cruciais como o desenvolvimento rural

e as políticas sociais. O resultado é uma situação catastrófica: o desenvolvimento do país permanece atado à ajuda externa, numa dependência que o impede de delinear o seu próprio destino e que perpetua a pobreza extrema, sobretudo nas comunidades rurais.

Em síntese, a relação entre ajuda externa e Moçambique ilustra com clareza como um instrumento político e económico pode definir o curso das políticas internas de uma nação. A visão ocidental do "não moderno" impõe-se sobre as particularidades moçambicanas, num processo de subordinação que remonta aos primórdios desta relação. O país, forçado a seguir políticas desenhadas pela comunidade internacional, colhe dessabores persistentes, incapaz de superar o subdesenvolvimento e a pobreza que esta dinâmica de dependência sistematicamente reproduz.

CAPÍTULO 2. MOÇAMBIQUE ENTRANDO NA ROTA DA AJUDA EXTERNA DOS DOADORES OCIDENTAIS.

O presente capítulo visa debruçar-se sobre o contexto histórico de Moçambique a independência em 1975 representou muito mais que a libertação do jugo colonial, constituindo um marco fundamental na complexa formação do Estado moçambicano. A opção pelo socialismo e o consequente alinhamento com o bloco oriental, num contexto internacional marcado pela Guerra Fria, colocaram o jovem país numa posição de confronto com as potências ocidentais. Este posicionamento geopolítico inicial refletiu-se diretamente no apoio indireto à insurgência armada que mergulhou Moçambique num conflito devastador de dezasseis anos, condicionando profundamente o processo de construção nacional no período pós-independência.

A conjugação destes fatores, a herança colonial, a guerra civil e o isolamento internacional criou as condições que levariam Moçambique a embarcar num modelo de desenvolvimento atrelado à ajuda externa. O colapso da União Soviética e a crise económica profunda forçaram uma reorientação radical da política externa e económica, reconfigurando por completo as relações com os doadores ocidentais e abrindo caminho para a adoção de programas de ajustamento estrutural. Este processo não só gerou uma relação de dependência da ajuda externa, como redefiniu os mecanismos através dos quais se operacionalizaria o desenvolvimento do país nas décadas seguintes.

2.1. CONTEXTO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE E O CAMINHO TRILHADO PARA A PARCERIA SOCIALISTA.

A inserção de Moçambique no sistema internacional moderno deu-se no século XIX, com a consolidação do domínio territorial português impulsionada pela Conferência de Berlim (1884-1885). Contudo, o contacto europeu remonta a 1498, marcando o fim do comércio entre árabes e povos africanos e o início do tráfico de escravos para as colónias americanas (TATIM, 2014). Este processo, como analisado por Fanon (1968), exemplifica a "violência geográfica" do colonialismo, que fragmentou sociedades africanas com fronteiras artificiais para servir interesses imperialistas.

A presença portuguesa, embora com mais de quatro séculos, não foi homogénea nem pacífica. Caracterizou-se por uma ocupação fragmentada que evoluiu de feitorias e sistemas de prazos no vale do Zambeze para conquistas militares apoiadas por missionários. A resistência local,

embora presente, foi suplantada pela violência da administração colonial, que, aliada ao racismo e à alienação identitária, gerou uma aparente passividade na população nativa (TATIM, 2014).

A estruturação do sistema colonial aprofundou-se através de mecanismos de exploração económica que transcendiam a mera extração de recursos. Walter Rodney (1975), em *"Como a Europa Subdesenvolveu a África*, demonstra como o colonialismo e o tráfico integraram Moçambique e a África no sistema capitalista mundial de forma subordinada, onde a mais-valia gerada pelo trabalho africano era sistematicamente expatriada, consolidando o subdesenvolvimento do continente como contrapartida do desenvolvimento europeu. Os salários miseráveis obrigavam os trabalhadores a manter atividades agrícolas de subsistência, mesmo quando empregados em fazendas, minas ou serviços urbanos, num ciclo de exploração que desestruturava economias locais outrora autossuficientes (RODNEY, 1975). Esta dominação efetiva implicou a desativação das estruturas tradicionais e a imposição de um sistema de categorização social e discriminação racial que suplantou a exploração (NAMUHOLOPA, 2022).

Além da exploração do trabalho, o colonialismo promoveu a extração em larga escala de recursos naturais africanos, como minérios, madeira e produtos agrícolas para abastecer as indústrias europeias. Esses recursos eram exportados a preços irrisórios, enquanto os produtos manufaturados europeus eram vendidos a preços elevados nas colônias, criando um ciclo de dependência econômica. A infraestrutura colonial era projetada para facilitar essa extração, com investimentos concentrados em portos, ferrovias e estradas que ligavam as áreas de produção aos mercados externos, em detrimento do desenvolvimento. (RODNEY,1975).

O processo de resistência colonial sofreu uma significativa transformação na transição do século XIX para o XX. Com a proibição do tráfico de escravos, Portugal instituiu um novo sistema de trabalho forçado dentro do próprio continente, enviando mão-de-obra moçambicana para as minas da África do Sul e plantações da Rodésia. A desapropriação de terras aráveis no norte do país e a obrigatoriedade do trabalho forçado intensificaram a resistência, que se manifestou através de greves e manifestações, ainda que sem proporções alarmantes para o sistema colonial vigente (TATIM, 2014). Contudo, foi no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial que emergiu um nacionalismo moçambicano mais organizado, alimentado pelo exemplo das independências africanas dos anos 1960 e catalisado por intelectuais exilados e ex-assimilados que começaram a reunir-se na capital para montar estratégias de libertação.

O Massacre de Mueda em 1960 representou um ponto de viragem decisivo nesta trajectória. Quando agricultores se reuniram para exigir melhores condições de vida e a criação de

cooperativas, os portugueses responderam com violência armada, sem considerar a vida dos moçambicanos presentes (SILVA, 2009). Este evento, ignorado pela comunidade internacional que em geral apoiava ações colonialistas, funcionou como catalisador regional e incentivo adicional para desencadear a luta de libertação. A intransigência do regime colonial tornou a confrontação inevitável, particularmente face à recusa sistemática do regime salazarista em aceitar quaisquer conversações que levassem a uma retirada pacífica (MIGON; RODRIGUES, 2019).

A unificação dos movimentos nacionalistas tornou-se imperativa face à fragmentação da resistência. Diante dos diversos movimentos que iam sendo criados, julgou-se importante unificar as organizações com vista a alinhá-las com um único objetivo. Surgiu assim a união de três movimentos: Udenamo (criada em 1960 na ex-Rodésia do Sul), Unami (organização criada em 1961 na ex-Niassalândia) e Manu (cujos líderes eram moçambicanos emigrados no Quênia e Tanzânia) (TATIM, 2014). Esta unificação estratégica deu origem à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em 1962 em Dar-es-Salaam, um momento que Lenin (1902) fundamentaria como a necessária formação de um "partido de vanguarda revolucionário", preconizando a consolidação da unidade nacional como instrumento base para organização dos movimentos nacionalistas.

A figura de Eduardo Mondlane emergiu como arquiteto fundamental deste processo unificador. Considerado o precursor da criação da Frelimo, Mondlane trouxe consigo uma formação académica internacional singular - desde os estudos secundários na África do Sul até ao doutoramento em sociologia nos Estados Unidos - e experiência nas Nações Unidas, onde investigara os processos de independência africanos (TATIM, 2014). Na sua obra póstuma *Lutar por Moçambique* (1995), o líder detalharia o funcionamento do sistema colonial e apontaria os elementos necessários para a construção de um novo país, enfatizando a destruição total do aparato colonial como pré-requisito fundamental (MONDLANE, 1995). Sob sua liderança, o I Congresso da FRELIMO em Dar es Salaam oficializou o movimento e estabeleceu alianças estratégicas cruciais, incluindo o envio de tropas para treino na Argélia, Egito, Israel e URSS, sendo este último que se configuraria como grande influenciador da política moçambicana no pós-independência (JANUARIO, 2019).

O enquadramento teórico da luta de libertação recebeu contributos fundamentais do pensamento revolucionário africano. No mesmo sentido, Amílcar Cabral, em *"A Arma da Teoria"* (1980), desenvolve análise similar sobre a necessidade de destruição total das estruturas coloniais. Para isso, a luta de libertação nacional tinha nos camponeses a sua principal base material. No

entanto, a sua consciência política limitada impedia-nos de discernir entre uma independência verdadeira (econômica e social) e uma independência meramente formal (aparente, restrita ao plano político). Essa lacuna exigia a intervenção de uma vanguarda revolucionária, partidos políticos ou intelectuais organizados, responsável por elevar a consciência das massas e transformar a resistência anticolonial num projeto integral, demonstrando que a emancipação não se restringia à dimensão militar, mas abarcava também uma profunda disputa política e ideológica (CABRAL, 1980). Esta perspetiva viria a influenciar profundamente a evolução ideológica da FRELIMO durante o conflito armado.

O início da luta armada em 1964 em Chai, Cabo Delgado, marcou a transição para uma fase decisiva do conflito. Para além do objetivo militar de liquidar o colonialismo português, a FRELIMO defendia a criação de um governo fundado sobre bases da vontade popular e respeito pelos direitos humanos, uma orientação que revelava a influência ideológica dos parceiros marxistas-leninistas apoiados por Mondlane. O assassinato de Mondlane em 1969 através de uma bomba enviada pela PIDE representou um momento crítico para o movimento, criando uma encruzilhada política e militar (TATIM, 2014). Contudo, longe de desmoronar, a FRELIMO reorganizou-se sob a liderança de Samora Machel, que já em 1966 dirigia a frente militar dos nacionalistas moçambicanos após receber treinamento de guerrilha na Argélia (BOMFIM, 2021).

A consolidação da orientação marxista-leninista sob Samora Machel representou a institucionalização de uma tendência já presente no movimento. Se o marxismo-leninismo já era admitido como inclinação tendencial desde Mondlane em 1969 (CAU, 2011), foi com Machel que se operou a guinada explícita à esquerda socialista, assumindo formalmente o carácter marxista-leninista do partido no III Congresso Nacional em 1977 (BOMFIM, 2021). Esta evolução ideológica não ocorreu num vácuo internacional, sendo profundamente influenciada pelo contexto da Guerra Fria e pelo apoio recebido do bloco socialista, em contraponto ao apoio da NATO e de países capitalistas ocidentais ao regime colonial português (CAU, 2011).

A teoria do Sistema-Mundo de Wallerstein (1974) oferece uma lente analítica crucial para compreender estes alinhamentos internacionais. Segundo esta perspetiva, o capitalismo consolidou-se como o único sistema verdadeiramente global na história, expandindo e forma inexorável e incorporando progressivamente todas as regiões do planeta (WALLERSTEIN, 1974). As antigas colónias portuguesas exemplificavam a clássica condição periférica neste sistema, economias especializadas na exportação de commodities, com mão-de-obra pouco qualificada e estruturas políticas frágeis, cuja soberania era duplamente limitada pelo domínio colonial português (um

Estado semiperiférico em declínio) e pelas potências centrais (WALLERSTEIN, 1974 apud MARTINS, 2015).

O sistema colonial português não teria pujança suficiente para resistir por muito tempo à luta armada que travava em Angola, na Guiné e em Moçambique, se não contasse com o apoio internacional da OTAN como refrenciado na seccao anterior, que conspirava contra a libertação de Moçambique e de outras colónias, que tinham um claro interesse em continuar a exploração de matérias-primas nas colónias (CAU, 2011). Immanuel Wallerstein (1974), na sua Teoria do Sistema-Mundo, explicaria esse apoio como a "manutenção da periferia colonial no capitalismo global". Segundo esta teoria, o capitalismo consolidou-se de forma a incorporar-se em todos aspetos da vida social de todas fronteiras. Embora outros modelos políticos e económicos tenham pretendido alcançar essa abrangência mundial, nenhum logrou êxito como o capitalismo (WALLERSTEIN, 1974).

A guerra de libertação prolongou-se por uma década até alcançar o desfecho independentista. As sucessivas baixas das tropas portuguesas agudizaram as tensões em Portugal, culminando num golpe de Estado que forçou a negociação do cessar-fogo em 7 de setembro de 1974 e a proclamação da independência a 25 de junho de 1975 (FERNANDO, 2021; CAU, 2011; DUARTE; FIGUEIREDO, 2020).

No pós-independência, a opção socialista tornou-se a base do projeto nacional, ainda que inicialmente o país cultivasse um discurso de não alinhamento e solidariedade com as causas dos povos sob jugo colonial. As antecedentes e atitudes tomados pelo movimento nacionalista, particularmente quando a revolução se tornou "democrática e popular", serviram para que os críticos ocidentais identificassem a FRELIMO como um movimento alicerçado sob diretrizes socialistas (CAU, 2011). A Frelimo, que antes se caracterizava como um agrupamento de guerrilha, transformou-se em partido político de orientação marxista-leninista. A partir daí, todas as articulações, sob o ponto de vista político, económico e de governo, centravam-se nesta orientação, com a justificação de ser necessário para manter e promover a unidade nacional moçambicana. Seguindo os pressupostos dos modelos políticos marxistas-leninistas, o caminho adotado por Moçambique foi o de tornar a Frelimo a organização máxima, ou, única para dirigir os destinos do país e dos moçambicanos (DUARTE; FIGUEIREDO, 2020). Como se pode notar:

> Conforme modelo bolchevique de partido marxista, a organização político-partidária seria regida por um forte centra lismo-democrático, sendo a figura máxima e o dirigente principal o próprio presidente do país, Samora

> Machel. Logo, a práxis marxista passaria a ser a viga mestra, tanto da política adotada quanto do ideal do novo homem a ser seguido. Também se deve salientar que a FRELIMO adquiria status de partido/Estado, de acordo com o mesmo modelo dos demais países que adotaram o marxismo-leninismo, após a II Guerra Mundial. (DUARTE; FIGUEIREDO, 2020, p. 16)

Ou seja, a FRELIMO institucionalizou-se como um partido-Estado de tipo soviético, onde a linha ideológica do partido, personificada na figura do Presidente, se tornou o princípio único que orientava tanto a governação quanto o projeto de sociedade. (DUARTE; FIGUEIREDO, 2020, p. 16)

A Frelimo tinha uma ideia clara com anticolonialismo, a construção de um país novo fundado nas bases alicerçadas pelo "homem novo":

> a expressão "homem novo", "novo homem comunista" ou "novo homem socialista" foi usado desde a década de 1920 tanto por seguidores como por críticos do comunismo soviético, com o intuito de descrever certa trans formação não só na ordem econômica, mas também no nível da personalidade individual. Essa trans formação ocorreria, ou deveria ocorrer, tanto sob o socialismo como sob a "plenitude do comunismo" para aonde o socialismo supostamente caminharia. Conforme essa lógica, ao possuir uma essência histórica, o homem passa a ser, em algum sentido, uma criatura diferente sob uma nova ordem econômica, de modo que os valores e as aspirações que o motivavam previamente já não podem ser nem compreendidas, nem reconhecidas. (MACAGNO, 2009, p. 4).

O conceito de "homem novo" emergiu como peça central do projeto socialista moçambicano. Esta noção, cuja genealogia em Moçambique remonta ao período da luta armada, visava a construção de um "novo homem comunista" que se despiria dos antigos costumes capitalistas de repressão - um homem com virtudes altruístas, coeso, socialmente disciplinado e capaz de construir uma sociedade com visão económica justa e solidária (MACAGNO, 2009). Guevara (1965) havia ilustrado este mesmo pensamento em *O Socialismo e o Homem em Cuba*, defendendo que na construção do socialismo surge o embrião do "homem novo", ainda em formação, cuja maturação caminha lado a lado com a transformação das estruturas económicas, onde os indivíduos avançam coletivamente guiados pela vanguarda revolucionária (GUEVARA, 1965).

A operacionalização deste projeto deu-se através de políticas concretas de reorganização social e económica. O modelo marxista-leninista adotado pelos dirigentes da Frelimo orientou os

investimentos na agricultura em estrita ligação com a construção do homem novo. Esta construção materializou-se nas machambas estatais, que deveriam produzir bens de exportação e cobrir grande parte das necessidades alimentares, e nas aldeias comunais, destinadas a incutir a noção de vivência em comunidades como forma de melhorar a qualidade de vida das famílias e coletividades (DUARTE; FIGUEIREDO, 2020). Desta forma, a opção socialista em Moçambique representou muito mais do que uma mera orientação política - constituiu um projeto civilizacional alternativo que buscava forjar uma nova sociedade a partir dos escombros do colonialismo português.

Assim, o país, que se preparava para o seu maior desafio, forjar um futuro próspero e soberano, tal como idealizado no pós-independência, começava a vislumbrar os primeiros sinais de que poderia cair nas teias de uma nova forma de dependência. A retórica do desenvolvimento e da ajuda, que então se anunciava como um caminho promissor para a prosperidade, estava prestes a revelar-se um mecanismo sofisticado de controlo neocolonial. Este novo modelo, que substituiria o domínio colonial direto por uma governação económica indireta, ameaçaria bloquear a autonomia nacional e perpetuar a subordinação num novo contexto global, chegando mesmo a sepultar a possibilidade daquele projeto socialista singular. (HANLON, 2007)

2.2. DO SOCIALISMO ÀS CONSEQUÊNCIAS DA ESCOLHA DESTE MODELO, E A PRESSÃO DO OCIDENTE.

Moçambique, internacionalmente considerado país soberano, seguia uma política governativa marxista-leninista após a sua independência. Parecia que tudo corria conforme o planeado para o recém-independente país. Por outro lado, esta era apenas uma ilusão que se começava a tornar quase uma maldição. Após a libertação do povo do domínio português, mais desafios surgiram para Moçambique, sendo que entre tantos, talvez o que mais chama a atenção são as manobras do Ocidente para desestabilizar a independência e a emancipação de Moçambique (RODRIGUES, 2022).

A independência de Moçambique foi um marco na alteração da dinâmica geopolítica na África Austral na década de 1970, trazendo consigo o desaparecimento do colonialismo na região. A conquista da autonomia moçambicana alterou profundamente o equilíbrio de poder no sul do continente africano, simbolizando uma nova era - embora regimes opressivos como o sul-africano e rodesiano ainda se mantivessem. O estabelecimento de um governo soberano sob a liderança da

FRELIMO, com seu projeto socialista, representava um perigo estratégico para as forças que buscavam manter o status quo neocolonial (COELHO, 2009).

Neste caso, poderíamos interpretar esta situação através da explicação de Immanuel Wallerstein (1974): esta aparente estabilidade escondia a condição periférica do país no sistema-mundo capitalista. A fragmentação social herdada do colonialismo contrastava radicalmente com os projetos unificadores dos movimentos de libertação, que buscavam romper com essa posição subalterna. Contudo, mesmo após as independências, a combinação de heranças coloniais, pressões neocoloniais e a lógica expansiva do capitalismo global acabou por reinserir essas nações nos circuitos periféricos da economia-mundo, demonstrando a capacidade do sistema em se reorganizar para manter suas hierarquias estruturais (WALLERSTEIN, 1974 apud MARTINS, 2015).

Como já denunciavam pensadores africanos, e como alertava Kwame Nkrumah (1965) no seu conceito do último estágio do imperialismo, o neocolonialismo manifesta-se através de mecanismos complexos e dissimulados, infiltrando-se não só na economia, mas também nos campos político, cultural e ideológico. Diante da onda irresistível de independências no Terceiro Mundo, as antigas metrópoles adotaram novas estratégias: substituíram a ocupação militar direta por um controle mais sutil, mascarado de cooperação internacional e assistência ao desenvolvimento (NKRUMAH, 1965).

Por sua vez, as lideranças moçambicanas mostravam seu apoio à guerrilha zimbabueana da ZANLA. No entanto, em 1976, a ONU aplica sanções contra a Rodésia. A FRELIMO, que já era apoiante da guerrilha rodesiana, acata as sanções que a ONU impôs para a Rodésia e fecha as fronteiras com este país, restringindo os abastecimentos dos rodesianos brancos. Assim estavam criadas as condições que agudizaram a relação entre os dois países (COELHO, 2009).

Como resposta às ameaças que Moçambique trazia para esse sistema racista, surge a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), criada pelo Central Intelligence Office (CIO) como uma força auxiliar dos objetivos e tropas rodesianas, tendo em vista combater os guerrilheiros que faziam de Moçambique seu bastião da revolução (COELHO, 2009).

Esta nova face do domínio imperialista revelou-se claramente em Moçambique: enquanto reconhecia nominalmente sua soberania, o bloco ocidental, em conluio com o regime do Apartheid, patrocinou conflitos internos, asfixiou economicamente o jovem país e impôs políticas através de organismos financeiros globais, aquilo que Nkrumah (1965) chamou de "mecanismos do neocolonialismo". O movimento de guerrilha denominado Resistência Nacional Moçambicana

(RENAMO) surgiu como uma opositora do governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), apoiado e financiado por potências imperialistas racistas vizinhas (RODRIGUES, 2022).

A RENAMO sempre foi justificada como um movimento que surgiu da traição da FRELIMO, segundo os seus líderes. A guerra de anos teve o apoio pleno da população que se via cansada da má governação do governo da FRELIMO, e na RENAMO encontrava uma maneira de manifestar esse seu descontentamento e desagrado. Entretanto, isso acontecia numa época em que Moçambique estava numa situação política favorável e com poderes para servir de apoio ao ANC da África do Sul, que fazia frente ao regime segregacionista do Apartheid, e à ZANU-PF, que lutava contra o regime da Rodésia de Ian Smith (FERNANDO, 2021).

No contexto da guerra civil, o governo da FRELIMO teve dificuldades sérias em ter controle em zonas não urbanas. Essas regiões foram dominadas pela RENAMO (MACHADO, 2020). A RENAMO desenvolveu uma campanha de terror contra a população civil, sabotando infraestruturas económicas e sociais, como os caminhos-de-ferro, escolas, hospitais, estradas e pontes. O período entre 1977-1984 foi particularmente sangrento, estimando-se cerca de um milhão de mortes. Estes actos demonstraram que o movimento não tinha como objetivo representar as reivindicações da população, mas sim desestabilizar o país (FERNANDO, 2021).

Nos seus primeiros anos de guerra civil, este movimento caracterizava-se com modus operandi típicos ao terrorismo. Os chamados "Bandidos Armados" sabotavam tudo o que encontravam à sua frente com vista a aniquilar de vez a máquina administrativa da FRELIMO: caminhos de ferro, escolas, hospitais, estradas e pontes, moagens, autocarros, saques nas lojas estatais que forneciam mantimentos à população. Tais actos serviram de lupa para defender que o movimento não tinha nenhum interesse de sustentar as reivindicações da população, como o mesmo movimento defendeu (FERNANDO, 2021).

Esta investida multidimensional buscava precisamente evitar que a nação rompesse com seu papel subalterno na divisão internacional do trabalho, ilustrando como as estruturas de dominação se reinventam na era pós-colonial. As conquistas moçambicanas, assim como a posterior libertação do Zimbábue, representavam um perigoso precedente por questionarem não apenas resquícios coloniais isolados, mas todo o sistema de dependência perpetuado pelo capitalismo global após as independências formais (WALLERSTEIN, 1974 apud MARTINS, 2015).

No mesmo período, o país via-se metido no conflito travado pela URSS e EUA. A guerra ideológica desses dois países, que tinham como objetivo exercer influências nas recentes independências de África, criou instabilidades no continente e, em particular, em Moçambique, que já estava aliado à URSS e seu modelo, tornando o país alvo específico dos EUA que, a todo o custo, tentava encurralar e pressionar o país a desistir deste modelo e seguir o modelo capitalista (ABRAHAMSSOM; NILSON, 1994 apud DUARTE; FIGUEIREDO, 2020).

O governo da FRELIMO, no qual Samora Machel liderava, já se constatava ser um problema para o Ocidente, pois ele foi membro fundador dos Estados da Linha da Frente (ELF) e da Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) e fazia parte do Bloco Socialista. Várias medidas foram adoptadas, uma delas foi uma agenda de política externa que tinha como base ser conjunta com carácter anticolonial e antiapartheid, que se objetivava a ser de libertação da África Austral com a Tanzânia, Zâmbia e Angola, estes que eram seus principais parceiros de luta (LANGA, 2022).

Com a Guerra Fria em voga e o objetivo de libertação da África Austral, Moçambique foi um grande impulsionador dos movimentos nacionalistas negros da ZANU e ZAPU que lutavam pela independência completa do Zimbabwe, bem como foi apoiante do movimento do ANC que enfrentava o regime racista segregacionista do Apartheid. Esses regimes se configuravam como inimigos de Moçambique: o regime do Apartheid da África do Sul, da Rodésia de Ian Smith e do Malawi de Kamuzu Banda. Como inimigos de Moçambique, esses regimes eram fortes apoiantes da RENAMO que empreendia uma guerra civil no país, influenciando as decisões políticas que eram tomadas dentro do território nacional (LANGA, 2022).

Diante a estratégia marxista-leninista, a União Soviética, de forma indireta, influenciou os Estados recém-independentes da África, afastando-os da influência ocidental, mas também contendo a influência chinesa. De forma clara, a URSS tinha seus interesses de penetrar em todo o Terceiro Mundo e, para alcançar isso, entrou sob seu plano ideológico, económico e de estratégia militar, adoptando estratégias de acordo com as zonas geográficas onde se propunha a actuar (CAU, 2011).

O marxismo-leninismo, que já tinha sido assumido por Moçambique a partir do III Congresso da FRELIMO, foi um motivo a mais para Moçambique requerer apoio formal à URSS com o objetivo de fazer parte do Bloco Comunista e integrante do Conselho para Assistência Económica Mútua (COMECON). Entretanto, o país perdeu os apoios dos chineses e dos norte-

coreanos, o que se deveu a um conflito decorrente entre chineses e soviéticos na década de 1960 (TATIM, 2014).

Por mais que Moçambique estivesse recebendo ajuda externa soviética, o país queria aumentar suas ambições com a entrada na COMECON. Este órgão era uma resposta ao Plano Marshall liderado pelos EUA, tendo em vista afastar as influências socialistas. No entanto, Moçambique foi rejeitado sob o pretexto de que os Soviéticos não tinham recursos suficientes para impulsionar financeiramente Moçambique como o faziam para o Vietnam e Cuba (TATIM, 2014).

A "guerra dos 16 anos" trouxe graves retrocessos ao país e consequências que até os dias de hoje estão marcadas. Com o apoio logístico que os regimes racistas do Apartheid, Rodésia do Sul e os EUA davam à RENAMO, este último conseguiu impor-se e infringir golpes significativos, obtendo avanços das suas tropas contra o governo da FRELIMO. Para além disso, em 1986, Moçambique perdeu seu primeiro presidente pós-independência, o Marechal Samora Machel, vítima de um acidente de aviação ocorrido no território sul-africano comandado pelo regime racista do Apartheid (RODRIGUES, 2022).

Moçambique estava numa posição nada favorável pela questão da guerra que se alastrava em todo o país. Na mesma direção de problemas, tinha a crise dos países socialistas. Não obstante a isso, tinha que lidar com as tensões nas suas fronteiras - um leque de problemas sequenciados que faziam com que o país ainda enfrentasse o crescimento da dívida externa e a consequente redução dos financiamentos externos. Ademais, cerca de 40% da população estava deslocada ou desalojada dos seus habituais locais de residência, sem chances de produzir (CAU, 2011).

As tentativas de o país obter uma ajuda financeira tinham o objetivo de aumentar a sua capacidade de combater e travar a RENAMO, que se fazia forte a cada dia que passava e se tornava uma ameaça maior. Com a Guerra Fria também decorrendo, os seus vizinhos inimigos intensificavam as suas ameaças. Com a rejeição da URSS, Moçambique encontrou-se numa situação que se poderia caracterizar como "cercado". A sobrevivência do governo da FRELIMO e de Moçambique era posta em causa. A saída que se vislumbrava era uma possível negociação com o regime segregacionista do apartheid, e o Presidente Samora Machel, sem muitas opções, inicia o diálogo com o país vizinho (LANGA, 2022).

As pressões que Moçambique recebia do Ocidente, a partir dos aliados que faziam fronteira com o país, chegaram a um extremo que sufocou o governo da FRELIMO e, em particular, Samora Machel. A solução que se via no momento era um acordo com os vizinhos e, consequentemente, um

abrandamento das incursões ocidentais (LANGA, 2022). Nenhuma das duas situações estava ao alcance de Moçambique. Pelo contrário, sucedia que, quer o acesso às finanças concessionárias, quer o reescalonamento da dívida, eram dificultados por condições políticas. Os credores ocidentais, que representavam dois terços da dívida pendente de Moçambique, exigiam de forma unânime que Moçambique aderisse ao Fundo Monetário Internacional (FMI), como precondição para a negociação da dívida. Os EUA foram ainda mais longe e exigiam que Moçambique entrasse em acordo com a África do Sul, a fim de ganhar o acesso à ajuda alimentar, créditos e donativos dos Estados Unidos (CAU, 2011, p. 38).

Essa situação exemplifica o que Kwame Nkrumah (1965) chamou de "neocolonialismo financeiro", no qual instituições como o FMI e o Banco Mundial atuam como instrumentos de dominação. Sob o disfarce de "ajuda multilateral", essas organizações impõem condições humilhantes: países endividados são forçados a abrir suas economias ao controle externo, fornecer dados estratégicos e aceitar supervisão estrangeira sobre suas políticas. Como alertou, "o imperialismo hoje não precisa mais de tropas; basta controlar o sistema financeiro". Moçambique, assim como outras nações periféricas, viu-se enredado nessa armadilha, onde a soberania era o preço a pagar por empréstimos que, em vez de aliviar a pobreza, reforçavam a dependência (NKRUMAH, 1965).

Sem muitas escolhas mediante as pressões do Ocidente, Moçambique viu-se obrigado a assinar um acordo de não agressão com um sistema racista e segregacionista que tanto combatia para ver a população da região livre do colonialismo por completo. Como Langa (2022) afirma:

> Apos anos de preparação e negociações do núcleo de assessores, estrategicamente, Samora assinou o Acordo de Incomáti com o regime sul-africano em marco de 1984, um acordo de não agressão e boa vizinhança, no qual, o Moçambique se comprometeu a desativar as bases do ANC em seu território e a Africa do Sul a cessar o seu apoio a Renamo. Essa decisão desagradou os parceiros e amigos de Moçambique na região, Tanzânia e Zâmbia e seus chefes de Estado que se recusam a participar da cerimónia de assinatura do Acordo. O ANC e a população negra sul-africana sentiram-se traídos por Samora. O Acordo de Incomáti foi considerado uma traição pelo ANC, Partido Comunista Sul-africano, população negra sul-africana e outros movimentos anti*apartheid*, incluindo movimentos negros norte-americanos. (LANGA, 2022, p. 19:20).

A assinatura do Acordo de Incomáti marcava a virada do governo da FRELIMO para uma nova aproximação ao Ocidente e aos seus vizinhos. Ademais, as dinâmicas no xadrez político na

região Austral de África teriam mexidas significantes. Era o claro prenúncio de que o socialismo estava ficando para trás (LANGA, 2022).

Assim estavam lançados os dados para um jogo que seria amplamente perigoso para Moçambique, pois acabava de entrar na trilha do Ocidente e para as suas instituições financeiras internacionais. Finalmente:

> Assim sendo, quando em março de 1984, foi assinado o acordo de Nkomati, tinha-se tornado claro aos dirigentes moçambicanos que o isolamento do país tinha de se quebrar. Novas alianças internacionais tinham que ser forjadas. A causa imediata do desencadeamento desta evolução foi o facto de Moçambique ter chegado ao limite da sua capacidade. Os seus lucros em moeda conversível eram totalmente absorvidos pelo serviço da dívida externa. Em 1982, o índice de serviço da dívida tinha atingido 97%, e isto significava que Moçambique precisava ou de fontes financeiras alternativas, ou do acordo dos credores para a renegociação da dívida pendente. (CAU, 2011, p. 38)

Portanto, nessas condições, Moçambique não teria muitas escolhas e nem muitas objeções para qualquer exigência que o Ocidente impusesse, com o objetivo de tirar Moçambique dos ideais socialistas que ainda era assumido como sua orientação política e governativa. O país estava numa posição de aceitar tudo ou correr o risco de ser negada uma ajuda financeira e entrar em colapso definitivo (CAU, 2011). A partir de 1984, o governo da FRELIMO abandonou os princípios que orientavam sua política governativa e, consequentemente, as políticas económicas que foram adoptadas aquando da independência do país (MONIÉ, 2019).

David Harvey (2006) caracterizaria esta transição como exemplo da "adaptação neoliberal" imposta pelo FMI. O neoliberalismo espalhou-se pelo mundo como uma onda avassaladora, transformando instituições e remodelando discursos. Embora sua implementação tenha sido desigual entre diferentes regiões, praticamente nenhum país conseguiu escapar completamente de sua influência, com raras exceções, como a Coreia do Norte. A Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) desempenharam um papel fundamental nesse processo, consolidando o neoliberalismo como o modelo dominante de regulação económica global (HARVEY, 2006).

Dessa forma, o neoliberalismo não apenas se impôs como paradigma económico hegemónico, mas também estabeleceu mecanismos de coerção que dificultam qualquer tentativa de rutura ou alternativa significativa (HARVEY, 2006). No entanto, o país não abdicou da retórica socialista. Um conjunto de mudanças institucionais com carácter neoliberal foram empreendidas, e

o país filiou-se ao FMI no mesmo ano. Dentre as várias mudanças, deu-se um quadro institucional e regulatório que melhor servia as exigências do Banco Mundial e do FMI. Os primeiros passos para a adopção de um Plano de Ajustamento Estrutural, que se deu em 1987; mudanças significativas foram feitas tendo em vista a protecção da propriedade privada, contratos e privatização parcial de empresas industriais. Deste modo, foi lançada a mudança para entrada de investimentos directos estrangeiros, para impulsionar o crescimento da economia de Moçambique e, consequentemente, a mudança da parceria para o Ocidente e o Capitalismo (MONIÉ, 2019).

A imposição do sistema neoliberal inevitavelmente gerou um amplo processo de desestruturação, afectando não apenas as instituições e o poder político (inclusive a noção de soberania estatal sobre decisões económicas), mas também transformando profundamente as relações de trabalho, os laços sociais, as políticas de protecção social, os modelos tecnológicos, os estilos de vida, a conexão com o território, as dinâmicas afectivas e até mesmo as formas de pensar e interpretar o mundo (HARVEY, 2006). Esta reconfiguração radical redefiniu as bases materiais e simbólicas da sociedade moçambicana, substituindo os paradigmas socialistas por uma lógica de mercado que permeia todas as esferas da existência humana. O resultado, como previra a teoria do sistema-mundo, foi a reinserção de Moçambique nos circuitos periféricos da economia capitalista global, agora sob novas formas de dependência e subordinação (WALLERSTEIN, 1974 apud MARTINS, 2015).

A trajectória de Moçambique ilustra com clareza como as estruturas de dominação se reinventam na era pós-colonial, usando mecanismos financeiros e económicos para manter as hierarquias globais, mesmo após as independências formais - exactamente como Kwame Nkrumah (1965) havia previsto ao alertar que "o imperialismo hoje não precisa mais de tropas; basta controlar o sistema financeiro".

2.3. MOÇAMBIQUE ENTRANDO NO CONTEXTO DA DEPENDÊNCIA DA AJUDA EXTERNA DOS DOADORES OCIDENTAIS.

A questão das políticas que norteiam a aplicação dos recursos, com o objetivo de desenvolver ou mesmo reduzir e eliminar vicissitudes no país, surge como de extrema importância para definir o insucesso e o sucesso desse desenvolvimento. O não alinhamento com os beneficiários pode criar uma fissura entre as partes, o que consequentemente contribuirá para a não aplicabilidade real da ajuda.

A história de Moçambique configura-se como uma marca fundamental para a compreensão da relação do país com os doadores e com a comunidade internacional de um modo geral. Sendo Moçambique uma colónia portuguesa que se viu livre do jugo colonial em 1975, após batalhas incessantes que duraram 10 anos lideradas pela FRELIMO, partido único responsável pela expulsão dos colonos, conseguiu criar ligações diplomáticas com países de ideologias socialistas. Isto fez com que o país se tornasse um Estado de partido único, seguindo uma linha socialista e autoproclamada marxista-leninista. Por sua vez, Portugal era membro da NATO e foi claramente apoiado pelos Estados Unidos da América para inviabilizar a libertação do país. Quando falamos da relação de Moçambique com os doadores ocidentais, estes viam o governo e o país como um possível parceiro com quem pudessem ter uma relação e ajudar no seu desenvolvimento. Isso comprova-se na proliferação de agências de doadores e demais atores que trabalham no segmento da ajuda para o desenvolvimento do país. Isto deve-se, em especial, aos processos históricos de quase mais de vinte anos de relações entre o país e esses atores, e à aceitação clara das políticas das instituições financeiras internacionais, respondendo positivamente às agendas dessas instituições como forma de garantir a sua ajuda. (DE RENZIO & HANLON, 2007).

Na década de 75-85, na qual Moçambique se encontrava atrelado ao sistema socialista, possuía uma estratégia de desenvolvimento que se definia como clara e que teve o apoio dos socialistas russos e de alguns outros países. No entanto, dada a complexidade e o contexto da época, com a Guerra Fria a trazer consigo problemas maiores para o país, o Consenso de Washington e as suas políticas atreladas às instituições financeiras, sob comando dos doadores ocidentais, pressionavam no sentido de desmantelar todos os resquícios socialistas existentes e, consequentemente, promover uma rápida transição das economias com heranças socialistas para uma economia de mercado nos países que pertenceram ao bloco soviético. A FRELIMO resistiu a esses fenómenos, mas infelizmente não conseguiu a força necessária para impedir os intentos dos doadores e perdeu a batalha. (DE RENZIO & HANLON, 2007).

Na mesma perspetiva, perante o infortúnio que o país vivia, criou-se uma ligação entre estes dois atores para que Moçambique passasse para o lado do Ocidente. Com isso, surgiu um alto nível de dependência da ajuda externa, que tem sido usado de forma clara pelos doadores para demonstrar o seu poder e influência sobre o governo e sobre Moçambique. Isto comprova-se nas duas vezes em que os doadores retiraram a ajuda alimentar na década de 80, com o objetivo de fazer o governo afastar-se do socialismo e adotar o sistema capitalista, e, no mesmo sentido, em 1983, obrigando o

país a aderir às instituições financeiras internacionais, ou seja, às Instituições de Bretton Woods. (HANLON, SMART 2008).

Na mesma senda, em 1986, coagiaram o país a adotar o Plano de Ajustamento Estrutural, que trouxe consigo as chamadas "medidas ortodoxas" para desenvolver o país. Talvez uma das vítimas mais enigmáticas dessas "medidas ortodoxas" tenha sido o setor rural ou agrícola, nomeadamente a cultura do caju, como mencionado anteriormente. Esta foi praticamente eliminada com as políticas de liberalização do caju, o que significou a proibição da exportação da castanha em bruto. Como consequência, deu-se o encerramento de diversas fábricas de processamento da castanha, assistindo-se a que milhares de moçambicanos ficassem desempregados. Ademais, essas medidas foram gentilmente "pedidas" com a clara "gentileza" de dizer que, se não fossem cumpridas, a ajuda seria cortada. Salienta-se que, antes dessas medidas, Moçambique era o maior produtor de castanha de caju do mundo, e hoje vive com uma indústria débil que não se sabe onde irá parar. (HANLON, SMART, 2008).

Ademais, verificou-se que, desde o fim do período socialista no país, este não conseguiu construir as bases de um projeto político nacional na sua relação com os doadores. Pelo contrário, aceitou implementar diversas políticas do Consenso de Washington que foram propostas pelos doadores, como garantia de continuar a receber financiamento para o país. As discussões sobre estas políticas foram tidas apenas entre o governo e os doadores, sem a intromissão da sociedade civil nestes processos, vislumbrando-se assim uma ajuda fragmentada que promove uma abordagem com fissuras para solucionar os problemas do desenvolvimento. (DE RENZIO & HANLON, 2007).

Moçambique tornou-se um dos países mais dependentes da ajuda a nível mundial, recebendo valores avultados em torno de 40% do rendimento nacional todos os anos. Neste caso, torna-se interessante tentar compreender essa dinâmica da dependência e o potencial da ajuda para criar um desenvolvimento económico real e plausível para o país. (ARNDT; JONES; TARP, 2006).

Por outro lado, a iniciativa Heavily Indebted Poor Countries (HIPC) permitiu uma redução de vulto no que tange à dívida externa de Moçambique, tendo contribuído para a redução do défice corrente, apesar de este continuar alto. No entanto, Moçambique continua, na sua maioria, de forma bastante dependente da ajuda externa, como referenciei anteriormente. Há mais de 25 anos que o país se encontra numa situação em que a injeção de mais de 50% do seu Orçamento do Estado é advinda da ajuda externa de doadores. Por exemplo, em 2007, cerca de 60,4% do orçamento do país foi patrocinado por essa mesma ajuda externa. (IPAM, 2008).

A economia cresceu a uma taxa média de crescimento do PIB de 8% no período compreendido, a mais elevada em África para um país não produtor de petróleo. A pobreza reduziu em torno de 15% entre os anos de 1996/7 e 2002/3. (BANCO MUNDIAL, 2007).

Por outro lado, o setor agrário, que foi muito fustigado, talvez o mais prejudicado de todos os setores do país, defende-se ser a principal fonte de rendimento e sobrevivência da maior parte da população. Este grupo e setor são uma preocupação para as aspirações de Moçambique, pois o setor agrário dispõe de oportunidades de atividades económicas e emprego a 80,5% da população economicamente ativa, numa percentagem em que as mulheres levam vantagem com 60%. No entanto, este setor contribuiu com valores ínfimos de cerca de 26% do PIB do país, devido ao fraco empreendimento no setor, que traz consigo um fraco nível de produção e de produtividade. (IPAM, 2008).

Tendo como referência o ano de 2003, a expansão económica de Moçambique foi atribuída ao desenvolvimento de infraestruturas, indústria extrativa de recursos naturais, energia, agricultura, turismo e desenvolvimento do setor privado. No entanto, defende-se que este "boom económico" e os ganhos desses projetos, principalmente na indústria extrativa de recursos naturais, não se fizeram sentir a nível da população no que tange à geração de empregos e de rendimentos. Os projetos apenas trouxeram uma dinâmica positiva nas exportações do país e foram contribuidores da redução do défice da balança comercial. (BANCO MUNDIAL, 2007).

O país encontra-se dependente da ajuda externa num sistema multidimensional que abrange finanças, escolhas políticas e a própria cultura da administração pública. Este quadro remete para o ponto discutido anteriormente, apontado por Nipassa (2009), sobre o ciclo de ajuda externa que essa dependência gera. Nele, doadores como o FMI e o Banco Mundial influenciam diretamente os debates e a tomada de decisões. Castel-Branco (2008) demonstra como a atuação do FMI nas políticas macroeconómicas reduz o espaço de manobra governamental, enquanto o Banco Mundial, através de empréstimos atrelados ao desempenho, promove a adoção de critérios neoliberais, consolidando um ambiente de domínio externo.

A questão orçamental em Moçambique surge como um fenómeno que traz consigo implicações para o país, principalmente na relação deste com os doadores. A fraca pujança orçamental do Estado limita o país na criação das suas próprias diretrizes e em comportar-se de maneira distinta, sem grande margem de manobra. Assim, são ditadas as regras de um jogo em que Moçambique é refém. Os doadores são os principais responsáveis por ditar as diretrizes ao governo

no que concerne ao patrocínio do processo orçamental, quase de forma autoritária. A disponibilização dos recursos que os doadores alocam encontra-se de forma dispersa, não existindo um orçamento unificado em que o Tesouro tenha controlo total sobre os mesmos. (HODGES & TIBANA, 2006).

Dentre as várias áreas nas quais estão a ser intervencionadas, os recursos também estão fora do orçamento e, por vezes, os recursos alocados pelos doadores para os projetos acabam por superar o que é alocado no próprio Orçamento do Estado. Disto tudo advêm consequências de uma ajuda externa que criou uma cisão e fragmentou o planeamento, o orçamento e a gestão do próprio governo. Por estes projetos serem pautados por uma negociação direta entre os setores e os doadores, este tipo de ajuda debilita as autoridades governamentais de Moçambique e retira as responsabilidades das políticas do governo na justificação dos resultados. O país encontra-se numa encruzilhada e não consegue gerir as suas questões prioritárias de modo a alocar os recursos nessa ordem de ideias, consequentemente não criando um plano ou estratégia de desenvolvimento baseado na priorização das necessidades. (HODGES & TIBANA, 2006).

Apesar do sentido autoritário da ajuda, o governo também não se encontra livre de responsabilidade, pois tem-se acomodado com a situação. Parece que este nível elevado de dependência tem sido usado também como uma estratégia de sobrevivência, sendo deixada de lado, num primeiro momento, a triagem da qualidade da ajuda, para maximizar os recursos e só depois os gerir. O desenvolvimento está intrinsecamente ligado à melhoria de vida e à redução da pobreza em geral. No entanto, este conceito foi moldado à maneira ocidental de pensar, numa perspetiva económica, política e cultural desses países, constituindo uma vantagem que lhes permite fazer imposições a outras sociedades, que tendem a moldar e elaborar as suas diretrizes de desenvolvimento a partir desses padrões ocidentalistas. (NIPASSA, 2009).

As perspetivas do governo moçambicano, as suas estratégias de redução da pobreza e os seus procedimentos são estritamente apoiados pelos doadores, porque isto se torna uma forma clara de os doadores se envolverem com o governo de forma estratégica, com vista a ingerirem-se em assuntos internos e a ditar o que o governo deve seguir. Estas práticas acabam por minar o poder do governo de gerir as suas próprias políticas e distribuir os recursos consoante as necessidades do país, com vista a erradicar a pobreza e catapultar o desenvolvimento. Ademais, a maioria dos doadores aloca os recursos fora da máquina administrativa do governo, aplicando-os diretamente nas províncias, nos ministérios e em projetos por eles geridos, não sujeitando esses recursos ao controlo do Tesouro moçambicano e ignorando o governo por completo. (BATLEY, 2005a).

Numa visão ocidentalizada de desenvolvimento, a narrativa é a de que o país pobre tem o dever de se desenvolver segundo os modelos ocidentais, e por isso as doações se configuram como justificáveis. A ajuda externa para estes países necessitados, envolvendo recursos financeiros, materiais e humanos, surge na perspetiva de desenvolver os pobres. É incrível e curioso que estas ajudas externas, plasmadas como prioridades para o desenvolvimento do país, sejam predefinidas nas capitais ocidentais, nomeadamente em Washington e nas capitais europeias, por especialistas que não tiveram qualquer contacto com o país e muito menos com as necessidades de Moçambique ou necessidades locais. Estão, antes, mais interessados na propaganda, no protagonismo e em satisfazer os seus parlamentos e financiadores, ficando o resto como secundário. (NIPASSA, 2009).

A compreensão que se tem sobre a desigualdade e a realidade que emerge da dependência da ajuda é a de um empobrecimento permanente, pesado e debilitante, no qual os diversos grupos do país devem funcionar e fazer o que puderem, ou seja, tentar a todo o custo ainda dirigir a máquina por si mesmos. Esta assimetria estrutural e material entre doador e recetor, apesar da nova linguagem de parceria, torna-se imperiosa para explicar o seu funcionamento e como os recetores lidam com isso. Ademais, quando Moçambique aceitou o programa de reestruturação económica das Instituições de Bretton Woods no final da década de 1980, praticamente já se tinha uma visão do que seria essa reestruturação no sentido da perda do seu controlo sobre a política económica e dos setores-chave. (MACAMO, 2003).

Segundo Nipassa (2009), a ajuda externa não pode desenvolver o país, em particular nas modalidades em que é conduzida e imposta. Ela está a ser uma espécie de veículo de instrumentalização de agendas particulares dos doadores, sem ter em conta os interesses do país. Numa perspetiva que advém da ajuda externa como um instrumento de dominação, pelos moldes em que a mesma se propôs, ela surge como um banalizador da dimensão política doméstica, fator que destrói uma narrativa de dignidade e soberania do país, e consequente retrocesso de Moçambique e dos moçambicanos em erguerem o seu próprio desenvolvimento sem amarras e condicionalismos.

Ademais, há mais de 20 anos que o país tem sido alvo de ajuda externa para o desenvolvimento. No entanto, se nos perguntarmos se existe, de facto, um desenvolvimento baseado nessa mesma ajuda externa, os vários estudos nacionais e internacionais respondem a esses questionamentos afirmando que não se está a sentir o desenvolvimento que se afirma existir. (NIPASSA, 2008).

> As estatísticas e estudos, nacionais e internacionais, sobre esta matéria têm revelado que o país não está a registar o desenvolvimento que se esperava com a ajuda externa. O Relatório do PNUD sobre o Desenvolvimento Humano 2007/2008 posiciona Moçambique no fundo do grupo dos países com desenvolvimento humano baixo, na triste posição 172ª no universo de 177 países classificados. De salientar que situação corresponde a uma queda de 4 pontos em relação ao IDH de 2006 onde figurava em 168º lugar. (NIPASSA, 2009, p. 15)

Apesar do progresso alcançado desde 1992, dando-se ênfase ao papel que a ajuda teve, surgem, no entanto, dúvidas quanto ao desenvolvimento do país num futuro próximo. Moçambique continua com altos índices de pobreza, se levarmos em conta o contexto mundial. A sua economia caracteriza-se por um sector empresarial privado incipiente e, por outro lado, a população é quase na sua totalidade rural, dependente de uma agricultura altamente vulnerável às mudanças climáticas. O autor defende ainda que, para além da contribuição de alguns megaprojetos industriais, a penetração nos mercados mundiais é limitada e as importações são fortemente financiadas pela ajuda externa. No entanto, apesar de algum avanço nas infraestruturas públicas e nos serviços sociais, o país ainda se encontra com limitações no que tange à acessibilidade a estes bens públicos. (NIPASSA, 2009).

2.4. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DOS IMPACTOS DO PLANO DE AJUSTE ESTRUTURAL EM MOÇAMBIQUE.

De acordo com Oppenheimer (1996), o programa de ajustamento estrutural teve início em Moçambique em 1987. O Ajustamento Estrutural foi, certamente, uma ferramenta de grande influência na história do país, considerando as políticas que este mecanismo, promovido pelo FMI e pelo Banco Mundial, trouxe para o território moçambicano. As duas instituições de Bretton Woods demonstram a importância que as políticas por elas promovidas possuem na constituição da realidade social, económica e política das sociedades, bem como o seu poder de presença e intervenção. (OPPENHEIMER,1996).

Macamo (2003) complementa esta perspetiva, afirmando que:

> Ela inclui também níveis mais inferiores, sobretudo o nível do quotidiano, onde os efeitos das intervenções macroeconómicas se fazem sentir. Com efeito, é ao nível do dia a dia que se traduzem, domesticam e estabilizam as intervenções ao mais alto nível no esforço quotidiano individual e coletivo de tornar a ordem social previsível. É no dia a dia, para usarmos linguagem fenomenológica, que o mundo extremamente problemático do reajustamento estrutural é integrado no mundo não-problemático do

> quotidiano, do que é dado por adquirido. Na verdade, o que torna o reajustamento estrutural importante para a constituição da realidade nos países africanos é precisamente a sua enorme capacidade de desestabilização da ordem quotidiana. É a forma como ele se impõe no horizonte social como a única fonte de problemas que precisam de solução. Completamente saturada por problemas, interesses, clivagens, etc. Que refletem as realidades do reajustamento estrutural a realidade social daí resultante é uma realidade bastarda, expressão duma visão totalitária que se legitima com um discurso emancipatório. (MACAMO, 2003, p. 234:235)

O PAE em Moçambique trouxe uma mudança drástica na política económica do país, com impactos imediatos nas suas estruturas. A economia, que até então era centralmente planificada, deu uma virada para uma economia de mercado sob a alçada e supervisão dos pilares gémeos do neoliberalismo. Sem grandes surpresas, as mudanças socioeconómicas e políticas ocorreram de modo a moldar um Estado e uma sociedade de natureza neoliberal. O programa foi bastante claro no seu objetivo de liberalizar a economia, privatizar as unidades de produção e deixá-las orientar-se pelas leis de mercado, resultando na redução do papel do Estado em várias dimensões da vida nacional. Introduziu-se, assim, o empresariado e os investimentos privados com vista a aumentar a atividade económica no país. (MEQUE, 2013).

No que concerne à dimensão social, particularmente na educação e saúde, as diretivas foram claras no intuito de dinamizar a abertura para a entrada de agentes privados nestes setores. Contudo, este processo foi antecedido pela adoção de leis destinadas a responder às exigências das instituições financeiras internacionais (MEQUE, 2013).

O programa estrutural pressupunha livre comércio, desregulamentação e privatização. Na sequência, o governo liberalizou os preços, retirou a influência que detinha sobre o mercado, efetuou cortes substanciais nas áreas sociais e implementou novas políticas para os setores da saúde e da educação. É importante notar que este primeiro programa não incluía uma componente social. Moçambique redobrou esforços no sentido de convencer as IFIs de que o país e a população necessitavam de apoio para suprir as carências decorrentes da guerra civil e de calamidades naturais, reiterando a primazia das questões sociais. No entanto, para tal, o governo teve de obedecer a todos os pressupostos das Instituições de Bretton Woods (IBWs) e cumprir integralmente os acordos aos quais Moçambique se tinha comprometido (MEQUE, 2013).

Em linhas gerais o PAE tinha como objetivo realizar reformas económicas no quadro do ajustamento estrutural do FMI e do BM que preparassem Moçambique para receber ajuda externa ao desenvolvimento:

> As linhas gerais do Programa de Reajustamento Estrutural (PRE) foram apresentadas a direção do FMI em setembro de 1986 e a implementação do programa inicia-se em 1987. O Programa de Ajustamento Estrutural visava a reparar os erros da implementação do Plano Prospetivo Indicativo (PPI) e recuperar os índices de Produção e de exportação. Pressupunha também repor o equilíbrio na balança de pagamentos e controlar a inflação através da desvalorização da moeda para incentivar as exportações e conter as importações, do corte da despesa pública e dos subsídios as empresas, da privatização da propriedade do Estado, da introdução do princípio da recuperação dos custos no fornecimento de serviços públicos essenciais (saúde e educação) e da contenção de créditos à economia. (MEQUE, 2013, p. 47).

Na obra "*Mozambique: Who Calls the Shots?"* de Hanlon (1991), o autor critica o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) em Moçambique, argumentando que este limitou claramente a soberania do país. Sob a sua perspetiva, o programa criou e implementou políticas que não refletiam as necessidades e prioridades locais, mas sim as agendas dos doadores e dos seus precursores. O PAE terá tido um impacto negativo em matéria de austeridade, liberalização e privatização de empresas, revelando-se na maioria dos casos nefastos nas suas consequências económicas. Tais políticas colocaram o sector público numa situação desfavorável, promoveram cortes prejudiciais nos gastos sociais e desvalorizaram a moeda nacional, exacerbando a pobreza e a desigualdade. Apesar do objetivo declarado de estabilizar e reavivar a economia nacional, o programa resultou num aumento do desemprego e tendeu a piorar a vida da maioria da população. As reformas económicas beneficiaram apenas um grupo limitado de pessoas e empresas estrangeiras, deixando a maioria dos moçambicanos em situação pior e num estado elevado de pobreza extrema (HANLON, 1991).

Marc Wuyts, em "*Money and Planning for Socialist Transition: The Mozambican Experience"* (1986), defende que Moçambique, que então se assumia como uma economia socialista, foi forçado a implementar políticas de ajustamento estrutural devido a pressões externas agravadas pela crise decorrente da guerra civil. De uma economia de planificação centralizada, o país viu-se obrigado a alterar as suas estratégias económicas e financeiras. Os pilares da agenda neoliberal promoveram reformas estruturais que não consideraram o contexto e as particularidades locais, nem as necessidades de desenvolvimento endógeno. Como resultado, as reformas focadas na liberalização, privatização e austeridade criaram consequências desastrosas para a economia nacional, incluindo um aumento substancial da pobreza absoluta e a deterioração dos serviços públicos, que se tornaram ineficientes. O governo enfrentou sérios problemas na implementação do programa, incluindo resistência interna, mas o mais notório foi a falta de capacidade administrativa

e as dificuldades gritantes em adaptar essas políticas externas ao contexto e às realidades locais. Ademais, a obrigatoriedade de implementar políticas de mercado sem infraestruturas adequadas e sem um planeamento cuidadoso que acomodasse todas as preocupações resultou numa grave instabilidade económica e social para Moçambique (WUYTS, 1986).

Assim sendo, a redução drástica do investimento público trouxe um impacto negativo nos serviços essenciais, principalmente na saúde, educação e infraestruturas, o que consequentemente reduziu a qualidade e o alcance desses serviços básicos. Este cenário levou a uma estagnação de longo prazo no desenvolvimento humano de Moçambique. Como consequência, verificou-se um aumento da dependência em relação à ajuda externa por parte das instituições que implementaram o programa. O condicionalismo associado a essa ajuda fez com que Moçambique fosse frequentemente obrigado a seguir políticas que não eram benéficas nem adequadas ao país, ficando assim preso num ciclo vicioso de dependência e vulnerabilidade económica (HANLON, 1991).

Apesar das pressões externas sofridas no âmbito do PAE, Hanlon vislumbrou algum nível de resistência, ainda que limitado, por parte de comunidades e movimentos sociais que responderam às políticas do programa, tentando criar estratégias alternativas de sobrevivência e resiliência. Em termos de eficácia, o autor não vê de forma positiva a implementação do programa, questionando a sua capacidade para promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Defende que as reformas estruturais falharam em abordar as raízes da pobreza e da desigualdade no país, argumentando que seria necessária uma abordagem mais centrada na população para gerar desenvolvimento real, em contraste com o modelo promovido por essas instituições, que rotulam como sucessos (HANLON, 1991).

CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Chegado a esta fase, mediante o exposto anteriormente em consonância com diversas visões, chega-se a conclusão que Moçambique desde o seu contato primeiramente com os povos Árabes já se mostrava ser um território de grande valor para, os recursos que possuía fizeram com que este território fosse apetecível para os comerciantes Árabes que conseguiram estabelecer uma relação comercial com os povos que habitavam o território na referida época e comercializaram recursos mineiros raros, marfim, madeira entre outros produtos.

Chegada a esta fase e mediante o exposto anteriormente, em consonância com diversas visões, chega-se à conclusão de que Moçambique, desde o seu primeiro contacto com os povos

árabes, já se mostrava ser um território de grande valor. Os recursos que possuía fizeram com que este território fosse apetecível para os comerciantes árabes, que conseguiram estabelecer uma relação comercial com os povos que o habitavam na referida época e comercializaram recursos mineiros raros, marfim, madeira, entre outros produtos.

No entanto, a partir de 1884, com a Conferência de Berlim, que teve como objetivo a partilha de África entre as diferentes potências europeias, o território entra na rota internacional quando Portugal fica com a sua posse. Essa dominação assumiria, a partir de então, um caráter agressivo. Na verdade, este não foi o primeiro contacto dos europeus com a região, pois esse contacto já tinha começado em 1495, quando os povos locais tiveram o primeiro encontro com os portugueses, o que foi determinante para o fim da relação comercial entre os povos da região e os árabes. Desse momento em diante, Portugal trouxe consigo uma política de colonização que mudou o destino do território e dos povos que o habitavam e habitam.

Após um longo período de dominação das estruturas políticas, produtivas e do comércio de escravos por parte de Portugal, assistiu-se, em meados do século XX, a uma agitação no âmbito internacional com a Segunda Guerra Mundial. O seu fim foi crucial para a proibição do comércio de escravos a nível global. No entanto, Portugal, não querendo perder um dos seus negócios mais lucrativos, manteve esta atividade a nível regional, fornecendo mão de obra para as minas da África do Sul e para as plantações da Rodésia. Esta atitude criou grande agitação no seio da população, que mostrou forte resistência às medidas de Portugal.

Conclui-se que, com tudo isso, começou a surgir uma onda de resistência, principalmente por parte dos assimilados, que viam estas situações como desumanas para com a população. O território já era uma vítima do capitalismo e da exploração da força de trabalho. Desde a formação dos movimentos de libertação, a FRELIMO não teve qualquer apoio dos países ocidentais; pelo contrário, estes tentaram dificultar a criação desses movimentos e foram coniventes com a escravidão, exploração e extrativismo do território moçambicano, perpetuando assim a visão eurocêntrica de subordinação das regiões fora da Europa e a sua necessidade de serem exploradas. Contudo, estes movimentos tiveram o apoio de países comunistas e socialistas, que defendiam o anticolonialismo e a luta contra a exploração dos povos.

A resistência ocidental em aceitar a libertação do território do jugo colonial estendeu-se durante a guerra de libertação de Moçambique, período durante o qual se perdeu o arquiteto da luta

de libertação, assassinado pela PIDE, apoiada pela OTAN. Até à conquista da independência, as manobras empreendidas pelo Ocidente para travar o movimento de libertação foram intensas.

Com tudo isto, Moçambique alcançou a sua independência em 1975. Podemos afirmar que houve um êxtase das lideranças da FRELIMO; uma euforia estendia-se perante o tão esperado e histórico momento alcançado. Afinal, Moçambique passou a ser considerado internacionalmente um país soberano. No entanto, este momento não tardou a mostrar-se ameaçador para o Ocidente e para o capitalismo, pois Moçambique assumiu um regime marxista-leninista, muito alinhado com os pressupostos da URSS, o que incomodou profundamente os capitalistas ocidentais. Conclui-se que esta foi a motivação para que os ocidentais apoiassem os regimes racistas do Apartheid da África do Sul e da Rodésia de Ian Smith na criação de um movimento de desestabilização do país. Assim nasceu a RENAMO, um movimento criado por membros do Apartheid e da Rodésia, que consequentemente desencadeou uma guerra civil de 16 anos, que destruiu várias infraestruturas e ceifou a vida de milhares de pessoas.

Ademais, Moçambique, praticamente quebrado e sem muitas opções, viu-se forçado a aproximar-se dos mesmos países que fomentaram a guerra civil, a morte da população e a destruição do país, uma vez que a URSS, através do COMECON, não se mostrou disponível para aumentar a ajuda financeira a Moçambique. No entanto, esta aproximação ao Ocidente custou a Moçambique o seu orgulho, pois foi obrigado a assinar um acordo de não agressão com o seu vizinho, financiador do movimento de "bandidos armados" que assolava o país durante a guerra civil. Com a assinatura do Acordo de Nkomati, o país viu-se inserido na dinâmica capitalista ocidental. Apesar de ainda pretender seguir uma orientação marxista-leninista, evidentemente o Ocidente não permitiu que tal acontecesse, deixando o país sem escolha se quisesse receber ajuda para acabar com a RENAMO e reestruturar-se após a guerra civil.

A partir de 1984, o país começou a ser pressionado a integrar as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs). Estas instituições foram cruciais para a dinâmica de dependência que o país viveu, pois foi a partir delas que várias reformas políticas, económicas, de governança e sociais aconteceram. A partir desse momento, Moçambique acabou por selar o seu destino com a parceria capitalista, que não tardou a exigir reformas económicas, como a abertura da economia de mercado, a introdução de capitais privados, e a privatização da saúde e da educação – setores que antes eram controlados pelo Estado. Os Programas de Ajustamento Estrutural, liderados pelas Instituições de Bretton Woods, foram uma catástrofe para o país, pois impulsionaram políticas económicas ineficazes e negligenciaram outros setores sociais, o que consequentemente causou o aumento da

pobreza e da desigualdade na população. Vários setores foram severamente afetados e os serviços essenciais ficaram de rastos. Chega-se à conclusão de que estes programas tiveram como objetivo criar e implementar políticas neoliberais para reformular o país e aumentar a dependência de Moçambique em relação ao Ocidente.

Por fim, podemos concluir que Moçambique é fortemente dependente da ajuda externa ocidental, criando uma dependência extremamente significativa. Comprova-se que, há muito, o Orçamento do Estado tem sido financiado por estes doadores em quase 50 a 60%, o que lhes garante a capacidade de ditar ao país o que fazer e o que não fazer. Assim, a questão da ajuda para o desenvolvimento em Moçambique reforça o caráter periférico do país no sistema internacional, uma vez que as políticas criadas e implementadas apenas vêm reforçar a estrutura de subordinação do país aos países centrais. Esta marginalização de Moçambique no contexto internacional acontece na medida em que a ajuda externa está frequentemente associada a condicionalismos para a implementação de políticas que beneficiam o Ocidente e reforçam esta dinâmica marginal do país a nível global.

Portanto, isto mina significativamente as oportunidades locais de desenvolvimento, numa visão de um plano nacional baseado principalmente nas necessidades locais do país, das comunidades rurais e do sector da agricultura, o mais afetado no país, embora seja aquele onde a maior parte da população exerce a sua atividade, representando cerca de 70%. Estas particularidades não são levadas em conta pelos doadores e pelas suas IFIs, que se baseiam em agendas particulares. O sector rural em Moçambique é considerado aquele que poderia trazer o desenvolvimento a longo prazo do país. No entanto, os condicionalismos impostos reforçam políticas que não beneficiam os pequenos agricultores, mas sim as empresas privadas neste setor, perpetuando a dependência e a subordinação dos camponeses face a estas grandes multinacionais. Neste sentido, o sector mais beneficiado é o da indústria extrativa, explorado por corporações transacionais de origem ocidental.

Para se ter uma ideia, e a título de exemplo introdutório ao assunto, Moçambique já foi o maior produtor de castanha de caju, com 14 fábricas de processamento em funcionamento. No entanto, quando abriu as portas ao capitalismo, ao FMI, ao Banco Mundial, aos seus Programas de Ajustamento Estrutural e às suas chamadas "medidas ortodoxas", esta indústria foi arrasada e nunca conseguiu reerguer-se, devastando social e economicamente o país de forma lastimável.

Este é, contudo, um assunto que abordaremos de forma mais profunda nas próximas secções, dando maior ênfase às implicações dessas políticas no desenvolvimento do sector rural do país e à devastação do sector da castanha de caju, que já foi uma grande fonte de receitas para Moçambique.

CAPÍTULO 3. IMPLICAÇÕES DAS POLÍTICAS IMPOSTAS PELOS DOADORES OCIDENTAIS EM MOÇAMBIQUE NO DESENVOLVIMENTO RURAL.

O desenvolvimento rural em Moçambique tem sido profundamente moldado pelas políticas e programas de cooperação internacional. Este capítulo examina como essas intervenções externas, frequentemente implementadas através de condicionalidades dos doadores, influenciaram a trajetória de desenvolvimento das zonas rurais moçambicanas. A análise centra-se no período pós-independência, marcado por significativas transformações políticas e económicas no país. Através desta análise, busca-se compreender em que medida as políticas dos doadores internacionais contribuíram para o desenvolvimento rural em Moçambique, identificando tanto os avanços alcançados como os desafios persistentes.

A reflexão considera ainda as dinâmicas locais e as estratégias das comunidades rurais face a essas intervenções externas.O cenário rural moçambicano transformou-se num palco de profundas reconfigurações sob a influência directa das agendas de cooperação internacional. Programas de ajustamento estrutural, iniciativas de modernização agrícola e modelos de gestão territorial importados têm reescrito progressivamente as dinâmicas sociais, económicas e ambientais do mundo rural. Estas intervenções, frequentemente implementadas através de condicionalidades associadas à ajuda externa, introduziram novos paradigmas de produção, acesso à terra e organização social que merecem análise crítica. A compreensão destas transformações excede a mera avaliação técnica de projectos, demandando uma reflexão profunda sobre como políticas externas remodelam não apenas práticas agrícolas, mas toda a teia relacional que constitui as comunidades rurais

As transformações no rural moçambicano, impulsionadas por agendas de cooperação, podem ser analisadas através de Trouillot, (2016), seu conceito de "silenciamento do passado" – pelo qual o poder atua na criação de fontes, arquivos e narrativas – revela que esses projetos são mais do que desenvolvimento: são uma governação neoliberal que suprime ativamente histórias locais e epistemologias agrárias. Ao impor modelos universalistas, tais iniciativas não introduzem mudanças; recriam o mundo rural a imagem de um ideal ocidental, silenciando modos alternativos de existência e conhecimento. Esta dinâmica ecoa a critica de Escobar em *Encountering Development* (1995), onde ele demostra como o "desenvolvimento" funcionou como um mecanismo poderoso para produzir a "subdesenvolvênia" do Terceiro Mundo, criando sujeitos e economias dependentes. O rural moçambicano e, assim, o palco onde se desenrola esta invenção do desenvolvimento.

Em Moçambique, a evolução da produção e da organização do espaço agrário passou por diversas etapas, marcadas por diferentes "modelos de desenvolvimento" ao longo de sua trajetória histórica. Imediatamente após a conquista da independência, a economia do país encontrava-se profundamente debilitada devido aos efeitos da guerra civil, agravados pelo abandono e pela destruição de equipamentos e infraestruturas resultantes de atos de sabotagem promovidos por antigos colonos de origem portuguesa ao deixarem o território em 1975. (CLEMENTE, 2016).

Como resposta a esse cenário de desestruturação, o Governo moçambicano adotou uma série de medidas no período pós-independência, entre as quais se destacou a nacionalização de diversos setores sociais e econômicos. "A terra foi um dos primeiros bens a ser nacionalizado, apenas um mês após a independência, no dia 24 de julho de 1975" (CLEMENTE, 2016, p. 39, com base em MOSCA, 2011). Essa decisão visava reorganizar a estrutura fundiária e promover uma distribuição mais equitativa dos recursos, no contexto da construção de um Estado soberano e socialista.

Após o término da guerra, tanto o Estado moçambicano quanto os agentes internacionais de desenvolvimento voltaram sua atenção para o meio rural, concebendo uma vasta gama de programas, projetos e planos destinados à elevação do campesinato e ao desenvolvimento do campo. Esses esforços, que mobilizaram centenas de milhões de dólares, eram quase inevitáveis, dada a importância central que a população rural pobre ocupa não apenas nas métricas de progresso económico, mas também nos símbolos de legitimidade do Estado e nas agendas do desenvolvimento internacional (SABARATNAM, 2017).

Para compreender melhor as origens e o contexto teórico que orientam tais intervenções, é útil recorrer ao conceito de “Desenvolvimento Rural”, definido como “atividades e iniciativas de desenvolvimento que são tomadas por governos, doadores, organizações não governamentais e comunidades com o objetivo de melhorar o padrão de vida em áreas rurais (…), sendo a agricultura citada como a área que ocupa o principal papel” (BAAH-DWOMOH, 2016, p. 4).

Os programas de desenvolvimento rural ganharam projeção global na década de 1970, impulsionados por Robert McNamara, então presidente do Banco Mundial. Em discurso em Nairobi, em 1973, McNamara apresentou um diagnóstico alarmante sobre a pobreza absoluta no mundo em desenvolvimento e defendeu uma ação integrada de desenvolvimento rural como solução. O Banco Mundial chegou a definir o desenvolvimento rural como “uma estratégia projetada para melhorar a vida econômica e social de um grupo específico de pessoas, os pobres

rurais" (BANCO MUNDIAL, 1975, apud BAAH-DWOMOH, 2016, p. 4), grupo esse que inclui pequenos agricultores, arrendatários e sem-terra.

A relevância desse tema é particularmente notável em África, onde se registam os níveis mais críticos de pobreza extrema, concentrados sobretudo no meio rural. Diante disso, têm sido envidados esforços para reverter essa dinâmica por meio de políticas de desenvolvimento rural, maioritariamente implementadas e financiadas por doadores externos sejam parceiros privados, governos ou agências de cooperação que definem com autonomia onde e como investir seus recursos (NOVA; ROSÁRIO, 2022).

Em Moçambique, há esforços visíveis por parte do governo, da sociedade civil, da academia e das próprias comunidades rurais para compreender os fatores que contribuem para o alívio da pobreza e o desenvolvimento rural. No entanto, a intervenção internacional no país tem sido caracterizada por fragmentação, roturas e instabilidades, em vez de um ambiente coeso de estabilidade e coerência. Essa descoordenação impacta profundamente a operacionalização dos projetos nas regiões atendidas. (SABARATNAM, 2017).

O protagonismo internacional e o "ego ocidental" frequentemente levam os doadores a competir entre si, priorizando a abrangência numérica dos projetos em detrimento da sua eficácia real e sustentável. Alcançar números elevados e não necessariamente transformações profundas, garante estatuto e reconhecimento internacional como doador eficaz (SABARATNAM, 2017). Essa lógica perversa acaba por afastar as intervenções das reais necessidades e aspirações das comunidades moçambicanas, perpetuando ciclos de dependência e subordinação aos interesses externos. Este "ego ocidental" e a busca por estatuto podem ser lidos através da lente de Edward Said (1978), e seu conceito de "Orientalismo" se o "Oriente" foi construído pelo Ocidente como seu outro exótico e inferior, a África rural, e Moçambique em particular, é hoje construída como o espaço do "subdesenvolvimento", que precisa da salvação e da expertise ocidental. Esta visão justifica a intervenção contínua. O que Sabaratnam (2017) identifica como competição por números é a materialização desta lógica: os projetos não precisam de ser eficazes para as comunidades; precisam de performar sucesso para uma audiência internacional, consolidando a imagem do doador como um agente civilizador. Esta é uma relação profundamente colonial.

Contudo, as manchetes otimistas geradas por esses investimentos raramente se traduziram numa compreensão mais profunda, de como os camponeses moçambicanos verdadeiramente vivenciam e interpretam as suas realidades ao longo do tempo, uma perspetiva fundamental para uma análise descolonizada. Na prática, em contraste com a celebração oficial da redução da

pobreza, a experiência concreta dos supostos beneficiários é com frequência caracterizada por uma assistência limitada, expectativas repetidamente frustradas, esforços não recompensados e uma sensação de serem impedidos pelos sistemas vigentes de realizar atividades verdadeiramente transformadoras (SABARATNAM, 2017).

A dissonância entre a narrativa oficial e a experiência vivida dos camponeses revela a violência epistémica inerente ao modelo de desenvolvimento hegemónico. O sociólogo português Santos, (2007), defende a necessidade de uma "Ecologia de Saberes", que valorize o conhecimento popular e local em pé de igualdade com o conhecimento científico ocidental. As formações repetitivas com *flipcharts* são a antítese disso: impõem um único modo de saber, desqualificando o conhecimento agrícola acumulado pelos camponeses ao longo de gerações. A "sensação de serem impedidos" é o resultado direto desta "subalternização" do seu saber, um conceito-chave nos Estudos Subalternos, inspirados em Spivak, (1988), O camponês é constantemente interpelado a falar (em formações), mas sua voz é sistematicamente desconsiderada na conceção das políticas que o afetam ele permanece o "subalterno" que não pode falar de forma a ser verdadeiramente ouvido nas esferas de poder.

No mesmo sentido, Spivak (1988), afirma, para o grupo subalterno, cuja identidade é a sua diferença, não consegue realmente "falar". Isso não significa que ele seja calado, mas que sua voz foi sistematicamente apagada, devido à violência epistêmica que o constitui pelos sistemas de poder imperialista, capitalista e patriarcal. Esses sistemas impediram que o subalterno tivesse acesso aos espaços onde o conhecimento e a cultura são produzidos.

Apesar deste cenário desafiador, a escassez de alternativas e a necessidade premente de recursos levam muitos camponeses a participar desses projetos de cooperação internacional, na esperança de colher algum benefício das promessas de melhores rendimentos e futuros melhores. Estes programas ocasionalmente oferecem uma oportunidade mais concreta, como emprego direto, ainda que temporário. No entanto, tais oportunidades são raras, imprevisíveis e estão primordialmente a serviço dos objetivos das próprias intervenções, e não necessariamente das aspirações de longo prazo das comunidades que pretendem apoiar. Este ciclo perpetua uma relação de dependência, onde o auxílio é simultaneamente um recurso vital e uma força que limita a agência e a transformação estrutural desejada pelo campesinato (SABARATNAM, 2017).

Segundo Cramer (1998), os pequenos agricultores desempenham um papel crucial para o desenvolvimento económico de um país a longo prazo. No entanto, a relação desses agricultores com o Estado e com as políticas agrícolas tem se mostrado insuficiente para lhes proporcionar

oportunidades de explorar plenamente o potencial do setor. Infelizmente, eles não possuem poder para desafiar as políticas implementadas pelo governo nem para confrontar os interesses das grandes empresas privadas, que não demonstram interesse em apoiar os pequenos agricultores. Esta marginalização sistemática impede que um dos setores mais promissores para o crescimento inclusivo atinja o seu potencial.

A perpetuação da condição de abandono e invisibilidade política do campesinato moçambicano pode ser lida através da lente teórica de Frantz Fanon. Em *Os Condenados da Terra* (1968), o autor argumenta que o mundo colonial é fundamentalmente cindido entre a 'zona do ser', ocupada pelo colonizador, e a 'zona do não-ser', à qual o colonizado é relegado, tendo sua humanidade negada e a violência contra si normalizada. No contexto pós-colonial moçambicano, essa divisão não se dissolve; ela se reconfigura. O camponês, confinado à sua machamba de subsistência e submetido a políticas que perpetuam seu empobrecimento, é relegado a uma nova 'zona de não-ser' dentro da ordem neoliberal global. Sua luta, portanto, à luz de Fanon (1968), não é apenas por recursos materiais, mas, fundamentalmente, por reconhecimento e por humanidade plena.

Uma das caraterísticas que aumenta a situação de pobreza é o débil empreendimento de insumos na produção por parte do governo, não existe um uso significativo de fertilizantes, instrumentos mecanizados ou tecnologia agrícola e tração animal, e com isso faz com que o trabalho agrícola seja feito com grande esforço, não proporcionando um desenvolvimento e aumento das produções agrícolas. Ademais, a mão de obra nesse sector é familiar, ou seja, membros em idade ativa que conseguem praticar a agricultura, pois os agricultores na sua maioria não têm condições financeiras de contratar mão de obra, apenas aqueles que possuem parcelas grandes de terra conseguem fazer contratação de mão de obra por possuírem melhores condições que os com parcelas menores. (CRAMER, 1998).

Se a marginalização dos pequenos agricultores é um problema estrutural, as suas consequências devastadoras materializam-se de forma clara no caso concreto de Moçambique, onde políticas mal orientadas, apesar de volumosa ajuda internacional, resultaram no agravamento da pobreza que pretendiam combater. (CRAMER, 1998).

Ora vejamos: apesar das intervenções no sector agrícola em Moçambique, o que se notou foi um efeito pouco eficaz. Por exemplo, segundo dados de 2002-2003, o índice de pobreza estava em torno de 54%, e a partir daí não existem evidências de um crescimento sustentável da produtividade agrícola. O governo havia definido como meta a redução da pobreza para 45% até 2009; no entanto,

os dados revelaram uma realidade diferente, o índice de pobreza atingiu 55%. Ou seja, o plano era reduzir, mas registou-se um aumento, e os dados confirmam que a pobreza rural, de forma isolada, se agravou. (CUNGUARA; HANLON, 2012).

Esta situação amarga da pobreza rural reflecte criticamente a relação de Moçambique com os doadores ocidentais. O país recebeu somas significativas de ajuda ao longo dos anos, valores superiores aos de seus vizinhos, e sugere-se que esse facto se deva à sua contínua adesão às políticas neoliberais e orientadas para o mercado impostas por esses doadores. A falsa sensação de redução da pobreza é duramente contrariada pelas estatísticas, que demonstram de forma crua a persistência de níveis elevados de privação. Este cenário corrobora a tese de Cramer (1998) de que as políticas agrícolas, muitas vezes influenciadas por interesses alheios à realidade local, falham em apoiar verdadeiramente os pequenos agricultores, justamente aqueles que poderiam impulsionar um desenvolvimento rural sustentável e inclusivo. A insistência em modelos externos, aliada à marginalização dos pequenos produtores, não só ignora o seu potencial, como aprofunda as desigualdades e perpetua a pobreza. (CUNGUARA; HANLON, 2012).

Ademais, a própria historia dos doadores demostra que como se procede em Moçambique é uma forma incorreta, por exemplo antes da industrialização na Europa, esse continente vivenciava problemas semelhantes no setor agrícola, consequentemente os camponeses enfrentaram acusações de preguiça e ineficácia, no entanto conseguiu-se superar este estagio quando foram empreendidos estratégias de distribuição de insumos, fertilizantes e maquinas para fazer com que o trabalho agrícola fosse mais eficiente e menos difícil, e com isso impulsionou o crescimento e o desenvolvimento da produção, como resultado a vida dos camponeses e das comunidades tornou-se melhor. A rotulagem que os doadores têm em relação a população rural é de possuírem comportamentos que não ajudam no desenvolvimento, e aí me questiono, se a história deles demostrou como proceder nesses casos, porquê em Moçambique e em outros países africanos a situação é encarada de forma diferente mesmo sabendo que essas políticas ou imposições não darão certo? (CUNGUARA E HANLON, 2012).

> A Coreia do Sul é frequentemente citada porque foi colonizada (pelo Japão) e depois passou por uma guerra, e era semelhante em muitos aspetos aos países africanos do final do século XX. Um estudo realizado pelo Gabinete Orçamental do Congresso dos EUA (1997) analisou o que considerava ser o sucesso da ajuda à Coreia do Sul 'O governo sul-coreano iniciou, dirigiu e organizou em grande parte o desenvolvimento, estabelecendo objetivos, estabelecendo prioridades e apoiando-as. com recursos. As grandes empresas privadas altamente lucrativas estavam claramente subordinadas ao governo, em parte porque o governo controlava o crédito interno, bem como o direito de contrair empréstimos no exterior" (CBO, 1997: 9). O governo também implementou uma

> série de incentivos, como subsídios e acesso a crédito subsidiado. (CHANG, 2008 apud CUNGUARA E HANLON, 2012, p. 14. tradução nossa)[3]

O texto acima demonstra que as situações e políticas são aplicadas de forma diferenciada dependendo do lugar. A Coreia do Sul, por exemplo, recebeu um apoio decisivo dos doadores, que foi fundamental para a modernização da sua agricultura, através de investigação e extensão rural que impulsionaram a utilização de insumos, como fertilizantes. Essa ajuda norte-americana foi crucial para que o país criasse fábricas de fertilizantes e promovesse o seu uso, e, posteriormente, essas mesmas políticas foram consideradas bem-sucedidas pelos doadores. No entanto, quando chegou a vez de África e Moçambique adotarem políticas idênticas, consideradas bem-sucedidas noutros contextos, a comunidade internacional simplesmente as proibiu. Não obstante, o país foi forçado a encerrar o seu conselho de comercialização, a desmantelar a investigação algo que teria alavancado em muito o desenvolvimento agrícola e a acabar com o apoio ou intervenção do Estado na produção de sementes modernas. (CUNGUARA E HANLON, 2012).

Esta duplicidade de critérios expõe a farsa do desenvolvimento universal, como Prashad (2012), argumenta que o neoliberalismo funcionou como um "Plano B" para o imperialismo, após o fim do colonialismo direto e a ameaça do bloco soviético. O seu objetivo primordial não é o desenvolvimento equitativo, mas a manutenção de uma hierarquia global assente no que o autor chama de uma "linha de cor" do capitalismo global Durante a Guerra Fria, a Coreia do Sul emergiu como um aliado estratégico, beneficiando-se de uma tolerância internacional em relação ao seu modelo de desenvolvimento forte e intervencionista.

No entanto, para a África no período pós-Guerra Fria, impõe-se um modelo oposto: um desenvolvimento fraco e desregulamentado, que condena as economias a um estado permanente de subordinação e extração de riquezas. Assim, a proibição de que um país como Moçambique adote as mesmas políticas que alavancaram o desenvolvimento sul-coreano não é um acidente ou um erro de percurso. Pelo contrário, é a regra fundamental de um jogo desigual, que determina quem tem o direito a um projeto nacional soberano e quem está destinado a permanecer como uma economia de enclave. Nesse contexto, a linha de cor do capitalismo global não é uma mera metáfora. É uma

[3] Chang (2008) looks back at both nineteenth century Europe and the Asian Tigers of the late twentieth century. South Korea is often cited, because it had been colonized (by Japan) and then went through a war, and was similar in many ways to African countries in the late twentieth century. A study by the US Congressional Budget Office (1997) looked at what it saw as the success of aid to South Korea:4 'The South Korean government largely initiated, directed, and organised development by setting goals, establishing priorities, and backing them up with resources. Large, highly profitable private companies were clearly subordinate to the government, in part because the government controlled domestic credit as well as the right to borrow abroad' (CBO, 1997: 9). The government also put in place a number of incentives such as subsidies and access to subsidized credit.

ferramenta analítica crucial para compreender por que certas vidas são consideradas descartáveis e por que certas geografias são sistematicmante designadas como zonas de sacrificio. (PRASHAD, 2012)

A ideia de (re)construir o Estado em Moçambique, segundo moldes internacionalizados um projeto frequentemente financiado por doadores tem-se enraizado, consumindo recursos avultados. O pressuposto central é que o desafio fundamental de um Estado considerado frágil é aumentar as suas capacidades para melhor prestar serviços e administrar o território. Nesta lógica, peritos internacionais são frequentemente contratados para treinar e capacitar funcionários nacionais. (OTOO ET AL., 2009, APUD SABARATNAM, 2017).

No entanto, a eficácia desta abordagem é altamente questionável. Um relatório do Banco Mundial indica que, anualmente, são gastos 20 mil milhões de dólares pelos doadores em iniciativas de desenvolvimento de capacidades em países em desenvolvimento. O mesmo relatório admite que estes esforços não têm surtido os efeitos desejados, permanecendo fragmentados e ineficazes. Isto ocorre porque, geralmente, não são baseados em avaliações rigorosas das reais necessidades locais, nem incluem uma sequência de medidas destinadas a promover uma mudança institucional duradoura ou o desenvolvimento de competências individuais sustentáveis. Em Moçambique, estas metas de capacitação são vistas com ceticismo tanto pelo governo quanto por observadores externos. As dinâmicas de formações frequentes e sem efeitos práticos tangíveis geram preocupação, sobretudo devido ao desequilíbrio evidente entre o investimento em formação e a realização efetiva de um trabalho institucional robusto (OTOO ET AL., 2009, apud SABARATNAM, 2017).

A maioria dos camponeses cultivam em primeiro lugar para seu próprio consumo, todos praticamente produzem qualquer tipo de grão, mas os que vendem são menos de um quarto, e muitos cultivam feijão e/ou amendoim, mas também só um quarto vende. Há cinco razões pelas quais este padrão rural deve ser transformado, e pelas quais a agricultura é central para o desenvolvimento de Moçambique. (CASTEL BRANCO, 2008).

De acordo com Castel-Branco (2008), a economia rural de Moçambique é um pilar fundamental para o desenvolvimento, sendo possível analisar sua importância a partir de cinco dimensões interligadas. Em primeiro lugar, a Subsistência é um elemento central, uma vez que aproximadamente metade da população depende majoritariamente do que produz. No entanto, os baixos níveis de produtividade nas machambas familiares impedem que muitas famílias garantam uma dieta adequada, tornando imperativo o aumento da produtividade para melhorar a nutrição e os

padrões de vida básicos da maioria dos moçambicanos. Em segundo lugar, a geração de Empregos é uma necessidade urgente. O autor defende que a expansão da agricultura comercial representa uma via potente para criar postos de trabalho e, consequentemente, fomentar o desenvolvimento rural, atendendo às aspirações da população camponesa. A terceira dimensão aborda o Abastecimento Alimentar.

Castel-Branco (2008) projeta que, embora o crescimento populacional se concentre nas áreas urbanas, o mercado rural de alimentos básicos, como o milho, mantém-se de magnitude equivalente ao urbano. Dessa forma, a geração de emprego no campo tem um duplo efeito: aumenta o poder de compra da população rural e atende à crescente procura por alimentos comercializados pela população urbana.

Quanto às Matérias-Primas, o autor salienta que a produção de biocombustíveis, óleo de cozinha, amêndoas e outros agroprodutos depende criticamente do fornecimento de matérias-primas agrícolas. Por fim, no que se refere à Exportação, Castel-Branco (2008) identifica uma janela de oportunidade única. As mudanças radicais na economia global, impulsionadas pela elevada procura de importações da China e da Índia e pela procura mundial por biocombustíveis, estão a elevar os preços dos cereais e oleaginosas. Paralelamente, a produção industrial chinesa de baixo custo reduz a viabilidade dos tradicionais modelos de industrialização por substituição de importações. Neste novo contexto, o autor conclui que, pela primeira vez desde a independência, é estratégico para Moçambique priorizar culturas destinadas ao processamento e exportação. (CASTEL BRANCO, 2008)

Entre as várias questões que se tem abordado em Moçambique, uma coisa surge como um denominador comum, quer da Frelimo no seu 3º congresso de 1977, quer do PARPA II de 2 de maio de 2006, quer do Banco Mundial: que a agricultura é a base para o desenvolvimento e para a redução da pobreza em Moçambique. Isto, tendo em conta que a maioria dos pobres no país vive nas zonas rurais, e a agricultura ocupa um lugar central no desenvolvimento do país, sendo que 80% da população é sustentada por esta atividade. Um determinante importante para a redução da pobreza rural é, precisamente, o facto de a agricultura ser o seu principal meio de subsistência. (CASTEL BRANCO, 2008)

Sendo assim, podemos concluir que a agricultura joga um papel importante na configuração de Moçambique, onde 70% da população do país vive em zonas rurais, sendo que, na sua maioria, pratica a agricultura como meio de subsistência e como atividade económica. Os planos empreendidos para este setor têm a perspetiva de o desenvolver e aumentar os rendimentos, o que

consequentemente reduziria a pobreza absoluta, que, na sua maior incidência, se concentra nas zonas rurais (CUNGUARA; KELLY, 2009).

Castelo-Branco afirma que, nas condições socioeconómicas e demográficas em que Moçambique se encontra, o desenvolvimento rural deve ser o principal ator na estratégia nacional de desenvolvimento; ademais, ele não põe isso como parte da estratégia, mas sim como o núcleo. Ele deve ser o assunto central do desenvolvimento de Moçambique (CASTEL-BRANCO, 2008).

Ademais, isso justifica-se pelo facto de a maioria da população moçambicana ainda viver em zonas rurais, apesar da velocidade a que a urbanização está a acontecer. A segunda justificação cinge-se na perspetiva histórica e estrutural: a base de sustentação e de acumulação de capital de toda a economia de Moçambique residiu nas zonas rurais (CASTEL-BRANCO, 2008).

De acordo com Castel-Branco (2008), a base da acumulação econômica e da reprodução social em Moçambique está localizada nas zonas rurais. O autor demonstra essa tese por meio de uma análise da transição histórica de diferentes modelos econômicos, que vão desde as plantações e o trabalho migratório até as economias baseadas em mineração, energia, turismo e pescas. Ele argumenta que essas regiões são centrais tanto para a produção de exportações quanto para a geração de alimentos de baixo custo que sustentam a força de trabalho assalariada. Dessa forma, o campo opera como um mecanismo crucial para a redução dos custos de reprodução da mão de obra, beneficiando o capital.

Ora vejamos: num país onde metade da população pratica a agricultura como sua única atividade cotidiana e fonte de renda, ainda se usam apenas instrumentos ultrapassados, sem nenhuma tecnologia, instrumentos que se assemelham aos tempos antigos dos seus antepassados. Não conseguem fazer o uso de insumos modernos porque não possuem condições financeiras para adquiri-los e cultivam em situações rudimentares, sem nenhuma condição de desenvolvimento (CUNGUARA E HANLON, 2012). Esta estratégia de desinvestimento estatal e precarização da vida é o que Patel (2010) denuncia como a "política do encolhimento" (*The Politics of Shrinking*). Sob o pretexto da eficiência do mercado, o Estado é deliberadamente enfraquecido na sua capacidade de prover bem-estar, transferindo os custos da reprodução social para as famílias e, em particular, para as mulheres.

Esta lógica está intrinsecamente ligada a uma visão colonial do mundo, que Patel e Moore (2017) descrevem como a criação contínua de "fronteiras de coisas baratas" (*cheap things*). A natureza, o trabalho e o saber não-ocidental são sistematicamente desvalorizados para fornecer insumos baratos ao capital. O camponês moçambicano, com sua tecnologia "ultrapassada" e seu

trabalho familiar não remunerado, é a personificação desta "fronteira": sua pobreza é o que torna a sua produção (e a própria economia global) "barata". O desenvolvimento, nestes termos, não é a superação da pobreza, mas a sua gestão e exploração.

Os camponeses de Moçambique não são autossuficientes, e o valor que conseguem para suprir suas necessidades básicas provém da comercialização de produtos das suas machambas, de pequenos comércios, ou de trabalho assalariado, como trabalhadores sazonais. Isto surge como uma dificuldade para esse grupo populacional, uma vez que as necessidades que tendem a suprir são várias, entre elas os produtos de primeira necessidade, como sabão, óleo de cozinha e vestuário, e precisam ainda de dinheiro para saúde e educação (HANLON; SMART).

Como desenvolver o país tem sido o debate mais fomentado desde a independência. As lutas políticas no governo produziram substituições regulares de ministros e nenhuma política agrícola coerente. Entre os doadores, têm sido recorrentes controvérsias intensas, a ponto de não ser possível alinhar ou incluir uma política como a do programa de ajuda multidador PROAGRI. O país recebeu tantas missões de agricultura a discordarem entre si, que nem mesmo o Banco Mundial internamente conseguiu um acordo. Entretanto, o autor defende que devem estar subjacentes a qualquer política rural os seguintes componentes:

> • A POPULAÇÃO RURAL com as suas necessidades e compreensão deve ter um papel mais central na formulação da política. Os camponeses já têm uma abordagem de sistemas, mercados e empregos, que são fundamentais em quaisquer mudanças.
> • UM SALTO TECNOLÓGICO é necessário para aumentar a produtividade e a qualidade.
> • AGRICULTORES COMERCIAIS, produzindo para o mercado, estarão à frente na criação de empregos e introdução de novas tecnologias e necessitam de apoio especial. A política deve reconhecer o leque de agricultores, desde os que cultivam essencialmente para o mercado, até aos que vendem alguma produção alimentar e comercial (que em pequena escala são também “agricultores comercias”), até aos que produzem principalmente a sua própria comida; é preciso um leque de respostas para diferentes necessidades.
> • INTERVENÇÃO ESTATAL para apoiar agricultores, cadeias de valor agrícolas e criação de emprego, são parte essencial das outras três componentes. (HANLON; SMART, 2008. P, 349-350)

Ademais, numa pesquisa conduzida por Sabaratnam (2017) ao norte de Moçambique, nomeadamente na província de Nampula, a autora constatou que as intervenções dos doadores continuam a falhar por não se desvencilharem das relações coloniais. Por isso, esses modelos sofrem interferência desde a conceção, passando pela implementação, até aos seus resultados. Essas

intervenções têm uma visão com políticas neoliberais engendradas pelo Ocidente com o intuito de reformular os países em vias de desenvolvimento; o conceito de soberania acaba por ser meramente ilustrativo, sem muita aplicabilidade na prática. Ou seja, a soberania já não é uma fronteira estatal cujo intuito seria dar espaço a Moçambique; a própria responsabilidade acaba por ser eximida ou retirada ao país. A intervenção no país visa criar um Estado com governação neoliberal, atrelada a instituições internacionais que estão para cumprir agendas dos doadores dos projetos (SABARATNAM, 2017).

Essas intervenções para o desenvolvimento trazem programas que não põem em primeiro lugar as necessidades locais; por exemplo, não disponibilizam tecnologias suficientes para melhorar e aumentar a produção dos camponeses, nem disponibilizam os insumos agrícolas. O Estado é obrigado a não subsidiar e a não fornecer esses insumos às comunidades, o que consequentemente causa um uso reduzido e resulta num ciclo vicioso de baixas produções e baixas vendas. Isto causa um nível de desenvolvimento reduzido a quase nada, pois os projetos estão apenas interessados no mediatismo e no protagonismo (SABARATNAM, 2017).

> Esta aqui é a questão. É verdade que os técnicos do distrito nos mostram como capinar, como semear, como desbastar… mas não podemos preparar a terra, isso é difícil; só podemos fazer trabalho manual com as mãos. É por isso que dizemos que a agricultura não está a desenvolver-se, porque é preciso maquinaria para desenvolver a agricultura, e eu e a minha mulher só conseguimos gerir dois ou três hectares. Já me mostraram como semear, como capinar, como semear em linha – aprendi tudo isso. Como guardar as sementes – aprendemos isso. Mas como arar o campo? Esta é a dificuldade, e é por isso que não avançamos – porque não podemos cultivar muita terra. (SABARATNAM, 2017, p. 101. Tradução nossa)[4]

Por exemplo, noutra associação onde teve contacto, no Fórum de Agricultores de Ituculo-Nicane, os camponeses teoricamente têm a perceção de ter algum desenvolvimento, pois acreditam que aprenderam a fazer uma agricultura sustentável, sem muita dependência, já que os programas não exigem a introdução de equipamentos novos ou assistência contínua a essas comunidades para serem implementados (SABARATNAM, 2017).

> As ONG ajudaram aqui mostrando-nos como semear, como vender, como conservar quando sobra, como é quando temos fome; nós não sabíamos que os cajueiros deveriam ser pulverizados, mas agora sabemos que quando são

[4] This here is the issue. It's true that the technicians of the district show us how to weed, how to sow, how to thin … but we can't prepare the earth, this is difficult; we can only do manual work with our hands. *This is why we say that agriculture is not developing, because you need machinery to develop agriculture*, and me and my wife alone can only manage two or three hectares alone. They've already shown me how to sow, how to weed, how to sow in a line – I've learnt all this. How to keep seeds – we've learnt this. But how to plough the field? This is the difficulty, and this is why we don't go forward – because we cannot farm much land.

> pulverizados ficam muito bons. Estas são as coisas que eles nos ensinaram – como formar associações também foi trabalho de ONGs. (SABARTANAM, 2017. P, 88:89, tradução nossa).[5]

No entanto, esconde-se uma dura verdade: muito tempo e dinheiro são gastos em formações para ensinar como os agricultores vão plantar, melhorar a plantação e como conservar quando sobra, mas os agricultores admitem que os ganhos reais de produtividade e o crescimento dos rendimentos obtidos com essas intervenções dos doadores são bem limitados. Isto porque essas intervenções tinham chegado ao seu ponto máximo, já que simplesmente não melhoraram em nada o ponto de vista tecnológico disponível aos camponeses (SABARATNAM, 2017). Noutra associação, o mesmo problema foi constatado; ou seja, existe um ciclo vicioso que nada faz para impactar o desenvolvimento e a redução da pobreza nesses locais. O mesmo acontece no Fórum de Camponeses de Netia (SABARATNAM, 2017).

> O que nos falta – agora fazemos agricultura manual, mas precisamos de ajuda para ter pelo menos um trator para arar a terra, e depois podermos semear em linha, porque a terra estaria em condições de nos fazer avançar – porque cultivamos esta terra há muitos anos e o solo está cansado. Pedimos que nos dêem um trator para que possamos semear bem e ter um rendimento melhor – não que não tenhamos um bom rendimento agora, mas podemos fazer ainda melhor… Também não temos sementes melhores, ou mesmo um pouco de estrume ou qualquer coisa. (SABARTANAM, 2017, p. 89, tradução nossa).[6]

A verdade é que esses produtores necessitam de investimento e de um impulso tecnológico na agricultura em larga escala, pois pouco valem inúmeras formações se não houver capacidade para mecanizar e introduzir tecnologias que melhorem e ampliem as áreas de cultivo. Estamos diante de formações sobre como melhorar a agricultura, mas sem oferecer as ferramentas necessárias para tal. Formam-se agricultores para continuarem a praticar a mesma agricultura manual e rudimentar dos seus bisavôs, sem mecanização nem tecnologia. Como consequência, produzem em pequenas áreas, por não conseguirem despender grande esforço manual, e, na maioria dos casos, essa produção serve apenas para a própria alimentação e subsistência. Mesmo as vendas são reduzidas, e o valor obtido é geralmente usado para comprar sementes para a próxima plantação

[5] NGOs helped here by showing us how to sow, how to sell, how to conserve when we have some left over, how it is when we are hungry; we didn't know that cashew trees should be sprayed but now we know that when they are sprayed they are very fine. These are the things they taught us – how to form associations was also the work of NGOs.

[6] What we are missing – now we are doing manual farming, but we need help to at least have a tractor to plough the land, and then we can sow in a line, because the land would be in a condition to keep us going forward – because we have been cultivating this land for many years and the soil is tired. We are asking for them to give us a tractor so we can sow well and have a better income – not that we don't have a good income now but we can do even better … We also don't have better seeds, or even a little manure or anything

ou, no máximo, para adquirir produtos de primeira necessidade para suas residências (SABARATNAM, 2017).

Portanto, as estratégias que os doadores impuseram ao país mostraram-se ineficazes e falhadas. Os moçambicanos que trabalham com agricultura encontram-se numa posição de extrema pobreza, continuam sem poder para adquirir sementes e fertilizantes ou fazer investimentos em sistemas de irrigação e outros sistemas que melhorariam as condições das suas produções. Entretanto, os doadores simplesmente não preconizam a disponibilidade desse apoio aos agricultores, limitando-se apenas a dar palestras e formações de como semear feijão e amendoim (CUNGUARA E HANLON, 2012).

Os programas, em si, não conseguem produzir resultados satisfatórios – ou seja, são um fracasso. No entanto, essas intervenções serão registadas nas estatísticas dos doadores como bem-sucedidas, por terem alcançado um determinado número de camponeses em Moçambique (SABARATNAM, 2017).

> O tipo de ajuda que a maioria dos doadores dá – acho que não funciona... continuar usando flipchart e marcador o tempo todo, ou seja, os produtores já veem isso há dez, quinze anos. Eles veem um novo técnico chegando em uma moto, mas é a mesma coisa de sempre. Então imagine – eu estou sentindo isso e os produtores também estão sentindo a mesma coisa. As mesmas tecnologias. Desde que a guerra terminou em Moçambique em 1992, 1993, as técnicas de ensino são as mesmas. Então, nossos produtores que têm cinquenta anos – eles que estão vendo, aqueles que ouvem a mesma coisa há vinte anos, a mesma história até agora, quando têm 50 anos. Então, algo não está indo bem na forma como estamos fazendo as coisas. Isto não está certo. Tem organizações que só vieram e formaram associações. Para mim a preocupação era que formassem mil e tais associações, legalizassem e depois dissessem que já fizemos o trabalho. Você sai, os nomes permanecem, mas essas associações que você procura não podem ser encontradas. Então esse é o ponto, pelo menos eu, é assim que eu vejo. Esse dinheiro, se você avaliar o investimento, é de milhões de dólares. Mas quando vamos avaliar quem sobrou, não existe pelo menos uma pessoa que faça tal atividade. (Representantes provinciais dos agricultores e camponeses, Sabaratanam, 2012, P. 12, tradução nossa)

A ajuda internacional direcionada ao setor agrícola em Moçambique tem sido marcada por uma profunda estagnação e desconexão com a realidade local. A abordagem dos doadores permaneceu essencialmente inalterada desde o fim da guerra civil no início dos anos 1990, caracterizando-se por um ciclo vicioso de formações repetitivas e desprovidas de inovação prática. Técnicos estrangeiros chegam com metodologias ultrapassadas, como o uso constante de flipcharts

para ensinar as mesmas técnicas aos produtores, que há décadas são submetidos a esses treinos sem que qualquer avanço tecnológico ou melhoria concreta se materialize em suas lavouras. Este modelo burocrático de desenvolvimento privilegia métricas quantitativas de sucesso, como a criação e legalização de milhares de associações de agricultores que, na prática, existem apenas no papel, dissolvendo-se após a partida das organizações internacionais. O resultado é um colossal desperdício de milhões de dólares em investimentos que falham em gerar um legado sustentável, não deixando para trás capacidades reais, produtividade ampliada ou qualquer transformação significativa na vida daqueles que pretendiam ajudar. (SABARATNAM, 2017).

Esta estagnação da ajuda internacional é agravada por uma fragilidade estratégica mais ampla. Apesar do aumento visível de bens de consumo, como as bicicletas, que sugerem uma certa dinamização económica, a transformação estrutural profunda que era antecipada no pós-guerra simplesmente não se materializou. A falha essencial, sob este prisma, parece residir numa carência estratégica monumental. É profundamente revelador que, uma década e meia após o conflito, uma declaração oficial ainda precise de clamar pela "urgência" de se estabelecer um plano para o mundo rural. Esta negligência prolongada em formular e implementar uma visão coerente para o sector que abriga a maioria da população não é um mero contratempo; é o cerne do problema. Enquanto não se priorizar uma estratégia que integre efetivamente o campo ao desenvolvimento nacional, o país continuará a patinar na superfície do progresso, celebrando ganhos marginais enquanto falha em gerar a mudança transformadora que foi prometida e é tão urgentemente necessária. (Hanlon; Smart, 2008).

Esta carência estratégica reflete-se na instabilidade do próprio setor. A agricultura é reconhecida como o alicerce da economia moçambicana, um princípio consagrado na sua Constituição. Contudo, a trajetória do setor é marcada por uma constante mudança de políticas. Esta volatilidade é agravada por um ambiente institucional frágil, recursos limitados e uma profunda dependência de capital externo, tanto público quanto privado. Tal cenário permite que agentes internacionais influenciem decisivamente na formulação de estratégias, muitas vezes sobrepondo-se a um debate doméstico mais amplo sobre o futuro do campo. Esse mosaico de influências resultou, nas últimas duas décadas, na implementação de estratégias de desenvolvimento por vezes contraditórias, que serviram de base para sucessivos planos para o setor, muitos deles com aplicação restrita. A realidade, porém, evidencia que a mudança estrutural almejada para a agricultura permanece como uma promessa não cumprida, com resultados consistentemente inferiores às expectativas. (NOVA E ROSÁRIO, 2022)

O modelo de desenvolvimento adotado por Moçambique parece assentar menos num plano estratégico robusto e mais num conjunto de axiomas otimistas, porém frágeis. A pedra angular desta visão é a crença de que o Estado deve concentrar-se exclusivamente em criar condições base, como educação, saúde e infraestruturas, na expectativa de que, por si só, estas atraiam investimento estrangeiro massivo e façam brotar uma classe empresarial nacional dinâmica. Esta abordagem, no entanto, opera uma perigosa transferência de responsabilidades: o ónus do desenvolvimento é deslocado do governo para os ombros dos mais vulneráveis. (Hanlon; Smart, 2008).

Os pequenos agricultores, por exemplo, são abandonados à sua sorte, obrigados a armazenar as suas colheitas e a enfrentar sozinhos a volatilidade dos preços e as intempéries, num claro desmantelamento do apoio estatal outrora existente. Paralelamente, a economia é cada vez mais relegada para a esfera da informalidade e do auto-emprego, normalizando a precariedade como se fosse um motor de crescimento, em detrimento da criação de um sector formal estruturado que ofereça emprego digno e proteção. Deste modo, o que se apresenta como uma estratégia moderna de desenvolvimento revela-se, na prática, uma abdicação do papel fundamental do Estado na condução económica e na proteção social, perpetuando a vulnerabilidade da maioria da população. (Hanlon; Smart, 2008).

Paralelamente à fragilidade da estratégia estatal, a própria política fundiária do governo revela-se como outra face do mesmo problema: a ausência de uma estratégia rural coerente. Se, por um lado, os doadores falharam em inovar, por outro, o Estado moçambicano, na redistribuição caótica de terras após a guerra, privilegiou joint ventures e elites em detrimento da agricultura familiar. Esta não foi apenas uma falha operacional, mas uma opção política que, ao despossuir o campesinato sem um marco legal sólido, criou um potencial de instabilidade social que ameaça diretamente a frágil estabilidade conquistada com a paz, aprofundando assim o divórcio entre o crescimento económico e o desenvolvimento rural inclusivo. (CRAMER; PONTARA, 1998).

Para completar este quadro de desinvestimento, outro pilar crucial para o fracasso do desenvolvimento rural reside no subfinanciamento crónico do setor. Se, por um lado, pequenos agricultores eram excluídos de suas terras para dar lugar a grandes joint ventures, por outro, nem o Estado nem o sistema financeiro forneceram os recursos necessários para viabilizar a agricultura em qualquer escala. Como demonstram Mosca & Nova (2019), a agricultura, considerada base da economia e principal ocupação da população, recebeu menos de 10% do orçamento público e viu sua participação no crédito total despencar de 17,9% para 3,6% entre 2001 e 2017. Essa escassez deliberada de financiamento condenou o campo à estagnação produtiva, aprofundando o ciclo de

pobreza e confirmando que a negligência não foi acidental, mas sim estrutural e sistêmica. Dessa forma, este estrangulamento económico direto somado à ajuda internacional ineficaz e às políticas de terra desordenadas, inviabilizou qualquer possibilidade de salto desenvolvimentista no pós-guerra. (MOSCA & NOVA 2019).

Este modelo encontra suas raízes em uma dominação de pensamento mais ampla. As instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, estabeleceram uma dominação de pensamento alicerçada num paradigma neoliberal. Este modelo preconiza a mínima intervenção estatal, a primazia do mercado livre, um Estado de dimensão reduzida e a dependência do investimento estrangeiro mais tarde revestido com uma componente assistencialista, através dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Ainda que estas premissas possam ser sinceramente defendidas, a verdade é que se revelam extremamente convenientes tanto para a elite moçambicana como para os próprios doadores. Às elites locais, é-lhes vendida a narrativa de que o seu enriquecimento pessoal é um contributo para o combate à pobreza, uma ideia que acolhem de bom grado. Enquanto se exige aos camponeses que sejam autossuficientes e não dependam do Estado. (HANLON; SMART, 2008).

As consequências deste modelo são graves constrangimentos estruturais que perpetuam a situação no terreno. "Para compreender o quadro completo, é crucial analisar os graves constrangimentos estruturais que perpetuam a situação no terreno. Pode-se afirmar que a baixa produtividade agrícola tem origem, em grande medida, na carência de tecnologias adaptadas e de serviços de apoio eficazes. Este cenário é agravado pelo facto de que os mercados, para além de geograficamente distantes, são caracterizados pela sua falta de confiabilidade e concorrência, o que desincentiva a produção para além da subsistência. (FIDA, 2010)

Neste contexto, os pequenos agricultores veem-se forçados a depender de métodos de cultivo tradicionais, de sementes com baixo potencial produtivo e do trabalho manual intensivo. Consequentemente, a quase inexistência de fontes de rendimento alternativas amplifica drasticamente a vulnerabilidade das populações rurais perante choques, sejam eles climáticos ou económicos. Deste modo, em períodos de crise, estas comunidades ficam com um amparo social e económico extremamente frágil, mergulhando facilmente na insegurança alimentar. (FIDA, 2010)

Um exemplo concreto desta lógica perversa serve para ilustrar a dinâmica dicotómica de dependência e o ciclo de contradições que caracteriza tais modelos de desenvolvimento. Com efeito, aos agricultores foi dito que poderiam ter sementes de girassol apenas se se organizassem numa associação, o que fizeram em 1999. No entanto, a relação de dependência tornou-se

imediatamente evidente quando um comerciante de Pemba, aproveitando-se da sua posição e da falta de alternativas, lhes comprou a produção a um preço irrisório. Esta experiência demonstra como a promessa de combate à pobreza se pode transformar, na prática, numa armadilha de vulnerabilidade económica. (HANLON; SMART, 2008).

Posteriormente, em 2002, a mesma lógica repetiu-se, agora sob um verniz assistencialista. Uma ONG internacional, a Care, interveio fornecendo sementes, fertilizante e apoio, criando uma nova cadeia de dependência, desta vez vinculada à ajuda holandesa. Contudo, o resultado final foi, mais uma vez, o fracasso: o comprador garantido nunca se materializou. Este episódio não só comprova a instabilidade inerente a estes projetos externos, como também evidencia a contradição fundamental: exige-se aos camponeses que sejam autossuficientes e empreendedores, enquanto se os mantém num estado de completa dependência dos caprichos de mercados, intermediários e financiadores externos, cujas promessas, frequentemente, não se concretizam. Deste modo, percebe-se que o modelo, longe de empoderar, gera frustração e perpetua a insegurança que pretende combater. (HANLON; SMART, 2008).

Esta realidade de dependência é ainda intensificada pela falsa promessa do microcrédito como ferramenta de combate à pobreza, que revela, na prática moçambicana, mais uma contradição profunda. Para ilustrar esta contradição, tomemos por exemplo o caso concreto do distrito de Nacarôa. Embora a génese do microcrédito esteja na nobre intenção de apoiar os camponeses, a sua operacionalização exige garantias que a população rural desfavorecida, por definição, não pode fornecer. Neste contexto, a ausência de agências de crédito adaptadas e a exigência inflexível de colaterais deixam as associações locais totalmente à sua própria sorte. Consequentemente, o que se observa não é a superação, mas o aprofundamento da vulnerabilidade, onde a falta de acesso a capital condena os agricultores a uma produção de subsistência, de baixos rendimentos e insustentável, perpetuando assim o ciclo de pobreza que o microcrédito alegava quebrar. (ROANEQUE, 2024)

Mais do que casos isolados, estes exemplos revelam uma natureza estrutural. Um elemento crucial reside no carácter efêmero das ações executadas, as quais são movidas por uma demanda por efeitos instantâneos e palpáveis. Sob essa ótica, o cultivo do gergelim se consolida como o modelo preferencial de agências de cooperação estrangeira, justamente por seu ciclo ágil e retorno imediato, ainda que isso acarrete o desgaste inevitável da terra e do patrimônio agrícola com o passar do tempo. Para sustentar artificialmente os êxitos iniciais, seriam indispensáveis aportes financeiros e recursos adicionais significativos, os quais, no entanto, não são assegurados por nenhum agente

definido. Paralelamente, a consecução de iniciativas realmente impactantes nessa área demandaria ciclos de financiamento contínuo que se estendessem por, no mínimo, uma década. Outro ponto crítico tem sido a obstrução deliberada, por parte de atores globais, de políticas públicas destinadas a custear recursos para produtores ou a instituir mecanismos de equilíbrio de preços e comercialização via Estado. Tais medidas teriam o potencial de amortecer a vulnerabilidade da população camponesa. (SABARATNAM, 2017)

Esta postura representa um retrocesso em relação a conquistas alcançadas, em diferentes medidas, tanto pela administração colonial quanto pelo regime socialista. A contradição se acentua ao se observar que as próprias nações doadoras adotam práticas diametralmente opostas para proteger seus mercados internos. Ilustrativamente, conforme já registrado, uma parcela significativa do financiamento estadunidense para a agricultura moçambicana é canalizada através do programa "Alimento para a Paz". Este mecanismo consiste, essencialmente, na comercialização de excedentes de produtores norte-americanos, previamente adquiridos pelo seu governo, no mercado local moçambicano. (SABARATNAM, 2017)

A atuação de agentes externos nas últimas décadas não pode ser classificada como um projeto deliberado de aniquilação. No entanto, ela é marcada por uma persistente e sistêmica negligência em relação aos seus próprios ciclos de insucesso, uma tendência intrínseca de esgotar os recursos que injeta e uma oposição declarada a iniciativas que visam fortalecer o papel do Estado como fomentador da agricultura. Em paralelo, observa-se um significativo dispêndio de capital intelectual e financeiro na produção de diagnósticos, relatórios, diretrizes e projetos, os quais, frequentemente, dependem da adesão dos camponeses para saírem do papel. Contudo, os resultados tangíveis para a população são ínfimos, resumindo-se a ganhos voláteis, promessas não realizadas, auxílios pontuais e uma vulnerabilidade crônica à fome. (SABARATNAM, 2017).

Esta dinâmica evidencia um processo de extrativismo epistémico, onde dados, experiências e saberes locais são continuamente colhidos para alimentar a indústria dos relatórios dos doadores, sem que esse conhecimento se reverta em benefícios concretos para as comunidades. Este mecanismo produz o que Santos, (201), denuncia como "epistemicídio", isto é, a destruição sistemática de formas de conhecimento não-ocidentais. O conhecimento camponês sobre os solos, as sementes e os ciclos ecológicos são sistematicamente desqualificados em favor de um saber técnico universalizante, que serve mais à prestação de contas aos doadores do que à resolução dos problemas locais. Nesta lógica, o camponês torna-se um "informante nativo", cuja voz é

incessantemente solicitada, mas cuja agencia é constantemente negada na definição das políticas que o afetam.

Como resultado direto desta lógica, esta dinâmica de exclusão é agravada pela lógica perversa e pontual dos projetos de desenvolvimento rural. Um exemplo claro desta insustentabilidade é, mais uma vez, visível em Nacarôa, onde as comunidades acumulam experiências na implementação de programas externos que, após o término do financiamento, se revelam impossíveis de manter. A razão fundamental para este fracasso recorrente é que, tal como nos modelos de política agrária contraditórios, estes planos são alheios aos problemas reais das populações. Por um lado, não investem na sua capacitação e, por outro, não providenciam os meios necessários para a manutenção das atividades. Desta forma, a população fica impossibilitada de dar continuidade às iniciativas. Como resultado direto, os objetivos de melhoria da produção, renda e condições de vida mostram-se inatingíveis, confirmando que, sem uma apropriação local e um investimento estrutural genuíno, as intervenções não passam de soluções efémeras que apenas mascaram, sem resolver, os problemas de base. (ROANEQUE, 2024).

Contudo, apesar deste cenário desolador, as possibilidades de progresso não são invisíveis para quem trabalha a terra. Há gerações que os agricultores observam, através da nação, exemplos concretos de sucesso: empreendimentos rurais mecanizados, coletivos com acesso a crédito adequado, e pessoas com formação técnica específica. Os insumos para transformar suas vidas existem materialmente no mercado, bastando capital para adquiri-los, o que torna a repetição de iniciativas de "desenvolvimento" que não desenvolvem uma experiência particularmente amarga. A carência fundamental não está na disponibilidade dos recursos produtivos, mas no acesso soberano a eles. (SABARATNAM, 2017)

Ao longo das últimas duas décadas, a atuação de agentes externos no meio rural produziu conquistas parciais especialmente na expansão do acesso a serviços essenciais como educação e saúde. Contudo, quando se avalia a promoção de um projeto transformador para a agricultura familiar, capaz de alterar substantivamente a vida no campo, os avanços são ínfimos. Esta constatação não implica classificar toda a ação cooperativa como ilusória ou infrutífera, ainda que o contraste entre os resultados anunciados em documentos oficiais e a situação concreta seja abissal .(SABARATNAM, 2017)

O ponto crucial é perceber que o mecanismo de intervenção foi concebido de tal modo que seus supostos êxitos são construídos precisamente sobre a negação e a invisibilização das complexidades locais. Só é possível decifrar essa dinâmica quando se considera a trajetória

histórica, a consciência social e as condições materiais das comunidades rurais. Sob esta ótica, os camponeses ocupam uma posição paradoxal: são simbolicamente indispensáveis para justificar as iniciativas, mas materialmente prescindíveis na efetivação de seus resultados. Ressalta-se, por fim, que permanece aberta a possibilidade de se adotar uma orientação diametralmente oposta: uma que tome como ponto de partida as experiências, os contextos e as necessidades reais dessas populações. (SABARATNAM, 2017)

A aplicação de uma lente descolonial permitiu revelar que, quando observada em sua concretude, a ação de agentes externos se mostra desestruturante e caótica. Esta abordagem expõe uma atuação marcada pela duplicidade e pela negligência quanto aos reais efeitos sobre as populações que pretende assistir, as quais são tratadas como instrumentos substituíveis. Tais conclusões tornam-se acessíveis apenas a partir de uma imersão genuína na realidade dos sujeitos da intervenção, considerando sua trajetória histórica, seu entendimento político e suas condições materiais de existência. Essas interpretações se opõem à inclinação acadêmica que coloca os atores intervencionistas e suas iniciativas no centro da análise política. Pelo contrário, elas demandam que esses atores sejam compreendidos como parte de um cenário mais amplo, já habitado por outros indivíduos, ambições e concepções de mundo. É unicamente a partir deste reposicionamento do olhar que se torna possível avaliar, com a devida profundidade, as verdadeiras consequências da intervenção e o seu impacto abrangente na existência daqueles a quem ela formalmente se dirige. (SABARATNAM, 2017).

3.1 O CAJU, ENTRE A TEORIA E A REALIDADE: ESPINHO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS GLOBAIS NO RURAL MOÇAMBICANO.

A análise da cultura do caju neste subcapítulo não se propõe a ser um estudo de caso exaustivo, mas sim uma breve contextualização demonstrativa. A trajetória do setor cajueiro em Moçambique, do seu apogeu ao colapso e à subsequente recuperação, opera aqui como um microcosmo revelador, um prisma através do qual se mostra como as políticas económicas das Instituições de Bretton Woods (IBWs) para os países em desenvolvimento se constituem, na prática, como entraves a um desenvolvimento autónomo.

A importância central desta demonstração, que constitui a própria razão de ser desta dissertação, reside no impacto significativo e decisivo que tais políticas tiveram no desenvolvimento rural moçambicano. O exemplo do caju materializa, de forma sintética, como conceitos macroeconómicos abstratos se traduziram, no terreno, em falências, desemprego e no

desmantelamento de uma cadeia produtiva vital. Ao ilustrar como uma intervenção específica, concebida em Washington D.C., desarticulou a complexa teia socioeconómica do rural moçambicano, esta breve contextualização evidencia o cerne do problema: os mecanismos através dos quais modelos de política externos, quando aplicados de forma dogmática, prejudicaram diretamente as bases económicas e a sustentabilidade de vida das comunidades camponesas. A narrativa do caju serve, portanto, como uma ilustração poderosa da desconexão entre a teoria económica promovida pelas IBWs e a realidade rural de Moçambique, oferecendo uma chave de leitura crítica para entender um dos obstáculos fundamentais ao desenvolvimento nacional.

O caju moçambicano teve um papel pioneiro na integração do país nos circuitos do capitalismo global. Já na primeira metade do século XX, o produto começou a ser vendido para o mercado externo, especificamente para a Índia, na sua forma bruta de castanha. A introdução e o estabelecimento desta cultura no território moçambicano devem-se às comunidades indianas, que foram pioneiras nas trocas comerciais com a região e as principais modeladoras dos circuitos de comercialização da castanha de caju no país. Este setor, cujas bases foram lançadas durante a expansão imperialista europeia, viu as suas características estruturais solidificarem-se e perpetuarem-se por décadas, ecoando mesmo para além da independência nacional (NIQUICE, 2020).

Esta dupla ligação, territorial a Moçambique e cultural à Índia, revelou-se estratégica. Uma vez que a Índia detinha, na época, o monopólio do processamento industrial da castanha de caju, os comerciantes aproveitaram as suas conexões privilegiadas para controlar todo o fluxo comercial, desde a aquisição do produto em solo moçambicano até à sua exportação para o mercado indiano. Desta forma, capitalizaram a sua posição intercultural para assegurar a hegemonia sobre esta rota económica (cf. SPENCE, 1963; LEITE, J. P., 1995 e 2000 APUD RIBEIRO, 2008).

Foi apenas em meados da década de 1960 que o setor experimentou uma significativa expansão industrial. Este crescimento foi alimentado pela entrada de dois grandes grupos económicos: a CUF, que representava o capital nacional, e a sul-africana Anglo-American, simbolizando o capital internacional. A atração de investidores deste calibre para a indústria do caju serviu como um forte indicador do potencial lucrativo e do otimismo que este setor emergente despertava na época, sendo visto como um negócio promissor e com expectativas de gerar rendimentos substanciais. A história da indústria de caju em Moçambique é um exemplo emblemático dos desafios que os países em desenvolvimento enfrentam ao se inserir na economia global. Até 1977, o país era o maior produtor mundial de amêndoa de caju, com uma cultura que

beneficiava milhões de camponeses em terrenos pobres e empregava milhares no processamento. (RIBEIRO, 2008).

No auge da sua capacidade, a atividade de processamento de caju dava emprego a mais de dez mil pessoas, o que representava cinco por cento da mão de obra formal do setor não estatal. Metade desses postos de trabalho eram ocupados por mulheres. Quando Moçambique se tornou independente, existiam no país 13 unidades industriais de grande dimensão que utilizavam maquinaria para partir a casca dura do caju. Esta mecanização era importante, em parte, porque o ácido contido na casca tornava o descasque manual uma tarefa indesejável e propensa a causar ferimentos. Onze dessas fábricas foram encerradas nos primeiros anos que se seguiram à independência, com a exceção da Anglo-American, que apenas abandonou as suas instalações em 1981. O Estado assumiu então o controlo destas fábricas, gerindo-as durante um período de 15 anos. Durante essa gestão, houve uma tentativa de converter algumas delas em fábricas modelo, oferecendo salários atrativos, melhores condições laborais, creches, licença de maternidade e programas de alfabetização para os trabalhadores (HANLON; SMART, 2008).

A cultura do caju, uma atividade maioritariamente camponesa com o processamento a cargo de fábricas, constituiu a principal exportação de Moçambique desde a independência (1975) até 1983, ano em que foi superada pelo camarão. Contudo, a trajetória de declínio do setor começou ainda antes da autonomia nacional, com a produção a alcançar o seu auge em 1972 e a registar uma quebra subsequente. Este facto sugere que o desinteresse dos camponeses por esta cultura já era visível no período anterior à independência. O golpe mais severo para a produção foi, indiscutivelmente, desferido pela guerra. As zonas de maior produtividade foram fortemente afetadas pelo conflito, levando a que muitos agricultores abandonassem as suas terras em busca de refúgio nas cidades ou receassem voltar para as suas machambas. Em paralelo, a guerra destruiu as infraestruturas e os canais de comercialização, resultando na ausência de compradores para o caju. Este conjunto de fatores provocou um colapso drástico nas exportações: as vendas externas de castanha de caju em bruto, que eram de 21.000 toneladas em 1976, reduziram-se para apenas 900 toneladas em 1994 (HANLON; SMART, 2008).

Já no contexto da Guerra Fria, Moçambique transformou-se no palco de um conflito interno devastador, uma guerra civil que materializou o embate entre as duas grandes correntes ideológicas da época: o neomarxismo e o neoliberalismo. Este confronto direto provocou a devastação da economia nacional ao longo de dezasseis anos (NIQUICE, 2020).

A Índia, que possuía uma vasta indústria de processamento de caju, enfrentava uma escassez constante de matéria-prima. Para suprir esta necessidade, o país adotava uma política comercial que privilegiava a importação da castanha em bruto de Moçambique em detrimento do desenvolvimento de uma capacidade de processamento local no território moçambicano. O poder de mercado da Índia era tal que podia manipular os preços de forma a tornar a exportação da matéria-prima mais atrativa financeiramente do que o seu beneficiamento interno em Moçambique (LEITE, 1995).

Na década de 1990, esta pressão económica foi institucionalizada pelo Banco Mundial. A instituição financeira internacional condicionou a reestruturação da dívida e a concessão de novos créditos a Moçambique à adoção de medidas que favorecessem a exportação da castanha em bruto, numa clara interferência na política económica nacional. Embora o governo moçambicano, pressionado por esta chantagem financeira, tenha cedido parcialmente reduzindo as tarifas de exportação, resistiu a implementar integralmente as exigências do Banco Mundial. Esta resistência limitada ocorreu num contexto de forte descontentamento interno, refletindo a relutância do país em desmantelar completamente a sua soberania sobre este setor estratégico (RIBEIRO,2008).

No final da década de 1990, o Banco Mundial e o FMI impuseram uma política de liberalização total do mercado, permitindo a exportação da castanha de caju em bruto. A expectativa era que a concorrência entre comerciantes e os preços internacionais mais altos incentivassem os camponeses a renovar seus cajuais, apoiados pela distribuição gratuita de mudas pelo INCAJU. No entanto, essa estratégia falhou redondamente. O aumento dos preços repassados aos produtores foi insignificante, não gerando o estímulo económico necessário. Além disso, os camponeses, perante a falta de controlo sobre preços e mercados, priorizaram racionalmente a diversificação das suas fontes de rendimento em vez de se especializar numa cultura de alto risco. A rede informal de comércio, focada apenas na safra, reforçou a fragmentação e a incerteza do mercado, desencorajando o investimento no monocultivo. Como resultado, a indústria de processamento local, que dependia da matéria-prima agora exportada, entrou em colapso (McMILLAN; HORN; RODRIK, 2003).

A atuação das Instituições de Bretton Woods (IBWs) levou à liberalização das exportações de caju em bruto, uma medida que desestruturou profundamente a dinâmica e a organização do setor em Moçambique. Este passo desarticulou, sobretudo, o parque industrial local: as fábricas, privadas do seu insumo fundamental, viram-se forçadas a paralisar as suas atividades (NIQUICE, 2020). O caso do caju é, assim, um exemplo paradigmático do que alguns autores designam como "ajustamento colonial". A imposição da liberalização pelo Banco Mundial não foi um ato

económico neutro, mas um ato de poder que reconfigurou violentamente a economia moçambicana para servir sobretudo aos interesses de processadores estrangeiros, como a Índia. Esta lógica nos remete a pensar pela visão do pensador camaronês Achille Mbembe (2021), como a essência do que ele conceptualiza como Brutalismo.

Em sua crítica, Mbembe (2021) descreve este fenómeno como um projeto de poder que, sob o véu do progresso, atua como uma força geomórfica, demolindo estruturas sociais e económicas autóctones para impor um futuro único. O brutalismo, neste sentido, "renunciou tanto ao mito da saída quanto ao de um outro mundo por vir", inviabilizando ativamente alternativas de desenvolvimento que não se alinhem com a sua lógica. Ao desmantelar a indústria local de processamento, as IBWs não estavam apenas a implementar uma política técnica; estavam a reafirmar o lugar de Moçambique na divisão internacional do trabalho como mero fornecedor de matéria-prima, uma posição profundamente colonial. Este projeto de poder beneficiava um complexo ecossistema de atores, que incluía processadores estrangeiros com acesso a matéria-prima barata, agentes financeiros internacionais que lucram com a dependência estrutural, e frequentemente elites locais comprometidas com o extrativismo em detrimento de um projeto industrial nacional e soberano. A recuperação posterior do setor, quando Moçambique rejeitou essa cartilha, serve como prova contundente de que alternativas eram possíveis. A sua supressão inicial não foi uma fatalidade, mas sim o resultado de um cálculo político preciso dentro de um projeto de poder brutalista, que privilegia a integração subalterna no mercado global em detrimento da autonomia económica nacional.

Conforme ilustrado pelos dados, assistiu-se a um declínio acentuado da participação de Moçambique na produção global de castanha de caju, justamente no período em que o volume mundial do produto registava um crescimento exponencial, sobretudo a partir dos anos 1990. De forma inversa e crítica, o intervalo entre 1984 e 1995 constituiu o auge da desaceleração produtiva no país. Os agentes do setor identificam a intervenção das Instituições de Bretton Woods como um fator decisivo, e negativamente impactante, para a consolidação deste cenário precário (NIQUICE, 2020).

Estes indicadores corroboram, assim, a tese do colapso da indústria cajueira moçambicana. Os dados demonstram ainda que, enquanto a procura e as oportunidades comerciais da castanha de caju se expandiam globalmente, Moçambique, incapacitado pelos fatores adversos previamente mencionados, foi incapaz de capitalizar esta conjuntura favorável. A situação foi severamente

agravada pelos fundamentos da liberalização económica, pilares das políticas macroeconómicas impostas pelas IBWs. (HANLON; SMART, 2008).

A partir de 2001, contudo, Moçambique adotou uma nova política, rejeitando a linha do Banco Mundial e passando a apoiar fortemente a indústria local. Combinado com o apoio à cadeia de valor por ONGs e instituições locais, isso permitiu a criação de uma indústria totalmente nova. Em 2002, quase todas as fábricas haviam fechado, e o caju tornou-se um símbolo das políticas perniciosas impostas pelas instituições de Bretton Woods aos países pobres. Em 2006, já havia 18 fábricas e 6.000 trabalhadores, e o sector continuava a expandir-se rapidamente. Esta recuperação ilustra a importância de políticas que valorizem o processamento interno e a agregação de valor, permitindo que os camponeses e a economia nacional capturem uma parcela justa da riqueza gerada na cadeia global de produção, riqueza essa que, finalmente, chega a comerciantes como Warren, em Londres, que vendem o produto final com a narrativa de "melhor qualidade" oriunda de Moçambique (HANLON; SMART, 2008).

Warren, no seu mercado londrino, é o elo final e anónimo desta cadeia global. Ele vende o produto final ao consumidor, capitalizando o valor agregado pela transformação e pela narrativa de "melhor qualidade". A sua banca representa aquilo que seria uma distribuição desigual do trabalho, onde Moçambique se inseriu apenas como produtor de matérias-primas e não de produtos manufaturados no sistema-mundo, os quais trariam mais valor agregado (HANLON; SMART, 2008).

É justo e necessário condenar a atuação do Banco Mundial em Moçambique, tomando como exemplo o fracasso da política do caju. No entanto, uma análise mais profunda e consequente deve enquadrar esse episódio, marcado pela desregulamentação e por uma fé dogmática na mão invisível do mercado, como parte de um empreendimento mais vasto. Este projeto visa fabricar uma nova realidade, cuja função primordial não é outra senão a de perpetuar os princípios do Consenso de Washington (NIQUICE, 2020).

Se desejamos uma teoria crítica verdadeiramente eficaz, ela deve direcionar o seu poder corrosivo contra o narcisismo inerente ao discurso e às práticas neoliberais. O caminho para resgatar alternativas viáveis de organização social passa precisamente por identificar e desmascarar esse projeto de dominação. A operação fundamental deste processo consiste no uso de tecnologias de poder que atuam, sobretudo, naquilo que se pode designar como a fabricação de atores, de instituições e, de um modo geral, na própria engenharia da realidade social moçambicana (NIQUICE, 2020).

CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo permitiu desvendar as complexas e, frequentemente, contraditórias implicações das políticas impostas pelos doadores ocidentais no desenvolvimento rural de Moçambique. O exame do período pós-independência, marcado por uma profunda dependência da cooperação internacional, revela um panorama onde a ajuda financeira e técnica, longe de ser um mero instrumento de apoio, transformou-se numa força reconfiguradora, e, em muitos aspectos, paralisante das dinâmicas socioeconómicas do campo. A conclusão que se impõe é a de que o modelo hegemónico de intervenção externa, ancorado em pressupostos neoliberais e numa lógica de dominação epistémica, falhou redondamente em catalisar o desenvolvimento rural sustentável e inclusivo que prometia. Pelo contrário, acabou por funcionar como um mecanismo de perpetuação da pobreza, da dependência e da subordinação aos interesses e visões de mundo do Norte global. Esta falha pode ser compreendida através de três eixos fundamentais, que foram minuciosamente explorados no capítulo.

Em primeiro lugar, o capítulo expôs de forma cristalina a desconexão abissal entre a retórica dos projetos de desenvolvimento e a realidade material dos camponeses moçambicanos. A abordagem predominante, ilustrada pelos inúmeros casos de formações e "capacitações", mostrou-se profundamente ritualística e desconectada das necessidades produtivas mais elementares. A insistência em metodologias nao eficazes citados por um representante provincial, repetidas ao longo de décadas aos mesmos agricultores, configura um ciclo vicioso de estagnação. Os camponeses são incessantemente ensinados como semear, capinar e conservar, mas são sistematicamente negados os meios para transcender a agricultura manual e rudimentar dos seus antepassados.

Esta negação do salto tecnológico não é um acidente, mas uma característica estrutural do modelo. As políticas impostas pelas Instituições de Bretton Woods (IBWs), como o Banco Mundial e o FMI, proibiram ativamente o Estado moçambicano de subsidiar insumos, fornecer crédito dirigido ou manter instituições de apoio à comercialização. O resultado, como demonstrado, foi a manutenção de uma agricultura de baixíssima produtividade, condenada à subsistência. O depoimento dos agricultores de Nampula, "O que nos falta... é um trator para arar a terra", ecoa como um testemunho acusatório contra um sistema de ajuda que gasta milhões em "ensinar", mas que é visceralmente avesso a "investir" na transformação da base técnica da produção. A ajuda, assim, tornou-se um fim em si mesma, um processo burocrático que privilegia a prestação de contas aos doadores (através de números de associações criadas) em detrimento da geração de resultados

tangíveis para as comunidades. A "fabricação de atores", como referido, criou associações fantasmas que existem apenas no papel, simbolizando a natureza efémera e, por vezes, ilusória, de todo o empreendimento.

Em segundo lugar, a análise revelou a profunda incoerência e a dupla moral que caracterizam a atuação dos doadores. Esta contradição tornou-se mais visível na esfera das políticas macroeconómicas, onde as receitas impostas a Moçambique contrastavam radicalmente com as práticas dos próprios países doadores. O caso do caju, analisado como um microcosmo das relações económicas globais, serve como exemplar paradigmático desta dinâmica perversa. O Banco Mundial, sob a bandeira do livre-mercado, forçou a liberalização das exportações de castanha de caju em bruto, argumentando que os preços mais altos do mercado internacional beneficiariam os produtores. Na prática, esta medida foi um desastre previsível: desmantelou o parque industrial nacional, que empregava milhares, sobretudo mulheres, e transferiu o valor agregado (e os empregos) para a Índia e outros processadores estrangeiros. O suposto aumento de preços repassado ao camponês foi ínfimo e insuficiente para compensar o colapso de um setor estruturado.

A contradição atinge o seu auge quando se observa que nações como os Estados Unidos, enquanto impunham a Moçambique a abstenção estatal, canalizavam parte da sua própria "ajuda" através do programa "Alimento para a Paz", que nada mais é do que a subsistência da venda dos excedentes agrícolas norte-americanos no mercado moçambicano, sufocando a produção local. Da mesma forma, o exemplo da Coreia do Sul, citado no capítulo, demonstra que o seu milagre económico foi construído sobre um forte intervencionismo estatal, subsídios e controle do crédito exatamente o tipo de políticas que as IBWs proibiram em Moçambique e noutros países africanos. Esta seletividade na aplicação das regras, liberalismo para os fracos, protecionismo e intervenção para os fortes, expõe a ajuda internacional não como um gesto altruísta, mas como um instrumento de consolidação de assimetrias no sistema económico global. A recuperação posterior da indústria de caju, precisamente quando o governo moçambicano ignorou as prescrições do Banco Mundial e apoiou o processamento local, é a prova irrefutável do equívoco fundamental dessas políticas.

Por fim, e de forma mais profunda, o capítulo demonstrou que o legado mais duradouro e nefasto desta forma de cooperação foi a engenharia de uma relação de dependência crónica e o esvaziamento progressivo da soberania nacional sobre o projeto de desenvolvimento. A ajuda internacional não é neutra; ela veicula uma visão de mundo, um conjunto de valores e uma agenda política específicos, neste caso, o neoliberalismo. A imposição deste modelo, como ilustrado pela

narrativa de Sabaratnam (2017), representou uma "interferência nas relações coloniais", uma tentativa de reformatar o Estado e a sociedade moçambicana segundo um molde externo.

Esta dinâmica opera através de vários mecanismos. Primeiro, a fragmentação e a volatilidade dos projetos, sujeitos aos ciclos orçamentais e às prioridades mutáveis dos doadores, impossibilitam qualquer planeamento estratégico de longo prazo por parte do Estado moçambicano. Segundo a lógica do "projeto-piloto" e da assistência técnica efémera cria uma sucessão de iniciativas desconexas que se esgotam com o fim do financiamento, sem deixar capacidades institucionais sustentáveis. Terceiro, e mais crucial, a condicionalidade da ajuda, a ameaça de cortar o fluxo de recursos se as políticas não forem adoptadas, funciona como um veto poderoso sobre as opções políticas nacionais. O Estado moçambicano vê, assim, a sua margem de manobra drasticamente reduzida, tornando-se um "Estado frágil" não apenas por carências internas, mas também porque é sistematicamente impedido de exercer as funções clássicas de fomento e proteção que caracterizam os Estados desenvolvidos.

Neste contexto, os camponeses ocupam uma posição paradoxal: são a justificação retórica de toda a intervenção, mas são tratados como meros instrumentos passivos, "sujeitos substituíveis" no grande teatro do desenvolvimento. A sua agência, os seus saberes e as suas aspirações são ignorados em favor de um modelo que os vê como empreendedores individuais num mercado idealizado, desprovidos de qualquer rede de proteção ou apoio estatal. A promessa de empoderamento revela-se, assim, uma armadilha que os confina a uma vulnerabilidade permanente.

Em suma, a trajectória do desenvolvimento rural em Moçambique no período pós-independência foi profundamente deformada pelo fardo de uma ajuda mal concebida e interessada. As políticas dos doadores ocidentais, longe de serem uma alavanca para o progresso, funcionaram como um travão ao desenvolvimento. Elas minaram a capacidade produtiva ao negar o salto tecnológico, desarticularam cadeias de valor industriais em nome de um dogma de livre-mercado que os próprios doadores não praticam, e, por fim, construíram uma arquitetura da dependência que sufoca a soberania e a imaginação política nacional.

A análise deste capítulo, portanto, não se esgota numa mera crítica. Ela fornece as bases evidentes para uma reflexão urgente: o desenvolvimento rural em Moçambique só poderá florescer quando for emancipado deste paradigma de cooperação subordinada. Isto exigirá, necessariamente, a coragem política de priorizar uma estratégia nacional endógena, que coloque no centro os pequenos agricultores não como objetos de ajuda, mas como sujeitos do seu próprio desenvolvimento; uma estratégia que reclame o direito ao uso de instrumentos de política

económica, subsídios, crédito direcionado, proteção comercial seletiva, que todos os países hoje desenvolvidos utilizaram no seu passado; e, por fim, que exija uma relação com os parceiros internacionais baseada no diálogo entre iguais e no respeito incondicional pelas escolhas soberanas de Moçambique. A superação do legado aqui delineado é o desafio fundamental que se coloca para a construção de um futuro verdadeiramente próspero e autónomo para o mundo rural moçambicano, tema que será explorado nas considerações finais desta dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação, ao investigar como a dependência da ajuda externa fornecida pelos doadores ocidentais incide sobre as políticas de desenvolvimento rural em Moçambique e as suas implicações para as comunidades rurais no período de 1980 a 2009, partiu de uma premissa crítica central. A hipótese avançada postulava que esta dependência leva à implementação de políticas padronizadas, alinhadas com os interesses dos doadores ocidentais, que não consideram verdadeiramente as especificidades culturais, sociais e económicas das comunidades rurais moçambicanas, perpetuando a desigualdade no cenário internacional. Ademais, tais políticas, elaboradas com base nos entendimentos e agendas externas, limitam severamente a capacidade de geração de políticas locais e de desenvolvimento independente, restringindo a autonomia nacional, local e a das comunidades rurais.

Após uma análise exaustiva, que percorreu o arcabouço teórico da ajuda internacional, a trajectória histórica de Moçambique e os impactos concretos no mundo rural, pode-se afirmar, de forma categórica, que a hipótese foi integralmente comprovada. A relação de Moçambique com os doadores ocidentais revelou-se não como uma parceria para o desenvolvimento, mas como um sofisticado e assimétrico mecanismo de poder, que, sob a retórica da assistência e da cooperação, operou uma sistemática despossessão da soberania nacional e uma reformulação neoliberal do Estado e da economia, com consequências particularmente nefastas para o sector agrário e para as populações camponesas. A conclusão não é apenas de que a ajuda falhou em gerar desenvolvimento sustentável, mas de que ela foi, em si mesma, um instrumento ativo de subdesenvolvimento, ao bloquear trajectórias alternativas e autóctones de progresso.

O primeiro capítulo forneceu as lentes teóricas indispensáveis para desnaturalizar o conceito de "ajuda" e "desenvolvimento". A análise demonstrou que a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) não é um fenómeno neutro ou puramente altruísta. A sua génese no Plano Marshall e no contexto da Guerra Fria desvela-a como uma ferramenta geopolítica, concebida para conter influências rivais e criar esferas de influência. A arquitectura deste sistema, dominada por Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) como o FMI e o Banco Mundial, é intrinsecamente assimétrica, estabelecendo uma clara hierarquia entre doadores e receptores.

Conforme teorizado por autores como Escobar (1995) e Rist (2002), o "desenvolvimento" é um constructo ocidental que foi universalizado como verdade axiomática. Esta "invenção do desenvolvimento" criou um campo de actuação onde os países do Sul Global, classificados como

"atrasados" e "subdesenvolvidos", são vistos como objectos de intervenção, necessitados de correcção segundo modelos padronizados. Esta visão, profundamente enraizada numa perspectiva colonial do "Outro" como não-moderno, legitima a imposição de agendas externas. A teoria pós-colonial, dialogando com a teoria da depêndencia e a economia política crítica, mobilizadas no capítulo, permitiram compreender que a ajuda opera uma "violência epistémica", invalidando saberes, prioridades e formas de organização locais.

Os conceitos de "dependência", revisitados a partir de Cardoso e Faletto (1969) e Amin (1973), mostraram-se profeticamente adequados para descrever a dinâmica moçambicana. A dependência não é mera carência financeira, mas um sistema relacional de subordinação que condiciona as opções políticas e económicas dos países periféricos. A análise de Castel-Branco (2008) sobre a "propriedade" (*ownership*) da ajuda revelou o cerne do problema: o ideal de um país definir soberanamente as suas políticas é uma quimera num contexto em que a arquitectura da ajuda, os fluxos financeiros e as condicionalidades sistematicamente minam essa mesma capacidade. Desta forma, o capítulo teórico não só forneceu o vocabulário conceptual, como previu o padrão de relacionamento que a análise histórica e empírica subsequentemente confirmaria.

O segundo capítulo materializou no concreto da história moçambicana as abstrações teóricas do primeiro. A narrativa da luta de libertação liderada pela FRELIMO e a conquista da independência em 1975 representaram um momento de soberania projectada, um ambicioso projecto de construção de uma nação socialista baseada no "homem novo". No entanto, este projecto autónomo colidiu frontalmente com os interesses geopolíticos do Ocidente e dos regimes racistas vizinhos.

Como demonstrado, a opção socialista de Moçambique transformou-o num alvo. O apoio ocidental à RENAMO, um movimento criado e financiado pelos serviços de inteligência da Rodésia e da África do Sul do Apartheid, não foi uma coincidência, mas uma estratégia deliberada de desestabilização. A guerra civil de 16 anos, com o seu rasto de destruição, morte e deslocação populacional, foi o factor catalisador que criou as condições de vulnerabilidade extrema que forçaram o país a negociar a sua própria submissão. O Acordo de Nkomati (1984), assinado sob coacção, simbolizou a capitulação geopolítica e a viragem forçada para o Ocidente.

Este momento histórico crucial comprova o primeiro elo da hipótese: a perda de autonomia. Encurralado pela guerra, pela crise económica e pelo colapso do bloco socialista, Moçambique viu-se sem alternativas. A adesão ao FMI e ao Banco Mundial, e a subsequente implementação do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) em 1987, marcaram a transição formal de um projecto

nacional de desenvolvimento para a adopção de um modelo económico imposto. As "medidas ortodoxas" do PAE, liberalização, privatização, desregulamentação e austeridade fiscal, não foram uma escolha soberana, mas a condição para aceder ao financiamento externo necessário para a sobrevivência do Estado. A dependência foi, assim, institucionalizada, e a soberania económica, cedida.

Se os capítulos anteriores estabeleceram o "porquê" e o "como" da dependência, o terceiro capítulo expôs as suas consequências mais cruéis no "onde": o mundo rural moçambicano. Foi neste terreno que a desconexão entre as políticas padronizadas dos doadores e as realidades locais se tornou mais evidente, comprovando a segunda parte central da hipótese.

A análise do desenvolvimento rural revelou um cenário de estagnação e fracasso sistémico. Apesar dos volumosos recursos despendidos e da proliferação de projectos, os indicadores de pobreza rural não só permaneceram teimosamente elevados, como em muitos casos se agravaram no período em análise. A explicação para este paradoxo reside precisamente na natureza das intervenções. Como detalhado por Sabaratnam (2017) e corroborado por Hanlon e Smart (2008), a ajuda para o sector rural caracterizou-se por um ciclo vicioso de formações vazias e projectos efémeros, focados em métricas quantitativas (número de associações criadas, camponeses "capacitados") e totalmente desconectados das necessidades materiais fundamentais dos agricultores.

A hipótese de que as políticas não consideram as especificidades locais foi brutalmente confirmada. Enquanto os camponeses clamavam por acesso a tecnologia, insumos, mecanização (como tratores) e crédito acessível para transformar a sua produção de subsistência em actividade comercial, os doadores insistiam em modelos que proibiam o Estado de subsidiar ou fornecer esses mesmos insumos. Impunha-se uma visão neoliberal abstracta de "mercado livre" a uma realidade concreta de pobreza e infra-estruturas deficitárias. O resultado, como previsto, foi a perpetuação da agricultura manual e de baixíssima produtividade, condenando as comunidades rurais a um ciclo de vulnerabilidade e pobreza. A insistência dos doadores em negar aos moçambicanos as mesmas ferramentas de apoio estatal (subsídios, investigação agrária, comercialização) que foram cruciais para o desenvolvimento da própria Europa e de países como a Coreia do Sul, é a prova definitiva do duplo padrão e do alinhamento com interesses que não são os locais.

Nenhum exemplo é mais paradigmático desta dinâmica do que o caso do caju. A exigência do Banco Mundial para a liberalização da exportação da castanha em bruto, contra a vontade do governo e dos industriais locais, não foi um erro de cálculo. Foi a aplicação dogmática de um

princípio neoliberal, a liberalização comercial, que serviu aos interesses dos processadores indianos em detrimento da indústria nacional moçambicana. A política imposta levou ao encerramento de fábricas, ao desemprego em massa e à destruição de uma cadeia de valor inteira, revertendo Moçambique à condição de exportador de matéria-prima. Este caso é a materialização perfeita da hipótese: uma política padronizada, decidida em Washington, que ignorou por completo a complexidade socioeconómica local, limitou a autonomia nacional para proteger um sector estratégico e, no processo, causou um dano profundo e duradouro ao desenvolvimento rural.

A comprovação da hipótese não é um exercício académico estéril; é um diagnóstico crucial sobre os mecanismos que perpetuam a pobreza e a desigualdade no sistema internacional. A trajectória de Moçambique entre 1980 e 2009 demonstra que a dependência da ajuda não é um estado transitório, mas uma condição estrutural que o próprio sistema de ajuda reproduz. A "armadilha da dívida" dos anos 80, transformada na "armadilha da condicionalidade" dos PAEs e, subsequentemente, na "armadilha dos projectos fragmentados" do desenvolvimento rural, revela um continuum de perda de autonomia.

A conclusão fundamental é que o modelo de ajuda ocidental, tal como praticado neste período, foi um projecto político de dominação tão eficaz quanto o colonialismo que o antecedeu, apenas com mecanismos mais sofisticados e uma retórica mais sedutora. Ele conseguiu desmontar o projecto socialista moçambicano, reconfigurar o seu Estado segundo os ditames neoliberais e integrar a sua economia de forma subordinada no capitalismo global, tudo sob o pretexto de o estar a "salvar" e a "desenvolver".

Contudo, a análise também aponta para frestas de esperança e caminhos alternativos. A recuperação parcial da indústria do caju após o país ter rejeitado as directivas do Banco Mundial e apoiado o processamento local é uma lição poderosa. Ela demonstra que a autonomia política e a capacidade de definir prioridades nacionais são pré-requisitos indispensáveis para qualquer desenvolvimento genuíno. O surgimento de doadores alternativos, como a China, embora com os seus próprios riscos, introduz uma pluralidade no sistema que pode, estrategicamente, ser usada para aumentar o espaço de manobra de países como Moçambique.

Portanto, esta dissertação conclui que a superação do subdesenvolvimento em Moçambique e no Terceiro Mundo em geral não passará por uma reforma do sistema de ajuda, mas pela sua superação histórica. O futuro reside na coragem de romper com as amarras da dependência, na rejeição dos modelos padronizados e na construção corajosa de projectos endógenos de desenvolvimento. Estes projectos devem ser alicerçados numa leitura profunda das necessidades e

potencialidades locais, no fortalecimento do Estado como agente do interesse nacional e na promoção de uma cooperação internacional verdadeiramente horizontal, baseada no respeito mútuo e na soberania. Só assim as comunidades rurais moçambicanas, e o país como um todo, poderão trilhar, finalmente, um caminho próprio em direcção a um futuro verdadeiramente próspero e autodeterminado. A comprovação da hipótese não é o fim da discussão, mas o seu início: um apelo urgente para descolonizar o pensamento e a prática do desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

AMIN, S.; PEARCE, B. **Unequal development: an essay on the social formations of peripheral capitalism**. 1973.

ARNDT, C.; JONES, S.; TARP, F. **Aid and development: The Mozambican case. Frontiers of Economics and Globalization**. Anais.Emerald Group Holdings Ltd., 1 abr. 2006.

BATLEY, R. **Mozambique: The costs of "owning" aid. Public Administration and Development**, v. 25, n. 5, p. 415–424, dez. 2005. DOI: 10.1002/pad.378.

BLANEY, David L.; INAYATULLAH, Naeem. **International Relations and the Problem of Difference**. New York, NY: Routledge, 2004.

BLANEY, David L.; INAYATULLAH, Naeem**. Savage Economics Wealth, Poverty and the Temporal Walls of Capitalism**. 2010.

BOMFIM, E. R. **Estudos Moçambicanos e a transição ao socialismo: contribuições das ciências humanas para um processo de transformação social**. p. 105–125, 2021.

BRÄUTIGAM, D. A.; KNACK, S. **Foreign aid, institutions, and governance in sub-Saharan Africa. Economic Development and Cultural Change**, v. 52, n. 2, p. 255–285, jan. 2004.

CABRAL, Amílcar. **A arma da teoria**. Organização de Carlos Comitini. 1. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.

CAMMACK, Paul. **Why are some people better off than others? In: Global politics: a new introduction**. Routledge, 2009. ISBN 9780415431316.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependency and development in Latin America**. 1969.

CARTER, Brett L. **The Rise of Kleptocracy: Autocrats versus Activists in Africa**. Journal of Democracy, v. 27, n. 3, p. 62-76, 2016. Disponível em: https://www.journalofdemocracy.org/authors/brett-l-carter/. Acesso em: 3 jul. 2024.

CASTEL-BRANCO, C. N. **Aid Dependency and Development: A Question of Ownership? A Critical View**. Maputo: IESE, 2008. (Working Paper 01/2008).

CAU, H. S.: **A construção do estado em Moçambique e as relações com o Brasil.** Tese apresentada no Curso de Pós-Graduação Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. 2011.

COELHO, J. P. B. A "**Literatura Quantitativa" e a Interpretação do Conflito Armado em Moçambique (1976-1992)**. 2009. Disponível em: <www.correlatesofwar.org;>.

CONDE DIAS, L. C. **Do conceito de desenvolvimento à cooperação internacional como uma agenda de política externa: considerações teóricas e conceituais**. Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais, v. 7, n. 2, p. 193-212, 25 out. 2021.

CRAMER, Christopher; PONTARA, Nicola. **Rural poverty and poverty alleviation in Mozambique: what's missing from the debate?** The Journal of Modern African Studies, 36(1), 1998, pp. 101-138. Cambridge University Press.

CUNGUARA, B.; HANLON, J. **Whose wealth is it anyway? Mozambique's outstanding economic growth with worsening rural poverty**. Development and Change, v. 43, n. 3, p. 623–647, maio 2012. https://doi.org/10.1111/j.1467-7660.2012.01779.x.

DA SILVA, Armando Correa. **O Papel do Terceiro Mundo**. Sao Paulo, 1992.

DE RENZIO, Paolo; HANLON, Joseph. **Soberania contestada em Moçambique: os dilemas da dependência da ajuda**. Documento de Trabalho do GEG, No. 2007/25, Universidade de Oxford, Programa de Governação Económica Global (GEG), Oxford. 2007.

DUARTE, S. C; FIGUEIREDO, C. A. S.; **A luta armada em Moçambique e a construção de uma nação**. Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 16, n. 31, p. 121-142, 2020.

ESCOBAR, A. **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World. Princeton: Princeton University Press**, 1995.

EUROSIS. Relatório final: auditoria de desempenho ao sector agrário. Maputo: Ministry of Finance, 2010.

FAGUNDES VISENTINI, P. Editorial: **Terceiro Mundo ou Sul Global?**. 2015.

FANON, F. **Os Condenados da Terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDO, Celestino, Taperero.; **O outro lado da história de moçambique: Surgimento da RENAMO entre (1977 e 1992) como alternativa para construção da democracia multipartidária e identidade moçambicana.** Revista História em Reflexão, Vol. 15, N. 29 | jan. a jun. de 2021.

FLENTØ, Johnny; SIMÃO, Leonardo Santos. **Relações com os doadores e soberania.** WIDER Working Paper, n. 2020/135, outubro 2020.

FONTES, P. O. **Impacto da ajuda externa nas reformas neoliberais e democracia nos países africanos - O caso de Moçambique (1990-2016).** Mural Internacional, Rio de Janeiro, v. 14, p. 2023, 2023.

FRASER, Alastair. **Aid-Recipient Sovereignty in Historical Context. In: WHITFIELD, Lindsay (ed.), The Politics of Aid: African Strategies for Dealing with Donors**. Oxford, 2008; online edn, Oxford Academic, 31 Oct. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1093/oso/9780199560172.003.0003. Acesso em: 23 Apr. 2024.

FRASER, A.; WHITFIELD, L. **Understanding Contemporary Aid Relationships. In: WHITFIELD, L. (Ed.), The Politics of Aid: African Strategies for Dealing with Donors.** Oxford University Press, 2009, pp. 74-107.

FRASER, Alastair; WHITFIELD, Lindsay. **The politics of aid: African strategies for dealing with donors.** GEG Working Paper, No. 2008/42, University of Oxford, Global Economic Governance Programme (GEG), Oxford. 2008.

FÜHRER, H. General Distribution OCDE/GD(94)67. **The story of official development assistance: a history of the Development Assistance Committee and the Development Co-operation Directorate in dates, names and figures**. 1996.

GOMES, M. C. de O. M.; GOMES, A. M. **A história de África vista através de seus estereótipos. Identidade**. São Leopoldo, v. 22, n. 1, p. 129-143, jan.-jul. 2017. ISSN 2178-437X.

GUEVARA, E. C. **O Socialismo e o Homem em Cuba**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

HANLON, Joseph. **Mozambique: Who Calls the Shots?** Bloomington: Indiana University Press, 1991.

HANLON, Joseph; SMART, Teresa. **Há Mais Bicicletas – mas há desenvolvimento?** Kapicua Livros e Multimédia, LdaCIEDIMA - Central Impressora e Editora de Maputo, SARL Maputo, 2008.

HANLON, Joseph. **Mozambique: 'The war ended 15 years ago, but we are still poor'.** Paper presented at the Wilton Park Conference 889 on Conflict Prevention and Development Co-operation in Africa, 10 November 2007. Milton Keynes: Open University, 2007.

HARRISON, Graham. **Issues in the Contemporary Politics of Sub-Saharan Africa: The Dynamics of Struggle and Resistance.** New York: Palgrave, 2002. 190 p. ISBN 0333786351.

HARVEY, David. **Neoliberalismo como destruição criativa.** InterfaceHS, São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.interfacehs.sp.senac.br/hr/traducces.asp?ref=46.cod_artigo=74. Acesso em: [data do seu acesso].

HODGES, Anthony; TIBANA, Roberto. **A Economia Política do Orçamento em Moçambique (The Political Economy of the Budget in Mozambique)**. 2006.

INAYATULLAH, Naeem. **Why do some people think they know what is good for others?** In: EDKINS, Jenny; ZEHFUSS, Maja. Global Politics: a New Introduction. 2nd ed. Routledge, 2 Park Square, Milton Park, Abingdon, Oxon OX14 4RN. 2014.

IPAM.: **Uma análise independente da apropriação e prestação de contas no sistema de ajuda ao desenvolvimento**. 2008.

JANUÁRIO, EMÍLIO MÁRIO. **Estudo da Luta de Libertação Nacional de Moçambique**. Trabalho de Conclusão de Curso de especialização apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2019. Rio de Janeiro.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. Economia e Sociedade**. Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

KORTEN, David C. **When Corporations Rule the World**. 3rd ed. San Francisco: Berrett-Koehler Publishers, 2015. 374 p. ISBN 978-1626562899.

KRISHNA, Sankaran. **Globalization and Postcolonialism: Hegemony and Resistance in the Twenty-first Century"**. Rowman & Littlefield Publishers. (2009).

LANCASTER, Carol. **Foreign Aid: Diplomacy, Development, Domestic Politics**. 2008.

LEITE, Joana Pereira (1995), **"A economia do caju em Moçambique e as relações com a Índia: dos anos 20 ao fim da época colonial".** in Ensaios de homenagem a Francisco Pereira de Moura. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão/Universidade Técnica de Lisboa, 631-655.

MACAGNO, L. **Fragmentos de uma imaginação nacional**.2009.

MACAMO, Eliseu. **Da disciplinarização de Moçambique: ajustamento estrutural e as estratégias neoliberais de risco**. 2003.

MAGIO, J. **Can the Subaltern Be Heard?:** Political Theory, Translation, Representation, and Gayatri Chakravorty Spivak. Alternatives, 32 (2007), 419–443.

MANZO, K. **Africa in the rise of rights-based development**. Geoforum, Volume 34, Issue 4, 2003, Pages 437-456. ISSN 0016-7185.

MARTINS, José Ricardo. **Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual?** Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales, [S. l.], n. V, p. 95-108, 2015.

MATOS, S. D. **Os movimentos de independência em África: Caso de estudo o Movimento Anticolonialista (MAC)**. Revista Eletrônica Discente História.com, Cachoeira, v. 6, n. 11, p. 76-86, 2019. Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

MBEMBE, Achille. **Brutalismo.** Tradução de Sebastião Nascimento. 1. ed. São Paulo: 2021. 256 p. ISBN 978-658-694-162-3.

MCMILLAN, Margaret; RODRIK, Dani; WELCH, Karen Horn. When Economic Reform Goes Wrong: Cashews in Mozambique. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2002. (NBER Working Paper No. 9117).

MELLO E SOUZA, André de. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento. Brasília:** Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), 2016. 234 p. ISBN 978-85-7811-273-6.

MEQUE, A. **A influência das ibw nas políticas públicas**. dissertação de mestrado. Universidade Católica de Moçambique (UCM) Universidade Católica Portuguesa (UCP) 2013. Beira.

MIGON. Eduardo. Xavier. Ferreira. Glaser; RODRIGUES. Anselmo .de Oliveira.: **Do Acordo Geral De Paz (1992) Às Eleições Gerais Em 1994: O Processo De Paz Conduzido Em Moçambique.** Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais e-ISSN 2238-6912 | ISSN 2238-6262| v.8, n.16, Jul./Dez. 2019 | p.277-302.

MILANI, Carlos R. S. **Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul.** Nov. 2012.

MILANI, Carlos R. S.; SUYAMA, Bianca; LOPES, Luara L. **Políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento no Norte e no Sul: que lições e desafios para o Brasil?**. 2013.

MONIÉ, Frédéric. **A inserção de Moçambique na globalização: riscos, desafios e dinâmicas territoriais.** Universidade Federal do Rio de Janeiro [UFRJ]. 2020.

MOZAMBIQUE - **From post-conflict recovery to high growth** (English). IDA at work Washington,D.C.:WorldBankGroup. http://documents.worldbank.org/curated/en/364351468287753245/Mozambique-From-post-conflict-recovery-to-high-growth.

NAMUHOLOPA, Ó. **A luta armada de libertação de moçambique (1964-1974): contexto, processo e significado.** 2022.

NEVES, E.; LANGA, B. **Moçambique: estudo comparativo da política externa dos governos Samora Machel e Joaquim Chissano.** 2022.

NIPASSA, O. **"Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique" Ajuda Externa e Desenvolvimento em Moçambique: Uma Perspectiva Crítica.** II Conferência IESE. 2009.

NKRUMAH, Kwame. **Neo-colonialism: the last stage of imperialism.** Londres: Thomas Nelson & Sons, 1965.

OPPENHEIMER, Jochen; CARVALHO, Luís Francisco de. **Desenvolvimento económico e democracia política no contexto do ajustamento estrutural em África.** Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento (CEsA), 1998. (CEsA - Documentos de Trabalho, n. 48/1998). Disponível em: https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/24226. Acesso em: 03 jul. 2024.

PASHA, M. K. **How Can We End Poverty?** In: EDKINS, J.; ZEHUFSS, M. (Eds.), Global Politics: A New Introduction. Routledge, 2008, pp. 320-343.

PATEL, R. **The Value of Nothing: How to Reshape Market Society and Redefine Democracy**. New York: Picador, 2009.

PATEL, R.; MOORE, J. W. **A History of the World in Seven Cheap Things: A Guide to Capitalism, Nature, and the Future of the Planet.** Oakland: University of California Press, 2017.

PERREIRA, Hugo Luís Pena. **ajuda externa bilateral vinculada e seus efeitos econômicos de subsídio à exportação: altruísmo ou auto-interesse?** Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de mestre em Direito, Área de Concentração: Relações Internacionais. 2009.

PRASHAD, Vijay. **The Poorer Nations: A Possible History of the Global South.** Londres: Verso, 2012.

RODRIGUES. Anselmo de Oliveira.: **A luta pela paz na África: os casos de Angola e Moçambique**. São Paulo. Editora Dialética. 2022.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África.** Tradução de Edgar Valles. Capa de Acúcio Santos. Lisboa: Seara Nova, 1975.

SABARATNAM, Meera. **Decolonising Intervention: International Statebuilding in Mozambique**. Rowman & Littlefield International Limited, 2017.

SAID, E. W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, B. de S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** Novos Estudos CEBRAP, n. 79, p. 71-94, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide. London: Routledge, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, N. DA. Title: **Eduardo Chivambo Mondlane in XXI century And the struggle goes on**! Titre: Chivambo Eduardo Mondlane au XXIe siècle-Et la lutte continue. 2009.

SOUZA, L. S. de**. O canto na cidade calada à força: poder simbólico na poesia anticolonial moçambicana**. Letrônica, 11(1), 2018, pp. 20-29. https://doi.org/10.15448/1984-4301.2018.1.28324.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Can the Subaltern Speak?** In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (Eds.). Marxism and the Interpretation of Culture. London: Macmillan, 1988. p. 271-313.

TATIM, J. **As relações Brasil-Moçambique: a cooperação técnica como propulsora do desenvolvimento moçambicano (2003-2012)**. dissertação apresentada na UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. 2014.

TOMESANI, A. M. **Cooperação Internacional, Desenvolvimento Ultramar, Assistência Estrangeira: breve revisão histórica e bibliográfica sobre a ajuda externa oficial**. Carta Internacional, v. 12, n. 1, p. 73, 30 abr. 2017.

TROUILLOT, M.-R. **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press, 1995.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974a.

WUYTS, M. E.: **Money and planning for socialist transition the Mozambican experience**. 1986.